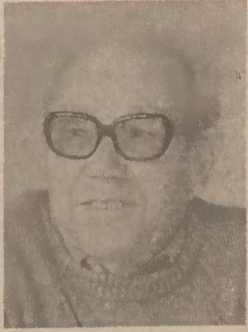


Jaime Serra conta fuga de Agostinho Neto



Pág. 19

INTERNACIONAL

Parlamento Europeu solidário com Timor

Pág. 13

EM FOCO



CUBA

Espinha na garganta do imperialismo

■ José Casanova

Pág. 16

DROGA

Questionar Agir Transformar

■ Carlos Gonçalves

Pág. 18

PCP apela a acção coerente no combate à droga

Pág. 28

Os

Jornalistas nem heróis nem vilões

■ Fernando Correia

Pág. 21

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Junho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1178 • Director: Carlos Brito

SEGURANÇA SOCIAL

Págs. 5 e 6

Por uma Reforma Democrática «Sistema público não é uma utopia»

Um parque com vida para a cidade

Centrais

Carlos Carvalhas visita Parque Ecológico

Eis um equipamento que permite aos cidadãos terem uma actividade recreativa e cultural e que espelha bem as preocupações ambientais do trabalho da CDU nas autarquias.



Jovens artistas plásticos expõem na Festa

Na festa!

SUPLEMENTO

Editorial **Uma questão crucial**



O Encontro Nacional sobre Segurança Social contou com a participação de Carlos Carvalhas

RESUMO

19 Quarta-feira

Realiza-se na AR o debate sobre o Pacto Educativo ■ O ex-deputado do PSD, António Coimbra, o chamado deputado «Batman», é condenado a três anos de prisão suspensa e ao pagamento de seis mil contos por crime de burla agravada ■ De acordo com o jornal inglês «The Independent», a maioria dos cidadãos europeus está contra a moeda única ■ Depois da primeira reunião do novo Governo de Israel, Netanyahu anuncia a criação de um «conselho de segurança nacional» ■ Julen Elgorriaga, ex-governador civil de uma das províncias do País Basco, é detido sob a acusação de envolvimento no caso GAL ■ No Campeonato Europeu de Futebol, a equipa portuguesa garante a passagem aos quartos-de-final, ao derrotar a Croácia.

20 Quinta-feira

Cerca de 50 ex-presos políticos timorenses fundam uma associação em Lisboa com o objectivo de prestar assistência aos actuais presos e respectivas famílias ■ Boris Ieltsin demite o chefe da guarda presidencial, o chefe dos serviços de segurança e o vice-primeiro-ministro ■ O IRA reivindica o atentado de Manchester ■ A ex-primeira-ministra turca propõe uma coligação governamental secular entre o seu partido da Justa Via, o Partido Popular Social-Democrata e o Partido da Mãe Pátria ■ Depois do secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, apresentar a sua candidatura a um novo mandato, os EUA avisam-no que a vetarão.

21 Sexta-feira

Carlos Carvalhas, acompanhado por deputados e dirigentes do PCP, visita as instalações da Portugal Telecom ■ João Cravinho anuncia a abolição das portagens da ponte 25 de Abril durante o mês de Agosto ■ Vem a público que estão a ser queimados ilegalmente resíduos hospitalares, no Montijo ■ Inicia-se, em Florença, o Conselho da Europa, com um debate sobre o emprego ■ Realiza-se uma greve geral no Brasil contra o desemprego e pelo aumento dos salários e o fim dos massacres dos «sem terra» ■ Na Austrália, começa uma conferência internacional sobre «Timor-Leste: o seu futuro da Ásia/Pacífico» ■ As Nações Unidas destroem o maior complexo iraquiano de armas biológicas ■ João Paulo II chega à Alemanha para uma visita oficial de dois dias ■ A Comunidade Internacional rejeita a candidatura do líder dos sérvios bósnios à presidência da República Srpska ■ O presidente do Panamá confessa que a sua campanha eleitoral de 1994 foi financiada por um barão da droga de um cartel de Cali.

22 Sábado

Carlos Carvalhas denuncia uma «ofensiva concertada» contra a Segu-

rança Social sobretudo da parte «das seguradoras e dos meios financeiros», durante o Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social ■ «Regionalização, Participação e Democracia» são discutidas num debate promovido pelo Conselho Regional do Alentejo ■ Inicia-se no Egipto a Cimeira Árabe, com o objectivo de discutir o futuro do processo de paz do Médio Oriente ■ O Presidente da Albânia rejeita a possibilidade de repetição das eleições legislativas, apesar das crescentes pressões internacionais.

23 Domingo

A JCP anuncia que vai lançar uma campanha nacional durante a Festa do Avante! a favor de um sistema educativo público gratuito e de qualidade ■ Realiza-se o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, em Coimbra ■ A ETA anuncia uma trégua de uma semana nos seus atentados terroristas ■ Andreas Papandreu, antigo primeiro-ministro grego, morre com 77 anos ■ PC Farias, colaborador do ex-presidente brasileiro Collor de Melo, é assassinado ■ Ao perder frente à República Checa, Portugal é eliminado do Europeu de Futebol.

24 Segunda-feira

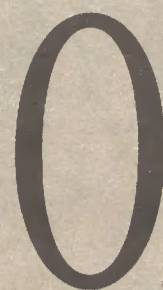
Começa, em Lisboa, a reunião mundial de peritos sobre Reabilitação dos Ecossistemas Florestais Degradados ■ No concelho do Montijo, são descobertas mais algumas toneladas de lixo hospitalar clandestino ■ São incineradas sete toneladas e meia de farinha proveniente do processamento das carcaças de bovinos abatidos em Farnalhão ■ A delegação portuguesa para os Jogos Olímpicos de Atlanta, a maior de sempre, é apresentada em Lisboa ■ Inicia-se, em Bruxelas, o 16º Congresso da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, sob o tema «Humanizar a face da mundialização económica» ■ O candidato comunista às eleições presidenciais russas propõe a Boris Ieltsin a formação de um governo de «unidade nacional» que represente todas as forças políticas do país.

25 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita parque ecológico em Monsanto a convite dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa ■ Na AR realiza-se o debate sobre as novas regras eleitorais para residentes estrangeiros ■ É inaugurada a exposição do Programa de Promoção Social da etnia cigana ■ Cerca de um milhão de criadores de bovinos de diversos países da União Europeia reclamaram apoios ao rendimento, no Luxemburgo ■ Secretário de Estado da Justiça revela na ONU aumento do consumo de droga em Portugal ■ É divulgada a posição comum da União Europeia sobre Timor-Leste, condenando a violação dos direitos humanos pela Indonésia ■ Portugal, França e Espanha, com o apoio alemão, travam redução de quotas de frutas e hortícolas.

EDITORIAL

Uma questão crucial



Encontro Nacional do PCP sobre a Reforma Democrática da Segurança Social, realizado no passado dia 22 de Junho, constituiu um assinalável êxito pela profundidade dos trabalhos e das conclusões aprovadas e pela numerosa e viva participação, que excedeu largamente as expectativas.

Estas circunstâncias positivas põem desde logo em relevo a grande importância que a Segurança Social reveste para os trabalhadores e para toda a sociedade, a seriedade e a capacidade como o PCP se ocupa dela e o interesse que ela suscita entre os militantes comunistas.

Logo a iniciar a sua intervenção de abertura, Edgar Correia assinalou o sentido especial do que se ia passar, afirmando: «Coloca-nos este Encontro uma questão de crucial importância para os trabalhadores e para o futuro da sociedade que constituímos.»

Esta importância crucial resulta reforçada pela ofensiva que as forças do grande capital e da direita desde há tempos desencadearam, no plano internacional e nacional, contra o sistema público de Segurança Social e as suas conquistas e que, longe de se atenuar, prossegue e intensifica-se na vigência do Governo PS e por seu intermédio.

A ofensiva em curso coloca na ordem do dia a necessidade dos trabalhadores se esclarecerem, prepararem e agirem decididamente em defesa dos importantes direitos e conquistas sociais já alcançados e por uma Reforma Democrática da Segurança Social.

Foi em torno da defesa dos direitos e conquistas, nomeadamente dos alcançados no quadro da segurança social, que se realizaram, desde o ano passado, poderosas lutas dos trabalhadores franceses, italianos, belgas e de outros países europeus, que se contam entre as maiores das últimas décadas.

É em torno da defesa do emprego e de direitos e conquistas, especialmente os consignados na segurança social (idade da reforma, valor das pensões, subsídio de doença) que se desenvolve neste momento um vigoroso processo de luta dos trabalhadores alemães, com, entre outras, a manifestação de centenas de milhares de trabalhadores em Bona, considerada a maior realizada na Alemanha, desde o fim da guerra.

Em várias destas situações, a força da luta dos trabalhadores conseguiu suster a ofensiva, pelo menos momentaneamente, e em algumas delas forçar os respectivos governos a recuar.

O Encontro do PCP aprofundou os traços que a ofensiva contra a Segurança Social reveste no nosso país.

No documento aprovado, com o título «Por uma Reforma Democrática da Segurança Social», de que publicamos um largo resumo noutra lugar desta edição do «Avante!», salienta-se:

«As linhas desta ofensiva neoliberal e privatizadora são bem conhecidas: intenso fogo de barragem ideológica em torno da crise do "Estado-providência"; prognóstico catastrófico em relação ao futuro do sistema público de Segurança Social; defesa da redução do sistema público e dos direitos que ele garante - nomeadamente através do plafonamento (estabelecimento de um tecto) das contribuições e das prestações, da elevação da idade da reforma, da alteração desfavorável da forma de cálculo das pensões; e, em simultâneo, o embelezamento das soluções privadas.»

Por sua vez, Carlos Carvalhas, ao intervir no encerramento do Encontro, apontou a natureza da ofensiva, «uma ofensiva concertada dos interesses das seguradoras e do grande capital financeiro» e os objectivos que tem em vista, nestes termos:

«A ofensiva contra a segurança social tem características especiais, pois o que se pretende é que os seus esquemas mais rentáveis sejam privatizados deixando uma outra parte, em termos caritativos para os sectores de fracos rendimentos.»

O Encontro deixou claro que os comunistas não vão atrás da visão catastrófica sobre a situação da Segurança Social, no nosso país. Não ignoram as suas sérias dificuldades, assim como as suas evidentes insuficiências, mas valorizam as suas realizações.

Em relação às dificuldades, destacam-se os erros de gestão acumulados ao longo dos anos de política de direita, o incumprimento, pelos governos, da Lei de Bases da Segurança Social, a utilização indevida pelo Estado de dinheiros da Segurança Social num montante da ordem dos mil e 200 milhões de contos, só na década de 1985 a 1994 e o vultuoso montante das dívidas do patronato, calculado em cerca de 425 milhões de contos.

Em relação às insuficiências, salienta-se naturalmente o nível muito baixo das prestações sociais, que não têm comparação com o verificado noutros países europeus, onde a segurança social também está debaixo de fogo. Estes baixos níveis das prestações sociais são mesmo verdadeiramente escandalosos no caso das pensões, na esmagadora maioria inferiores a 50 contos mensais e em alta percentagem mesmo inferiores a 30 contos mensais.

De qualquer forma, o sistema público de Segurança Social, cujos benefícios só se estenderam, como direito e de facto, a toda a população depois do 25 de Abril, representa uma conquista histórica do nosso povo, inseparável das suas presentes condições vida e da luta pela sua efectiva melhoria.

O Encontro do PCP responsabilizou severamente a postura do Governo PS, que ignora, na prática e nas orientações, quer as bonitas promessas feitas em nome da «nova maioria» durante a campanha eleitoral, quer os próprios compromissos do Programa do Governo.

São particularmente inquietantes, tanto a composição da comissão do chamado «Livro Branco» nomeada pelo Governo de António Guterres, onde preponderam representantes do lobby das seguradoras e dos fundos privados de pensões, como as declarações de membros do Governo, num sentido inteiramente favorável a este lobby e a modalidades privatizadoras.

A luta em defesa do sistema público da Segurança Social tem que assumir, por tudo isto, um lugar prioritário nas preocupações do movimento dos trabalhadores e da opinião democrática, progressista e de esquerda no nosso país.

Para os comunistas, a melhor forma de travar esta luta com sucesso é apontar ao objectivo da Reforma Democrática da Segurança Social.

Por isso mesmo, o Encontro do passado dia 22 aprovou e apresentou os objectivos, as grandes linhas e os traços essenciais que, no entender dos comunistas, essa reforma deve assumir.

É uma contribuição responsável para essa luta inadiável e uma muito séria proposta para o debate nacional que é indispensável realizar em defesa e pela melhoria do sistema público de Segurança Social.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sacoire Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sacoire Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'V
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL

(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

EUROPA

50 números: 24 750\$00

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale de correio.

ACTUAL

MÁS NOVAS DE FLORENÇA

A bela cidade italiana das margens do Arno não tem evidentemente culpa das más notícias que dela nos chegam.

As más novas vêm do Conselho Europeu (reunião de chefes de Estado e de governo dos quinze países da União Europeia), efectuado naquela cidade, nos dias 21 e 22, e já apropriadamente crismado de «cimeira das vacas loucas».

Toda a razão tinha o PCP quando nas vésperas da cimeira desmascarou as operações propagandísticas de Santer e dos governantes socialistas dos «quinze», incluindo os portugueses, salientando: «é uma perfeita mistificação que a Comissão, o Conselho e o Primeiro-Ministro português continuem a manifestar-se muito preocupados com o desemprego».

A mistificação reside, antes de tudo, no facto de serem as políticas de Maastricht, defendidas a todo o transe por aquelas mesmas entidades, que provocam a concentração da riqueza, a acentuação das desigualdades socioeconómicas, a destruição dos aparelhos produtivos das economias mais frágeis e, em consequência, o agravamento do desemprego.

A «cimeira» mostrou, além disso, que a

retomada das grandes panaceias do «pacto de confiança» e do plano das «redes transeuropeias» para o combate ao desemprego, são puras construções demagógicas dos propagandistas comunitários ou de ingénios europeístas, que não disfrutam do assentimento dos verdadeiros patrões da União Europeia.

O chanceler alemão, Kohl, asseverou com rudeza: «os que pensam, que pela criação de novos fundos e reafecção de dinheiros, se criam empregos, enganam-se».

Alemães e Ingleses, que parecem estar em agudo conflito por causa das «vacas loucas», entendem-se muito bem, e na verdadeira lógica da política de Maastricht, quando se trata de empurrar o combate ao desemprego para as responsabilidades nacionais de cada um dos países da União.

Os primeiros, eliminando quaisquer dúvidas, esclareceram: «Bona não está a favor de quaisquer fundos extraordinários para esse fim», o combate ao desemprego.

Os ingleses, ainda de forma mais radical: «o Reino Unido não comunga nem comungará das iniciativas europeias assentes na ideia da «concertação social»».

Tal é a sensibilidade «europeia» em relação ao flagelo do desemprego!

E, no entanto, este já vitima cerca de 20 milhões de cidadãos «europeus», no conjunto dos 15 países da União, e ameaça continuar a alastrar!

Nada disto é novo. O Governo do PS, para evitar que a sua política comunitária seja mais fortemente contestada, é que vai criando ilusões sobre a possibilidade de demover o coração gelado dos grandes senhores do capital que impulsionam a União Económica e Monetária.

As más novas de Florença não ficam, no entanto, por aqui. Como foi confirmado o calendário para a «moeda única», o conhecido comentador do PS, na TSF, Peres Metelo, apressou-se a anunciar «grandes pressões» sobre as despesas com a educação, a saúde, a habitação e sobre os salários. Concluindo que «1997 não será um ano para o Governo cumprir promessas eleitorais».

Bem se vê que é necessário um novo rumo para a política comunitária e para toda a política do País!

■ Carlos Brito

832 mil contos!

A recente publicação no «Diário da República», II série, do relatório da Comissão Nacional de Eleições sobre as contas dos partidos respeitantes à última campanha eleitoral para as legislativas comporta alguns elementos de indiscutível interesse que vale a pena registar.

Desde logo, deve ser destacada a conclusão, decorrente do parecer da CNE, de que entre os quatro principais partidos, só o CDS-PP não respondeu «à notificação da CNE para suprimimento de algumas irregularidades verificadas», pelo que - anuncia a CNE - irá por isso ser sancionado.

Basta olhar o mapa também publicado das contas dos partidos (as da CDU já tinham sido reveladas, por iniciativa própria, no «Avante!» de 25/1) para se perceber que, entre as irregularidades verificadas e não supridas nas contas do PP, se encontra, nem mais nem menos, que este partido, uma vez que apenas referiu o total das suas receitas (84 mil contos), não cumpriu com a imperativa obrigação legal de discriminar a sua origem, ou seja, omitindo completamente que parte veio da contribuição do próprio partido, de pessoas singulares, de pessoas colectivas (empresas), etc.

Isto significa que o PP escamoteou deliberadamente nas suas contas aquilo que Manuel Monteiro, no contexto de um desaguizado com António Champalimaud a propósito das presidenciais, tinha confessado publicamente: que o PP tinha recebido subvenções eleitorais de duas empresas daquele magnata.

É isto que não deve ser esquecido de cada vez que Manuel Monteiro e o PP se armam em campeões da moralização da vida política e em autênticos zorros na batalha contra a falta de transparência.

O discurso

Magnífico. Permita-me que lhe diga que o discurso do sr. ministro da Educação há dias na Assembleia foi magnífico - uma peça da mais fina oratória como há muito não se ouvia naquela casa. E que concisão, meus senhores! Que concisão tratar do pacto educativo - essa matéria tão vasta e tão árdua a que sua excelência vem dedicando o melhor dos seus pensamentos há muitos meses - apenas em 46 páginas! Diz quem viu, que o próprio olhar grave de Passos Manuel, pairando no espaço, se adozou admirativo.

E que genialidade! Que feliz terra a nossa por encontrar, finalmente, quem com a educação estabeleceu uma tão íntima e carnal simbiose!

Ir ali ao «coração da democracia», como sublinhou sua excelência, em busca de um «catalisador de responsabilidades», «assumir a educação como uma ambição de toda a sociedade» e com o propósito de manter a câmara informada

«de tudo o que pretendia com a ideia dinâmica de um pacto»...

E se «num primeiro momento houve quem pensasse que o pacto seria um documento fechado» felizmente e «depressa houve porém a compreensão de que o que estava em causa era a busca de uma convergência forte de vontades». Que «o pacto realiza-se no dia-a-dia» e que «à sociedade será cometida a tarefa de dar corpo às políticas», não confundir com dar o corpo, como malevolamente as oposições logo insinuaram.

Como sua excelência observou, com rara perspicácia, em relação aos seus detractores, «disse-se que o pacto educativo para o futuro poderia ser mais concreto», mas «o que está em causa» é «lançar as bases de um novo método de acção» pelo que obviamente «não fará, pois, sentido sermos exaustivos em medidas».

É na compreensão do tempo, esse grande escultor como o viu a Yourcenar, que um estadista verdadeiramente se imortaliza!

Mas, para uma educativa reflexão sobre dinheiro, campanhas eleitorais e democracia, há mais coisas interessantes nos dados publicados pela CNE.

Assim ficamos a saber que as despesas eleitorais do PSD ascenderam a 832 mil contos e as do PS a 495 mil contos (para 188 mil da CDU e 116 mil do PP), sendo que, apesar do carácter astronómico das verbas do PSD e do PS, quem tiver uma noção mais especializada destas coisas, tem legítimas razões para suspeitar, por um lado, que PSD e PS devem ter gasto muito mais e, por outro, que não é crível que o PS só tenha gasto pouco mais de metade do que o PSD gastou.

E também ficamos a saber que, para suportar estas despesas, PSD e PS não precisaram de mobilizar nem um tostão dos respectivos orçamentos ou tesourarias partidárias, pois no PSD as contribuições de pessoas singulares ascenderam a 649 mil contos (78% do total) e as das empresas a 30 mil, enquanto no PS as dívidas das pessoas singulares se cifraram em 374 mil (76% do total) e as das empresas em 59 mil contos.

Talvez alguns possam agora perceber melhor por que razão PSD, PS e PP se opuseram às propostas do PCP de um tecto bastante mais baixo para as despesas eleitorais e de proibição dos financiamentos de empresas.

E talvez possam perceber melhor que, entre os factores que mais subvertem a substantiva democraticidade dos processos eleitorais, logo a seguir à propaganda mediática da «bipolarização», se encontram esta absurda espiral despesista e esta chocante desproporção de meios financeiros.

■ Vítor Dias

a escola atraente mas não indiferente».

E onde foi alguém capaz de chegar antes à luminosa reflexão de que «urge fazer uma revolução copernicana no modo de encarar a educação»?

Um Copérnico de Castelo Branco - haverá glória maior para a nação?

Uma nota final lhe quero transmitir ainda relativamente à coragem que revelou. Onde já se viu um estadista, um verdadeiro gentleman, ter a coragem de afirmar que «as sociedades não se mudam por decreto»? E onde alguém que só trabalha por decretos veio reconhecer que «o inferno começa a estar cheio» deles? Verdadeiramente sublime.

Aceite por hoje os respeitáveis cumprimentos, do
Z. Zagalo, Júnior

■ Edgar Correia

RÚSSIA
Eleições e golpes

Os resultados numéricos mais significativos da 1ª volta das eleições presidenciais na Rússia são conhecidos: Ieltsin, que ainda dois dias antes do voto assegurava ir ser eleito à 1ª volta, ficou-se pelos 35,3%; Ziuganov, apesar da brutal discriminação na campanha eleitoral, passou à 2ª volta a ele colado, com 32%, escassos 2 milhões de votos de diferença. A abstenção ultrapassou 30%. Os outros candidatos relevantes, Lebed (14,4%), Iavlinski (7,3%) e Jirinovski (5,7%), somam em conjunto 27,6% dos votantes. Tudo depende agora, na 2ª volta, do rumo que vierem a tomar os votos obtidos por esses três candidatos, assim como da abstenção. Os 5 milhões que votaram Iavlinski são quase certos agora a favor de Ieltsine. Mas os quase 11 milhões de Lebed e mais de 4 milhões de Jirinovski foram, todos os comentaristas o confirmam, votos de protesto anti-Ieltsine, que podem não seguir agora as indicações dos ex-candidatos e até se voltarem contra eles. Ziuganov terá sem dúvida grande dificuldade em alcançar os 50% dos votos. Mas mesmo que Ieltsine venha a «ganhar», ele já perdeu. A sua manutenção será a curto prazo e o pós-Ieltsine já começou.

Quase mais importantes que os resultados eleitorais da 1ª volta foram entretanto os rocambolescos golpes e contragolpes palacianos dentro do Kremlin, onde os lobos se devoram uns aos outros para salvar a raça. Avulta o «volte-face» (?) de Lebed. Tudo indica que o general da lei e ordem estava já «programado» no Kremlin, e não só. Beneficiou na sua campanha numa excepcional cobertura mediática e dispôs de avultados financiamentos. Como diz Vitali Tretiaikov, director do *Nezavissimaja Gazeta* (18/6/96), «o avanço de Lebed não é uma surpresa. O Kremlin estava preparado para ele e apostou nele. Nos últimos tempos, várias forças no seio do poder trabalhavam mesmo para ele». Preparavam já a 2ª volta, mas certamente ainda mais que isso. As autoridades de Washington, bem informadas sobre ele e desde há muito, deram logo o *satisfecit* à sua ascensão e «regozijam-se pela perspectiva de trabalhar com Lebed» (portavoz de Clinton). É muito provável que seja ele, um confesso admirador de Pinochet, o há muito procurado sucessor de um Ieltsine esgotado.

Se o golpe de Lebed avulta, de não menor significado foi o outro golpe palaciano que logo se lhe seguiu. A purga de Soskovetz, primeiro vice-primeiro-ministro, de Korjakov, chefe da guarda presidencial, e Karsukov, chefe dos serviços de espionagem, a pretexto da prisão de dois altos funcionários da equipa de Ieltsine que teriam tentado desviar centenas de milhares de dólares dos financiamentos eleitorais para fora do Kremlin, é bem mais que isso: é a vitória do clã Chubais, o homem das privatizações, contra outro dos clãs da corte ieltsiana. Num bem informado artigo, o *El País* de 21/6/96 esclarece o seu sentido real. Soskovetz, apoiado por Korjakov e Barsukov, era o chefe dum grupo «partidário de reforçar o papel regulador do Estado na economia e de subvencionar a indústria nacional». Ao contrário, Anatoli Chubais, o ex-«padrinho» das privatizações e actual dirigente-sombra da equipa eleitoral de Ieltsine, tem «por detrás os bancos comerciais e todos aqueles que beneficiaram dos polémicos leilões de privatizações». O seu grupo «representa os novos sectores emergentes», tubarões insaciáveis, como o grupo financeiro do célebre Banco Most e seus pares e aliados, como o grupo de Lujkov, poderoso «patrão» de Moscovo. Claramente pró-occidental, esta vitória do clã Chubais sobre o clã Soskovetz é uma «boa notícia» para a Alemanha e os EUA (que a ela não serão estranhos), mesmo que, como diz *El País*, «ainda esteja por ver se a guerra foi definitivamente ganha».

Entre golpes e contragolpes, assim se vai desenrolar, a 3 de Julho, a 2ª volta das presidenciais na Rússia. Com o homem da «terapia de choque» militar, Lebed, e o regresso da equipa da «terapia de choque» económica de Chubais, o Ocidente parece tranquilo e satisfeito, vendo o seu futuro assegurado. Mas... e o futuro da Rússia? Certamente que os comunistas e patriotas russos não baixarão os braços. Para já e para depois, seja o que venha a acontecer. E parece que na Rússia tudo pode acontecer...

■ Carlos Aboim Inglês

Encontro do PCP sobre Segurança Social

Ofensiva concertada dos interesses privados

Com a presença de mais de 300 participantes, realizou-se, no passado sábado, no Hotel Altis, em Lisboa, um Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social. Coube a Edgar Correia, da Comissão Política, a intervenção de abertura dos trabalhos que incidiram, na parte da manhã, sobre «A situação da Segurança Social» e, na parte da tarde, sobre «Que reforma da Segurança Social?». O Encontro contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que encerrou os trabalhos.

Analisar a situação da Segurança Social, considerar as orientações de curto e médio prazo que defendam o sistema público de Segurança Social dos interesses do grande capital financeiro, garantam os direitos adquiridos e elevem o nível da resposta social e aprofundar as linhas de uma reforma democrática da Segurança Social, de forma a que esta possa responder às alterações estruturais ocorridas, designadamente no domínio da

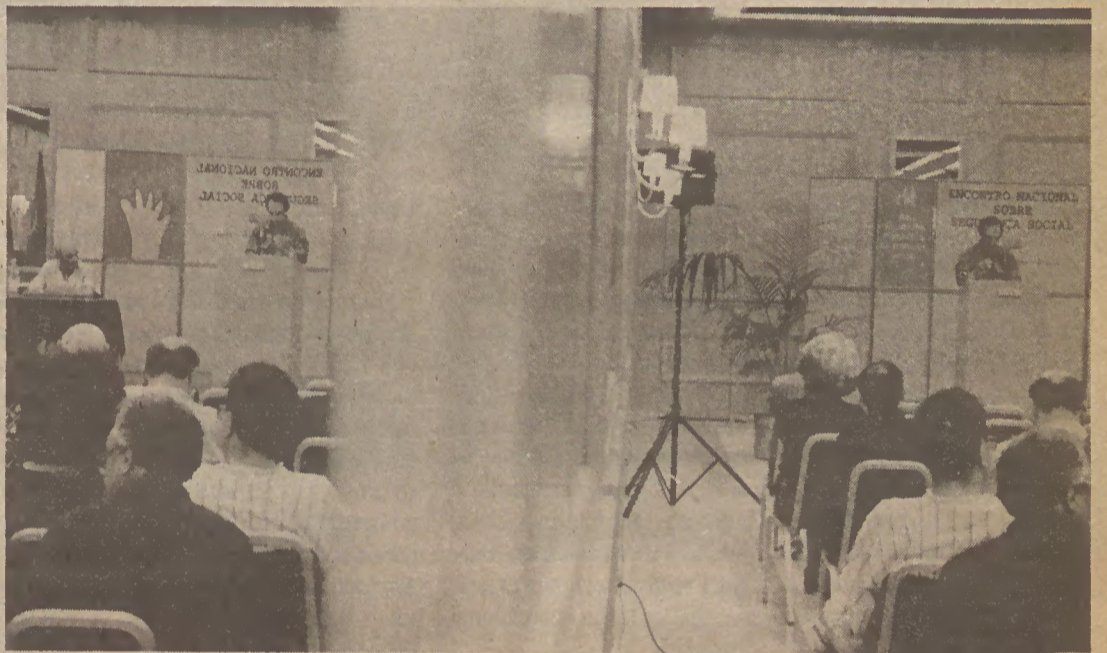
demografia, da economia e do emprego, foram os objectivos que presidiram ao Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social.

Nas pastas distribuídas aos participantes constava um documento - «Por uma reforma democrática da Segurança Social» - que, segundo afirmou Edgar Correia na intervenção com que se iniciou o debate, «propõe uma reflexão de base sobre a Segurança Social no

nosso país, os problemas e os riscos com que está confrontada, a nova política democrática que propomos que seja empreendida» e que se destina a prosseguir «os rumos de um grande debate nacional que queremos o mais alargado, participado, crítico e enriquecedor que for possível».

Abordando a campanha posta em marcha pelo grande capital, no sentido de desacreditar a viabilidade e potencialidades do

sistema público, Edgar Correia afirmou que «nem as insuficiências notórias nem as dificuldades acumuladas pela Segurança Social justificam que se ponha em causa o direito social que o sistema concretiza». Elas «não desvalorizam as inegáveis realizações» do sistema e «não anulam o imenso património social que foi construído com o trabalho e com o sacrifício de muitas gerações de trabalhadores».



Os comunistas querem um debate participado, crítico e enriquecedor

Intervenção de Carlos Carvalhas

Política do Governo revela insanável duplicidade



(...)

A ofensiva contra a Segurança Social

É uma realidade que há muito que vem prosseguindo no terreno ideológico e das medidas em concreto uma ofensiva contra os salários, os direitos e a Segurança Social, debaixo da batuta e da «religião» neoliberal.

A ofensiva contra a segurança social tem características especiais, pois o que se pretende é que os seus esquemas mais rentáveis sejam privatizados deixando uma outra parte, em termos caritativos, assistenciais, para os sectores de fracos rendimentos.

Sem se deixar de reconhecer toda a complexidade dos problemas da segurança social, é também uma evidência que muitos dos reais problemas apontados - envelhecimento da população, aumento do desemprego, reformas antecipadas, etc., são pretexto para liquidar o seu carácter universal e unificado.

A segurança social é, em Portugal, neste momento, alvo de uma ofensiva concertada dos interesses das seguradoras e do grande capital financeiro.

Os objectivos são evidentes: trata-se de dar um significativo passo na introdução do negociamento na segurança social, contra o nível e qualidade de vida dos trabalhadores e da generalidade dos cidadãos. Trata-se de avançar com a desregulamentação e destruição dos direitos sociais, visando a acumulação de mais umas dezenas de milhões de contos à custa do futuro de milhares de trabalhadores.

O que se pretende no nosso país é dar curso às receitas e aos dogmas do neoliberalismo: privatização das reformas da segurança social, em benefício das Seguradoras, mercantilização da saúde e ensino, benefícios fiscais para as actividades financeiras e especulativas e sobrecarga dos trabalhadores por conta de outrem. Isto é, intensificar a desresponsabilização das funções sociais do Estado,

desmantelamento do chamado «Estado Providência», ou, como dizem o Hudson Institute ou a Heritage Foundation, ligados às transnacionais e ao Partido Republicano dos EUA: «o fim das cedências social-democratas da Europa da guerra fria», a «destruição do Estado burocrático», a «morte do new deal» e o «enterro do cadáver do Estado Providência». Mais claro não se poderia ser.

A ofensiva contra os serviços públicos continua em marcha, mesmo depois dos balanços desastrosos como é o caso do «modelo» anglo-saxónico, caracterizado mesmo num relatório da Comissão das Contas Públicas da Câmara dos Comuns, por «desperdício», «fraude» e «corrupção». A privatização foi feita, como sempre, em nome dos consumidores e com um «caderno de encargos». É que o verdadeiro problema não está na concorrência, pois os privados, mal acedem à posse dos serviços, procuram de imediato limitá-la, subir os preços e realizar lucros. O problema está nos critérios de gestão do serviço público, no seu controlo e exigência de eficácia, inclusive pela penalização das respectivas administrações.

Hoje, no campo da saúde, os dados aí estão: Londres, proporcionalmente a Paris, Roma ou Berlim, tem 50% menos camas em hospitais. É estimado que mais de um milhão de súbditos de sua majestade estão em filas de espera para serem tratados. Uma simples operação numa clínica privada custa uma fortuna! São os direitos humanos vistos pela City!

São também conhecidas as linhas de ataque conduzido contra os serviços públicos e contra a segurança social, durante o consulado PSD. Foi a redução de benefícios, a modificação do cálculo das pensões e a elevação de 62 para 65 anos de idade da reforma das mulheres, que agora o PS veio confirmar, renegando compromissos assumidos, foi o não pagamento pelo Estado dos regimes não contributivos totalizando cerca de 1200 milhões de contos, foram as diversas operações de descapitalização

Encontro do PCP sobre Segurança Social

Ofensiva concertada dos interesses privados

Sistema público não é utopia

Nós, comunistas, «estamos empenhados em procurar as vias e as medidas para salvaguardar, reforçar e aperfeiçoar o sistema público de Segurança Social», afirmou Edgar Correia que, mais à frente, diria: «o "modelo" neoliberal de privatização da Segurança Social, que com variantes de grau, modalidade e prazo de concretização está a ser defendido no nosso país pelos representantes do grande capital financeiro e, no plano político, pelos responsáveis do PSD, do PP e do governo do PS, não tem nada de positivo a oferecer aos beneficiários da Segurança Social. Nem dispõe de qualquer vantagem comparativa na abordagem dos problemas (velhos e novos) com que o sistema está confrontado».

«Às "reformas" da Segurança Social redutoras de direitos e com objectivos privatizadores, apresentamos-vos», disse, a terminar, Edgar Correia, «a proposta de realização de uma política de sentido inteiramente oposto, que defenda, que reforce e que aperfeiçoe o direito à Segurança Social e o sistema público que o suporta e garante. Não se trata de uma utopia de concretização longínqua. Trata-se de uma política com possibilidade de aplicação prática.»

Num debate marcado por cerca de três dezenas de intervenções, foram abordados os principais problemas que hoje se colocam à Segurança Social e as propostas dos comunistas para a sua solução.

A fiscalidade, o papel e financiamento das I.P.S.S., as teses neoliberais que pretendem colocar o sistema de segurança social público em desvantagem com os agentes económicos privados, a crescente desresponsabilização do Estado que se verifica, a necessidade de uma maior participação dos beneficiários, a adequação das fontes de financiamento à natureza das prestações, a necessidade de clarificação e separação de regimes, a moralização da Segurança Social, medidas para combater as dívidas, foram alguns dos muitos temas abordados e discutidos.



Salvaguardar, reforçar e aperfeiçoar o sistema público de Segurança Social é a proposta do PCP

Combater a evasão fiscal

Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais, questões sistematicamente «escamoteadas», foram motivo de uma intervenção. Assim como a ausência de prevenção dos riscos profissionais e o não cumprimento das leis, cujas consequências foram ilustradas por Armando Tavares com os números da sinistralidade laboral em Portugal - três mortos por dia - e

os gastos com acidentes profissionais, que já chegaram a representar 80 por cento do orçamento da saúde:

Uma preocupação sobressaía das várias intervenções: era a situação a «descoberto dos seguros de trabalho e a insegurança total em acidentes» dos trabalhadores independentes ou com trabalho precário, que são hoje cerca de 25 por cento da população activa.

Os grandes ataques à Segurança Social fazem-se através

do sistema financeiro, dizia, numa outra intervenção, Eugénio Rosa. É necessário quantificar custos, despesas e receitas e analisar separadamente cada subsistema da Segurança Social. A política praticada, seja ao nível da fiscalidade (uma das mais baixas da Europa), da permissividade à evasão fiscal (400 a 500 milhões de contos por ano, segundo técnicos do próprio FMI) ou do não alargamento da base de financiamento, tem um único objectivo:

concluir pela inviabilidade do regime.

Abordado foi também, naturalmente, o papel do PCP na promoção do grande debate que urge fazer sobre o conteúdo, a importância e os perigos que ameaçam a segurança social. Cabe ao PCP intervir e esclarecer de forma a vencer atrasos e criar condições para a reforma democrática da segurança social, disse Alexandre Teixeira, que apontou como objectivo imediato dos comunistas a realização de semanas nacionais de esclarecimento sobre as reformas que o PCP propõe para a Segurança Social.

Os trabalhos do Encontro terminaram com a votação do documento «Por uma Reforma Democrática da Segurança Social» que, integrando já as alterações havidas, foi aprovado por unanimidade e aclamação.

O Encontro foi encerrado com uma intervenção de Carlos Carvalhas (ver extractos nestas páginas).

Entretanto, no Hotel Altis, numa sala ao lado da do Encontro, decorria uma pré-selecção de «top-model». Dezenas de jovens raparigas, em cima de enormes saltos e vestindo roupas aparentemente idênticas, provavelmente alheadas da sorte que na velhice o futuro lhes reserva, viviam sonhos artificialmente inseminados, entrando num jogo de que nunca sairão vencedoras.

Intervenção de Carlos Carvalhas

e o facilitismo face à retenção ilícita por empresas e outras entidades de verbas da segurança social.

Hoje, com o Governo PS, o ataque prossegue sob a cobertura dum comissão do Livro Branco da Segurança Social em que pontificam os representantes do lobby das seguradoras e gestores de fundos de pensões, naturalmente interessados no negócio da privatização de parte significativa da segurança social.

Na verdade, ao propósito enunciado pelo Governo, no seu Programa de «elaboração de um Livro Branco da Segurança Social», que avaliasse o sistema de Segurança Social e traçasse orientações para a sua Reforma e que o Primeiro-Ministro afirmou na Assembleia da República seria concretizado por um «comité independente de peritos», sucederam-se declarações de membros do Governo de sentido inteiramente distinto, que negam o direito à segurança social e configuram uma reforma liquidadora do sistema público da Segurança Social.

Vão nesse sentido as declarações do Secretário de Estado da Segurança Social sobre o «plano» ou «... que as contribuições passem a incidir apenas sobre uma percentagem do salário, sendo que as pensões passarão a reportar-se à mesma percentagem do rendimento», de modo a canalizar a poupança para as seguradoras privadas. E também o anúncio de que outro passo a dar é o da redução das reformas, dos actuais 80% para cerca de 60% e a insólita referência a orientações que o Livro Branco iria considerar, apesar de na altura não estar sequer nomeada a comissão.

É a tal orientação neoliberal de fachada socialista, como alguns avisaram o Primeiro-Ministro na Convenção do PS.

A política do Governo em relação à Segurança Social aparece revestida de uma insanável duplicidade e o seu objectivo privatizador torna-se evidente.

O Governo, através do Secretário de Estado e do Ministro, tem

tido um discurso alarmista e mistificatório, procurando impor como facto evidente e consumado a significativa diminuição do sistema público de segurança social, a imposição de descontos obrigatórios para esquemas privados e a selectividade no acesso aos direitos sociais.

É a perspectiva neoliberal de que o Banco Mundial se assume como porta-voz internacional e que está consubstanciada na «teoria dos três pilares», aqui referenciada, em que é associada a perda de



direitos e a desresponsabilização do Estado em relação à Segurança Social, com a privatização do fundamental dos sistemas públicos que actualmente a concretizam. Os três sistemas ou pilares são assim definidos: um sistema gerido publicamente com a participação obrigatória e objectivo limitado a reduzir a pobreza entre os idosos e que deve ser de dimensão modesta, deixando amplo espaço para os outros pilares; um sistema gerido a nível privado, com poupanças obrigatórias e um terceiro sistema constituído pelas «poupanças voluntárias».

É esta linha que o Governo quer prosseguir embora o não explícite e o disfarce, com variantes de grau, de modalidade e de prazo de concretização, pelos representantes do grande capital financeiro.

Sobre o Euro construiremos o desemprego

Com a política seguida, com as políticas de concentração de riqueza e de não defesa e valorização do aparelho produtivo é certo e sabido que iremos ter mais desemprego.

A continuarem com as políticas de Maastricht, calcula-se desemprego vai continuar a aumentar e há já quem calcule, agora, que o País poderá chegar a Dezembro, pela mão do PS, com 700 a 800 mil desempregados. Isto é inaceitável e intolerável. Com mais desemprego e mais reformas antecipadas temos naturalmente mais pressão sobre a segurança social. E aqueles que são responsáveis por esta política são os mesmos que depois afirmam que há cada vez menos activos em relação aos inactivos. E são os mesmos que depois defendem programas paliativos contra o desemprego.

E o que se passou em Florença com o chamado pacto para o emprego, do Sr. Santer, que esconde as causas do desemprego e da pobreza na União Europeia, ou seja, as políticas neoliberais, as políticas de Maastricht, as políticas de marcha forçada para a Moeda Única.

O Primeiro-Ministro disse em Madrid, em termos bíblicos, na primeira Cimeira europeia, em que participou: «sobre o Euro construiremos a Europa». Agora em Florença poderia ser mais preciso e afirmar que «sobre o Euro continuarão a construir o desemprego». Ou ainda com mais verdade o Eng. Guterres poderia agora dizer que sobre as vacas loucas e o Euro o desemprego continua! Esta é que é a realidade. A realidade de uma Europa rica e poderosa que já conta no seu seio com dezenas de milhões de pobres e desempregados e que ainda quer liquidar os esquemas de protecção social. Aliás, mesmo com alguma sobrançeria o Presidente do Bundesbank já afirmou (em 24.04.96) que a «União Monetária não é um programa de ajuda ao desemprego!» Será que o Primeiro-Ministro não ouviu?

Nós continuamos a reafirmar que, tal como o inscrevemos no Programa Eleitoral, segurança social constitui nas sociedades de hoje um direito fundamental e uma função social do Estado de primordial importância.

O sistema de segurança social representa um instrumento insubstituível de solidariedade, de justiça social, mas também de integração e de participação activa na vida da sociedade ao proteger as pes-

Sistema público tem potencialidades

«Por uma Reforma Democrática da Segurança Social» é o título do documento aprovado pelo Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social que, «sem prejuízo de ulteriores desenvolvimentos, ajustamentos e quantificações», expressa a análise e as medidas preconizadas pelos comunistas para a reforma do sistema público de Segurança Social.

Na sua introdução, considera-se que a Segurança Social - a questão social que mais profundamente toca os trabalhadores - encontra-se no centro de um debate público e ideológico de crucial importância para o futuro da nossa sociedade.

Existe neste momento uma enorme campanha, movida pelo grande capital - afirma-se no documento - pretendendo generalizar a ideia de que o sistema público da Segurança Social, se não está já em falência, a curto prazo o estará, não restando outro caminho que não seja o de reduzir direitos e encetar transformações de natureza privatizadora.

O PCP não acompanha esta visão catastrófica e considera que, desde que seja levada a cabo outra orientação política, o sistema público de Segurança Social tem mesmo potencialidades. Daí que priorize a análise das causas que conduziram às presentes dificuldades, o reconhecimento das suas determinantes políticas e a elabora-

ção de uma nova política para a Segurança Social.

A utilização dos recursos da Segurança Social por sucessivos governos ao serviço de interesses estranhos à protecção social dos seus beneficiários, dizem os comunistas, debilitou objectivamente a capacidade de resposta do sistema e enfraqueceu as suas garantias. Também em 1993, o Governo PSD, em flagrante desrespeito pelo princípio dos direitos adquiridos, reduziu os benefícios da Segurança Social. As receitas do regime geral utilizadas como fonte de financiamento do próprio Orçamento do Estado, entre 1985 e 1994, ascenderam a cerca de 1200 milhões de contos. Se se acrescentar a isto a permissividade existente perante uma evasão contributiva de grandes dimensões e um vultoso montante de dívidas do patronato (425 milhões de contos), percebe-se porque são crescentes as dificuldades financeiras da Segurança Social, afirmou o Encontro que

defendeu as necessárias correcções e reparações, de forma a que o sistema não só responda às expectativas e direitos nele constituídos como se adapte às novas exigências.

Entretanto, o Governo PS não só não inverteu esta situação como, quanto à dívida do Estado, através do ministro do sector, diz que «é possível» que ela seja incobrável, não se tendo tomado, até ao momento, qualquer medida eficaz contra a evasão contributiva e no sentido de reduzir as dívidas das empresas.

Privatização liquida direitos

«Que reforma para a Segurança Social?», pergunta-se no documento, que considera um facto a necessidade de perspectiva global da evolução do sistema e a realização de ajustamentos políticos de carácter estrutural. É aqui, dizem os comunistas, que as águas se dividem: por um lado, os que defendem um «modelo» neoliberal que, assente na «teoria dos três pilares», associa a liquidação de direitos sociais e a desresponsabilização do Estado com a privatização do fundamental dos sistemas públicos; por outro, os que, a partir



de diferentes enfoques técnicos, económicos e políticos, se colocam numa linha de defesa do

direito à segurança social e à sua concretização num nível mais elevado.

O PCP defende uma reforma democrática na Segurança Social, no sentido do reforço e aperfeiçoamento do sistema público, nomeadamente através da melhoria da sua direcção e gestão, do alargamento da base de incidência contributiva a elementos distintos dos salários e da adequação dos financiamentos à natureza das prestações.

A teoria dos «três pilares», tendo como propósito exclusivo transformar a velhice numa enorme fonte de lucros, traduz-se necessariamente por menos garantias e menores benefícios para os trabalhadores! Para demonstrar a inevitabilidade deste modelo, os que o defendem esquecem a existência das monumentais dívidas do Estado e das entidades patronais - cujo pagamento não pode deixar de ser reclamado! - e passam ao lado da necessidade do alargamento e do aperfeiçoamento da base de financiamento da Segurança Social, questões cruciais para decidir da capacidade do sistema.

Instrumento de justiça social

«A Segurança Social constitui um instrumento insubstituível de justiça social e de solidariedade», cuja qualidade depende, naturalmente, do crescimento económico e do emprego.

Uma reforma democrática da Segurança Social - para o PCP - obedece a cinco orientações estratégicas: a garantia dos direitos adquiridos e em formação a todos os cidadãos; a melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores; a concretização da universalidade; a autonomia institucional, a descentralização democrática e o reforço da participação social no sistema; o reforço e a adequação do financiamento da Segurança Social com a elevação dos recursos e clarificação dos regimes de financiamento. Para a sua concretização enuncia um conjunto de medidas que vão da informação pública sobre a evolução da Segurança Social à constituição de uma provedoria ou ao alargamento e aperfeiçoamento da base de financiamento da Segurança Social, passando pela revisão do regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

O PCP considera de crucial importância, para o futuro dos trabalhadores e da sociedade portuguesa, a realização de um amplo debate sobre a profunda alteração do sistema, que o PS se propõe e a dinamização de um vasto e diversificado movimento de opinião, de intervenção e de luta. Confirmando a sua disposição e determinação de intervir activamente nesta batalha, os comunistas, apelam por fim, à acção comum de quantos estão empenhados nesta justa causa.

soas, nos termos constitucionais, na doença, invalidez, velhice, viuvez e orfanato bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Um direito de Abril

É bom lembrar que, em Portugal, a segurança social só se desenvolveu como um direito, que se estende a toda a população, com o 25 de Abril.

O facto de Portugal estar na cauda da União Europeia no que respeita ao peso das prestações sociais nas despesas públicas, bem como no Produto Interno Bruto mostra que a reorientação da afectação dos recursos nacionais é possível, dependendo tão-só das opções políticas que sejam adoptadas.

O PCP assume a justiça social como objectivo e, simultaneamente, como condição de desenvolvimento. Ainda ontem foi revelado num estudo feito pelo I.N.S.E.C. francês que Portugal tem a mão-de-obra mais barata da União Europeia. Ora sem poder de compra não há mercado interno.

Por isso à política de menos segurança social, que tem sido o verdadeiro lema que caracterizou a acção do PSD e agora do PS, o PCP contrapõe a necessidade e a possibilidade de mais e melhor segurança social, para que as pessoas não vivam desprotegidas no presente e abandonadas à insegurança e ao medo face ao futuro ou para assegurar a sua integração social.

O PCP assume como propósito fundamental, defender, reforçar e aperfeiçoar o sistema de segurança social, baseado no princípio da solidariedade entre gerações e que constitui uma realidade erguida pelas contribuições e sacrifícios de várias gerações de trabalhadores portugueses.

As ideias em que se apoiam os ataques à Segurança Social são conhecidas: o chamado vínculo perverso entre reformas e salários; o papel complementar dos sistemas privados; a justiça relativa nas prestações; a insuficiência de financiamento; a alteração na composição demográfica; tudo isto sem questionar as responsabilidades das políticas de direita nas situações a que se chegou e abdicando duma perspectiva de esquerda que, naturalmente, impõe a defesa intransigente das regalias sociais adquiridas em confronto com a avalanche neoliberal.

O PCP coloca-se numa postura de esquerda. Somos pela defesa, reforço e aperfeiçoamento do direito à segurança social e do sistema público que o suporta e garante.

Somos pela garantia dos direitos adquiridos e por novos direitos, pela melhoria das prestações sociais, o alargamento do período de concessão do subsídio de desemprego e a extensão do Rendimento Mínimo de Subsistência.

Somos pela abrangência de todos os cidadãos no sistema de segurança social, pela sua autonomia e descentralização e pelo direito de participação da sociedade na sua gestão e direcção.

Somos pelo reforço e adequação do financiamento do sistema e pela sua transparência e moralização, assumindo o Estado os seus compromissos passados e presentes relativos ao regime não contributivo, recuperando e dando combate à evasão contributiva e alargando a base de financiamento da segurança social, taxando o valor acrescentado das empresas e os movimentos especulativos de capitais e combatendo os benefícios fiscais ao grande capital que cada vez distancia mais a taxa legal do IRC da taxa efectiva.

Por isso, continuaremos a intervir, a lutar e a dinamizar, nas diversas frentes de intervenção, um amplo movimento social e político em defesa da segurança social e dos direitos adquiridos. É isto que é da maior importância quando se sabe como são baixas as prestações sociais e as reformas, como é elevada a sinistralidade do trabalho, como é elevado o número dos que trabalham com recibo verde e vínculo precário.

Este Encontro Nacional e o documento intitulado «Por uma reforma democrática da Segurança Social» não constituem o encerramento dos nossos trabalhos e da nossa reflexão de um tema que é complexo e que temos necessariamente de continuar a debater e a aprofundar.

O Encontro permitiu a mobilização de esforços, a reafirmação de princípios e uma reflexão de conjunto que é de grande interesse para a nossa intervenção e para a nossa luta.

Creio que estaremos de acordo que é neste caminho, de encararmos os problemas com seriedade, de procurarmos as respostas e soluções e darmos combate às mistificações ideológicas e não o da crítica fácil, o da política «politiqueira» e da política-espectáculo, que deve continuar a caracterizar a postura dos comunistas portugueses e a intervenção deste grande Partido que é o Partido Comunista Português.

(...)

Comunistas defendem «nova política para a CP» Inverter o rumo em 12 medidas

As propostas apresentadas por Jerónimo de Sousa têm por objectivo melhorar a qualidade do serviço, recuperar o prestígio da CP, dignificar os ferroviários e melhorar a situação financeira da empresa.

A coordenadora nacional do PCP para o sector ferroviário elaborou um extenso documento onde é feita a caracterização da actual situação da CP e são apontadas «as medidas que se impõem para o revigoramento do caminho-de-ferro, para a valorização dos trabalhadores ferroviários, para uma melhoria substancial da eficácia da CP, para melhor servir os portugueses». O documento foi divulgado publi-

camente na semana passada, no CT Vitória, pelo camarada Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do Partido.

A política seguida nos últimos anos é apontada como a principal causa dos problemas hoje vividos na CP. Citando números de 1985 e 1995, o PCP acusa os governos do PSD e de Cavaco Silva de não terem atacado as reais causas do desequilíbrio financeiro da empresa e de

não terem cumprido sequer os objectivos que eles próprios definiram no Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos-de-Ferro (1988-94).

Entretanto, as mudanças verificadas no quadro político nacional não se reflectiram ainda na CP, onde se mantém intacto todo o aparelho laranja que «executou meticulosamente aquela política destruidora». Por outro lado, as declarações conhecidas de governantes socialistas «não aponta, infelizmente, para uma política diferente».

A «nova política» que o PCP propõe para a CP deve assentar

em 12 vectores principais: 1 - encarar o caminho-de-ferro como modo estruturante no sistema de transportes nacional; 2 - repor a unidade da empresa, destruída pelo desmembramento, efectuando com urgência a reintegração do material e da via fluvial; 3 - criar uma nova organização, que permita integrar de modo harmonioso todas as áreas do caminho-de-ferro; 4 - nomear gestores com base na sua competência profissional e dedicação à empresa; 5 - celebrar um contrato com o Estado para um saneamento económico e financeiro sério; 6 - proce-



A coordenadora nacional para o sector ferroviário apontou os principais problemas e apresentou propostas concretas para a CP

der à separação contabilística entre a infra-estrutura e a exploração; 7 - dignificar os trabalhadores ferroviários e as suas carreiras; 8 - criar uma cultura de empresa, que a governação PSD destruiu; 9 - definir metas rigorosas sobre os objectivos a

atingir no tráfego; 10 - efectuar investimentos adequados às metas e objectivos definidos; 11 - manter, com melhor qualidade, a prestação de serviço público; 12 - aumentar a eficácia, servir melhor os clientes, prestigiar a empresa.

Acessibilidades no Porto

Acessibilidades, trânsito e transportes no Grande Porto foi tema do debate que encerrou, por agora, o Ciclo de Debates sobre o Porto. Desta feita, mais alargado porque o problema das acessibilidades é diferente de uns concelhos para os outros.

É que, como frisou Ilda Figueiredo, citando dados estatísticos de 1991, os fluxos de pessoas que vão trabalhar para o Porto (totalizando 114.000) são essencialmente provenientes de Gaia (26.000), Gondomar (22.800), Matosinhos (17.000), Maia (10.000) e Valongo (9.000). A verdade é que os grandes investimentos feitos nesta área - Ponte do Freixo e Via de Cintura Interna (VCI) ainda não resolveram os problemas de deslocação da população trabalhadora. Os planos rodoviários não foram cumpridos até ao fim e não se desenvolvem novas centralidades.

Hora e meia em transporte público é o que gasta um utente

da STCP que vive em São Pedro da Cova (Gondomar) e se desloca em horas de ponta para trabalhar no Porto, na zona da Boavista.

E como acrescentou Henrique Teixeira, controlador de tráfego da STCP, a velocidade média de circulação ainda não aumentou, com ligeira excepção das vias rápidas.

«Entre Gaia e Porto é preciso mais ligações, mais pontes para o trânsito local, para os peões, por ventura à cota baixa, que não exija tantas obras de arte. Mas também é preciso que se resolvam os acessos às pontes já existentes que sempre afunilam em becos (vd. do lado de Gaia)» - disse o camarada António Pina, engenheiro da JAE.

«O Metro pode ser um dos maiores projectos da Área Metropolitana do Porto (AMP) no próximo século e revolucionar os transportes em toda esta área - por isso deve ter discussão públi-

ca - o que não está a acontecer. É uma oligarquia pública - umas cabeças iluminadas que estão a decidir» disse o vereador Antero Pires.

Mas o futuro Metro é ainda um exemplo noutros sentidos. Nascido e desenvolvido numa perspectiva essencialmente eleitoralista, parece longe de corresponder às necessidades e, por outro lado, às possibilidades de aproveitamento de infra-estruturas já existentes, designadamente das linhas da CP e da EMEF, que postas em máxima operacionalidade seriam já uma pri-

meira incompleta, mas fundamental estrutura de transporte público. Os camaradas Juvilte Madureira e Caetano, trabalhadores da CP e EMEF ilustraram com grande vivacidade os aspectos que se relacionam com a CP e o Metro do Porto.

Jorge Sarabando tirou algumas conclusões do debate referindo que o negociamento, a descoordenação, a irracionalidade, a propaganda e ainda a falta de respeito pelos órgãos democráticos que têm caracterizado a política de acessibilidades e transportes na Área Metropolitana do Porto.



Um importante debate a encerrar o ciclo de iniciativas sobre o Porto

Por seu lado, o PCP entende que deve ser finalizado e tornado público o Estudo Estratégico de Transportes, promovido

pela Junta Metropolitana, e sujeito a debate público o Plano Director de transportes metropolitanos.

Assembleia no Barreiro

Com a presença de 300 delegados e a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política, realizou-se no passado sábado, na colectividade Os Penicheiros, a 6ª Assembleia de Organização Concelhia do PCP do Barreiro, num quadro político, económico e social hoje muito diferente.

A realidade actual do concelho, dizem os comunistas do Barreiro, reflecte uma grave crise económica e social, marcada pela destruição do aparelho produtivo, visível no desmembramento e desmantelamento das principais empresas e no encerramento de outras e na destruição de mais de 10 mil postos de trabalho.

Enriquecer e dinamizar a acção do PCP no seio dos trabalhadores e nas lutas pela defesa dos seus direitos e interesses; reforçar a sua estrutura orgânica para melhor resistir e lutar contra a política de direita; preparar todo o Partido e aglutinar esforços para as importantes batalhas eleitorais que se avizinham, são, pois, alguns dos objectivos que a Assembleia propôs.

Afirmando que o PCP é a maior força política nos órgãos autárquicos do concelho; os comunistas do Barreiro, embora assumindo debilidades e deficiências, dizem preservar a sua capacidade de diálogo e dinâmica

de intervenção, conscientes que estão a contribuir para valorizar, projectar e construir o Barreiro do futuro. E, após analisarem a acção dos outros partidos no concelho, enunciam as medidas e acções que reconhecem como indispensáveis para o progresso do concelho, designadamente no campo do desenvolvimento económico e social, do enriquecimento da área laboral e da promoção da vida sociocultural que defendem.

A 6ª Assembleia do Barreiro, que considera que o reforço do PCP passa pela intervenção empenhada de todos os seus membros, organismos e organizações, pelo recrutamento de novos militantes e pelo envolvimento de forma participada e actuante de todos na discussão e análise dos problemas, estabeleceu ainda, na Resolução Política que aprovou, as prioridades da sua intervenção política.

Para levar à prática as conclusões a que chegou, a 6ª Assembleia do Barreiro elegeu por unanimidade a nova Comissão Concelhia que, composta por 59 membros, registou, em relação à anterior, a entrada de 24 novos camaradas, 8 dos quais militantes da JCP.

O Executivo da Comissão Concelhia e o Secretariado já eleitos integram, respectivamente, 19 e 8 membros.

Vila do Conde Mais adesões e um CT melhor

Vários foram os motivos, todos suficientemente áliciantes, que justificaram o recente convívio promovido pela Concelhia de Vila do Conde. Um foi o anúncio do pagamento integral da fracção do prédio onde funciona o Centro de Trabalho e cuja aquisição se iniciou há cerca de um ano. Para que tal se tornasse possível, foi fundamental o empenho dos comunistas e simpatizantes do Partido, mas, também, a contribuição de outras pessoas, próximas ou mesmo militantes de outros partidos.

Foram superadas as melhores expectativas, todavia, e porque o prédio se encontra degradado, a precisar de urgentes obras de reparação, foi anunciado que brevemente será lançado novo apelo à contribuição, em dinheiro ou em materiais, de todos aqueles que entendam que, também em Vila do Conde, é necessário um PCP mais forte e, por isso, com melhores condições de trabalho. É um sonho da organização local do Partido transformar o degradado e pouco acolhedor centro num espaço que sirva os comunistas e todos aqueles que, não o sendo, queiram conviver e discutir problemas comuns.

E, pouco a pouco, vai sendo possível transformar o sonho em realidade até porque são cada vez mais aqueles que assim o desejam.

Como foi anunciado no convívio, a meta definida pela Comissão Concelhia para a Campanha Nacional de Recrutamento encontra-se cumprida em 60 por cento. Há muitos anos que não se verificava um facto semelhante. E, saliente-se que cerca de 80 por cento das novas adesões são de jovens, o que levou o Partido a pôr em marcha a constituição de um Organismo de Juventude.

Refira-se, que durante o convívio, um jovem militante do Partido Socialista solicitou a sua inscrição no PCP afirmando-se «cansado das promessas não cumpridas pelo Eng. António Guterres» e «desiludido com os ataques que têm sido desenvolvidos aos direitos dos trabalhadores».

Na iniciativa, interveio o camarada Emídio Ribeiro, da Comissão Política, que falou das lutas travadas pelos comunistas ao longo dos tempos, com perseverança e confiança no futuro.

Por isso, salientou não ser estranho que, tal como se verifica em Vila do Conde, sejam cada vez mais os jovens que vêem no PCP o seu Partido.

CAMARADAS FALECIDOS

Maria Luísa Batista Feliciano

Faleceu, no passado domingo, dia 23 de Junho, Maria Luísa Batista Feliciano, com 67 anos de idade. Era militante do Partido desde 1949 e foi funcionária do PCP, durante cerca de uma década nas condições da clandestinidade, actividade que manteve longos anos até atingir a idade da reforma. Após uma vida dedicada ao Partido e ao povo, regressou à sua terra natal, Alpiarça, onde actualmente reside.

A camarada Maria Luísa era companheira do camarada Carlos Pinhão, já falecido, a quem acompanhou nos momentos mais difíceis da sua vida de militante.

O funeral, realizado em Alpiarça, foi uma grande manifestação de pesar em que se incorporaram, entre outros, os camaradas Raimundo Cabral, Eugénio Pisco e Armando Rodrigues, membros do Comité Central do PCP, e Ramiro Silva, membro da DORSA do PCP.

Francisco Eugénio Coelho

Faleceu, no passado dia 19 de Junho, Francisco Eugénio Coelho, que contava 74 anos e era natural de Mértola. Militante do Partido desde 1974, estava organizado em Alverca do Ribatejo.

Gracinda Ferreira Bizarro

Faleceu, no passado dia 2 de Junho, Gracinda da Cruz Ferreira Bizarro, com 68 anos de idade. Natural e residente na Marinha Grande, a cuja organização pertencia, integrou ainda direcção da ASUR-PI/MURPI, naquele concelho, onde prestou a sua colaboração enquanto a saúde lho permitiu.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Quotas de azeite



A Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas realiza no próximo dia 3 de Julho uma reunião que contará com a

presença do ministro da Agricultura para debate das perspectivas de reforma no âmbito da Comunidade Europeia da Organização Comum de Mercado (OCM) na qual se inclui o azeite. A proposta desta reunião partiu dos deputados comunistas Lino de Carvalho e Rodeia Machado e visa esclarecer qual a posição que o Governo pensa adoptar face a propostas consideradas altamente lesivas do interesse nacional. Dos elementos disponíveis, como se pode ler na missiva onde solicitam a convocação da referida reunião, as alterações propostas na revisão da OCM prejudicam mais uma vez o nosso país, em particular os olivicultores, uma vez que, fazem notar, no novo quadro do sistema de ajudas, a proposta de estabelecimento para Portugal de uma ajuda por árvore que corresponde a 44 por cento da ajuda defendida para a Espanha e Itália e a 57 por cento do valor proposto para a Grécia, a par do estabelecimento de «quotas», criará no seu conjunto «novas e graves dificuldades aos produtores de azeite e ao futuro do olival».

Valorização do património



O Presidente da Assembleia da República empossou na passada semana a Comissão que vai promover a elaboração

de uma História do Parlamento português, desde 1820 até aos nossos dias. Outro dos objectivos da Comissão Eventual para a Valorização do Património Histórico, Físico, Cultural e Artístico da Assembleia é o de suscitar estudos de especialidade relativos a determinadas épocas ou a figuras proeminentes da história parlamentar portuguesa. A edição de catálogos ou roteiros dos fundos documentais existentes no Arquivo Histórico e na Biblioteca da Assembleia constitui outro dos propósitos da Comissão, a quem competirá ainda propor ao Presidente do Parlamento acções de preservação, recuperação e enriquecimento do património histórico, cultural e artístico do Palácio de São Bento.

Por Timor-Leste



A Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste aprovou por unanimidade um projecto de resolução

que declara o dia 7 de Dezembro como Dia de Timor-Leste. Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, subscrita pelo presidente da referida comissão parlamentar, solicita-se a apreciação do projecto de resolução pelo plenário da AR, na expectativa de que após a sua aprovação seja enviado às «entidades nacionais e internacionais adequadas para efeitos de consagração e adopção do dia 7 de Dezembro como Dia de Timor-Leste, tanto no plano interno como no plano internacional». No texto, recorda-se que a Indonésia, «em flagrante violação da Carta das Nações Unidas, invadiu e ocupou Timor-Leste no dia 7 de Dezembro de 1975, interrompendo ilícitamente o processo de autodeterminação do território».

«Pacto Educativo»

Intenções generalistas de uma política de faz-de-conta

Em debate na passada semana, depois de as suas linhas gerais terem sido apresentadas em Fevereiro último na Comissão Parlamentar de Educação, o «Pacto Educativo» foi considerado pelos partidos da oposição como «demasiado generalista».

Para o ministro da Educação, Marçal Grilo, que se deslocou ao Parlamento acompanhado do Primeiro-Ministro, do ministro da presidência e da Defesa e pelos seus secretários de Estado, a defesa do que já apelidou de «guarda-chuva» da educação assenta fundamentalmente na ideia de que o pacto pretende abrir um novo método de acção

baseado no gradualismo e no permanente aproveitamento da experiência para dar resposta às mudanças.

Um enquadramento que não «embalou» as bancadas da oposição, que viram na iniciativa não as «medidas concretas capazes de estagnar a crise do sistema educativo», como referiu a deputada comunista Luísa Mesquita, mas sim um conjunto de «intenções cada vez mais generalistas, mais abstractizantes, mais vazias de conteúdo» a deixarem «intocável o património do anterior governo».

No mesmo sentido foram as críticas do CDS/PP, ao classificar o documento, pela voz de

Silvio Cervan, como uma mão cheia de nada, e, bem assim, as do PSD, com Carlos Coelho a salientar que o «pacto» não traduz um compromisso, não comporta inovação, não apresenta soluções, não pode ser um alibi para ganhar tempo.

As críticas mais contundentes, porém, viriam da bancada comunista, com Luísa Mesquita a acusar o Governo de ser «surdo ao diálogo e alheio à realidade» e de persistir na «evolução na continuidade» e numa «política de faz-de-conta».

A parlamentar comunista não hesitou mesmo em classificar esta iniciativa do Executivo como uma «manobra de diver-

são» destinada a «fazer esquecer» quer a «realidade do sistema», quer o «conteúdo gravoso das medidas que vão sendo tomadas».

Testemunhos sustentando o que acabara de afirmar deu-os ainda Luís Mesquita ao exemplificar com o novo sistema de acesso ao ensino superior (da exclusiva responsabilidade das universidades mas que os reitores desconhecem), com a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo (reduzindo a qualidade da escola pública e da formação académica de professores e educadores do ensino básico), ou ainda com a proposta de criação de «curricula» alternati-

vos na área do ensino básico, medida que, na prática, significa estigmatizar socialmente alunos em turmas especiais quando, lembrou, à escola compete «suprir desigualdades e não fomentar medidas de ségração educativa».

Por tudo isto, foi ainda Luís Mesquita a garanti-lo em nome da sua bancada, «o PCP não irá «pactuar» com generalidades», do mesmo modo que «não irá «pactuar» com teses neoliberais conducentes à efectiva desresponsabilização do Estado em relação à educação e ao ensino», nem com a «continuidade do «marketing político» do Ministério da Educação».

Combate à droga

Urgem as políticas globais e coerentes

Considerada como o «inimigo público número um do Governo», segundo as palavras do Ministro da Justiça, a droga esteve em debate no Parlamento, faz hoje oito dias, com o enfoque a situar-se no agravamento das penas para os chefes de organizações ligadas ao tráfico de estupefacientes. Em discussão estiveram concretamente duas propostas de lei do Governo e projectos de lei do PSD, PP e PCP que alteram o quadro legal relacionado com o combate e prevenção da droga.

Com todas as bancadas a concordarem com a necessidade de que urgê apertar as malhas aos

traficantes de droga, do debate ficou ainda a ideia de que o aumento das penas não vai, por si só, resolver o flagelo da toxicodependência.

«A revisão deste diploma legal - referiu a propósito o deputado comunista António Filipe - não pode ser encarada como uma panaceia que irá resolver os gravíssimos problemas que o flagelo da droga veio criar na sociedade portuguesa».

Foi aliás sobre esta questão que se demarcaram, no essencial, as posições entre as bancadas do PCP e do CDS/PP, com esta a cingir-se à proposta de agravamento geral das penas de prisão,

enquanto a formação comunista, embora defendendo o aperfeiçoamento do quadro legal, a deixar claro que nunca embarcará em «supostas soluções de efeito mediático garantido mas de eficácia comprovadamente nula que consistem em aumentar indiscriminadamente as penas de prisão como se fosse por falta de penas que a maioria dos traficantes permanece impune».

Entendendo que o balanço das políticas de combate à droga é «negativo», para o Grupo comunista, porém, a questão não reside no estatuto legal das drogas - «não acreditamos que a resolução do problema da droga se

encontre num qualquer passe de mágica operado por via legislativa, nem é uma questão que se possa conter na simples resposta ao dilema «proibir ou liberalizar», sublinhou António Filipe, mas sim na ausência de medidas adequadas, «seja no combate à procura (por falta de medidas articuladas de prevenção), seja no tratamento (por falta de uma rede pública de centros de atendimento e comunidades terapêuticas), seja na reinserção social, seja no combate à oferta, com a notória insuficiência e descoordenação do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais dele resultante».

Neste contexto, para António Filipe, «a luta eficaz contra a droga não pode limitar-se à alteração do quadro legal», havendo necessariamente que, em paralelo, concretizar «políticas globais e coerentes de combate» ao flagelo. À luz desse princípio devem ser entendidas quer a proposta do PCP de criação de uma rede pública de serviços de atendimento e tratamento de toxicodependentes, quer a proposta por si apresentada na Legislatura anterior e agora retomada no sentido de que a Assembleia da República participe na definição de uma política nacional de combate à droga.

Em causa esforço de pesca da sardinha

PCP opõe-se a qualquer redução

O Grupo Parlamentar do PCP considerou «inaceitável» qualquer novo abate de embarcações ou redução do esforço de pescas e desafiou o Governo a assumir uma posição de firmeza nesse sentido, nem que para isso seja necessário invocar o interesse vital. Foi no debate parlamentar de urgência que analisou, a pedido do CDS/PP, na semana transacta, o plano operacional das pescas proposto pela Comissão Europeia. Em causa está, recorde-se, a proposta apresentada pela comissão europeia das Pescas, Emma Bonino, que aponta para reduções das capturas de algumas espécies, nomeadamente da sardinha.

Expressando o total desacordo da sua bancada a tal desiderato, Lino de Carvalho lembrou as implicações que adviriam dessa situação, sobretudo no plano do aumento do desemprego e do agravamento da crise no sector. «Se algum país tiver que reduzir o seu esforço de pesca então que se comece pelos que não atingiram os objectivos de redução nos últimos anos, pelos que aumentaram o esforço de pesca em vez de o reduzir», assinalou o deputado comunista, numa alusão a

países nessas condições, como o Reino Unido, a França, a Itália ou a Grécia, enquanto Portugal foi dos que nos últimos anos ultrapassou os objectivos de redução da frota e do esforço de pesca.

Seja como for, para Lino de Carvalho, se vieram a ser adoptadas medidas de paragem biológica ou de redução de esforços de pesca, uma coisa é certa: «a Comunidade Europeia e o Governo têm a estrita obrigação de compensar pescadores e armadores pelos prejuízos que venham a sofrer».

Comentado por Lino de Carvalho foi ainda o IV Programa de Orientação Plurianual de Pescas, a vigorar entre 1997 e 2002, onde se prevêem diminuições de 40 por cento para os «stocks» em vias de extinção ou para aqueles cuja situação é considerada grave. Importa esclarecer, sublinhou, o tipo de acompanhamento feito pelo Governo ao trabalho do Grupo de peritos que elaborou o relatório, devendo ainda, se for caso disso, «contrapor aos dados da Comissão dados científicos nacionais».

Dívidas aos bombeiros

Elevam-se a cerca de 800 mil contos as dívidas do Estado aos Bombeiros, uma situação que está a originar acrescidas dificuldades de gestão às associações, a braços com a necessidade de pagarem a fornecedores e manterem de pé estruturas e serviços indispensáveis às populações.

A questão veio a lume na última sexta-feira, na habitual sessão de perguntas ao Governo, por intermédio do deputado comunista Rodeia Machado, que confrontou o secretário de Estado da Saúde com o facto de as dívidas dos hospitais e administrações regionais de saúde serem cada vez mais elevadas, contribuindo assim, observou, «para o estrangulamento financeiro das associações de bombeiros voluntários».

Dirigindo-se ao membro do Executivo presente - que viria depois a reconhecer as dívidas e a informar a Câmara do propósito governamental de regularizar a situação - o deputado comunista sublinhou, nomeadamente, não ser possível prestar um serviço de qualidade quando faltam as verbas para manter o equipamento e pagar os combustíveis.

«Como é possível que o Estado deva aos bombeiros, pelos serviços prestados no transporte de doentes, cerca de 800 mil contos em claro incumprimento do acordo estabelecido entre o Ministério da Saúde e a Liga dos Bombeiros Portugueses?», inquiriu Rodeia Machado.

Não hesitando em classificar a situação de «dramática», por si referenciado foi ainda o facto de estar em curso um movimento de generalizado descontentamento, havendo mesmo, alertou, direcções de corpos de bombeiros que ameaçam demitir-se se o problema não for resolvido com urgência.

NACIONAL

MUD Juvenil comemorações em Portimão

Democratas e resistentes ao regime fascista realizaram sábado, em Portimão, um sarau comemorativo do 50º aniversário do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil).

No encontro, na Câmara Municipal de Portimão, usaram da palavra os professores Borges Coelho, Emíldio Cádima e Aurélio Santos.

A apresentação da sessão esteve a cargo de Margarida Tengarrinha.

A constituição formal daquele movimento de oposição ao regime salazarista ocorreu em Julho de 1946, numa reunião no Centro Republicano José Estêvão, em Lisboa, em que estiveram presentes representantes de diversas comissões de jovens estudantes e trabalhadores de todo o País.

Nessa reunião, os participantes constituíram a primeira comissão central do MUD Juvenil, na qual se encontravam, entre outros, Francisco Salgado Zenha, João Sá da Costa, Júlio Pomar, Mário Sacramento, Mário Soares, Octávio Pato e Rui Grácio.

Semear verde colher futuro

Realizou-se no passado fim-de-semana, em Lisboa, no Cinearte, a VII Convenção Nacional Ecológica do Partido Ecologista "Os Verdes". Apresentar políticas para a conservação da natureza e para a defesa de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, foi um dos objectivos da Convenção, que questionou igualmente as opções necessárias para o desenvolvimento sustentável do país e as premissas de uma sociedade mais humanizada e mais solidária.

"Pensar Portugal na Europa e no Mundo" e "Enriquecer e consolidar o projecto ecologista para 'Semear Verde - Colher Futuro'" foram alguns dos temas debatidos.

Ambiente

Cerca de 50 toneladas de resíduos maioritariamente hospitalares de unidades de saúde da Área Metropolitana de Lisboa a Norte do Tejo foram queimadas, a semana passada, numa fábrica de cerâmica desactivada em Sarilhos Grandes, Montijo.

Uma situação que se voltou a repetir. Esta segunda-feira encontrou-se, no mesmo local, mais uma enorme quantidade de resíduos tóxicos hospitalares - situação já denunciada pela Câmara Municipal do Montijo.

Entretanto, em Palmela, a Câmara Municipal tomou posição sobre a Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) da Autoeuropa, revelando que a empresa fez "recentemente" uma descarga accidental ácida que afectou a instalação.

A revelação da Câmara surge na sequência de queixas de agricultores da zona, que afirmam estarem a sofrer prejuízos pelo facto de os seus terrenos serem inundados com águas contaminadas provenientes do ribeiro para onde descarrega a ETARI do parque industrial da Autoeuropa.

Condições sub-humanas nas prisões portuguesas

Na apresentação do Relatório sobre o Sistema Prisional, o Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, considerou que as prisões portuguesas funcionam em condições "sub-humanas", sob todos os pontos de vista, e propôs o encerramento dos estabelecimentos prisionais do Montijo, Monção, regional de Coimbra e alas sul e norte da cadeia de Alcoentre. A falta de cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais, de par das más condições de higiene e salubridade, são dos aspectos mais relevantes do relatório elaborado pelo Provedor de Justiça. A sobrelotação e a falta de ocupação profissional dos detidos são outras das carências apontadas.

Ponte 25 de Abril

A decisão de não pagamento de portagens na ponte 25 de Abril, no mês de Agosto, surge depois de moradores e camionistas da margem sul terem optado por um novo buzinaço, como forma de "relembrar" o segundo aniversário do boicote ocorrido a 24 de Junho.

Ao anunciar o protesto, num comunicado distribuído no cortejo das marchas populares de Almada, a Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril acusou o governo de "ao contrário do que prometeu quando era oposição, nada ter feito contra o aumento das portagens e de se preparar para o pagamento das portagens em Agosto".

No comunicado relembra-se, nomeadamente, que o baleamento de Luís Miguel, na noite de 24 e Junho de 94, foi arquivado sem apuramento de responsabilidades e sublinha-se o facto de o MAI admitir a criação de "uma lei antibloqueio, quando no passado recente era legítimo o direito à indignação". Para concluir que "o direito à cidadania não se esgota com o voto".

Para 1998 - ano previsto para a inauguração da nova ponte -, ainda não está definido se os utentes da ponte 25 de Abril estão ou não livres do pagamento da portagem.

Encontro da URAP em Sines Relembrar o passado numa perspectiva de futuro

Cerca de 400 pessoas participaram, no passado domingo, num Encontro-Convívio Distrital de Setúbal da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses). Dinamizado pelos núcleos de Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Seixal, Setúbal e Sines.

O Encontro decorreu na Sociedade Musical e no Salão do Povo de Sines, e contou com as intervenções de Francisco Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Sines, Rui Pena, da JCP, Américo Leal e António Dias Lourenço, ambos da URAP.

Esteve também presente uma delegação da URAP de Montemor-o-Novo e registaram-se várias saudações, nomeadamente da União dos Sindicatos de Setúbal, da DORS do PCP e do Organismo Intermédio do Sul da DORS do PCP.

O Encontro aprovou por unanimidade um documento em que se transmite ao governo, órgãos de soberania e partidos políticos a "grande preocupação resultante do agravamento da situação económica e social do distrito, concretizada no aumento do desemprego, no encerramento de empresas e de estruturas indispensáveis à produção agrícola, ao desaproveitamento de grandes extensões de terras produtivas e às ameaças que se ouvem e que correspondem ao agravamento nos sectores da saúde, da Segurança Social, da habitação, das acessibilidades e dos transportes, da poluição".

O Encontro apelou "a todos os democratas do distrito de Setúbal no sentido de que, sem olhar a cores políticas, procurem entender-se

e actuar para que a democracia se reforce, para bem do nosso povo e defesa do interesse nacional".

Na sua intervenção, António Dias Lourenço sublinhou a necessidade de manter vivas a memória e a história dos que "deram corpo e alma à luta tenaz e árdua" durante quase meio século contra o regime fascista; estreitar os laços de "amizade, unidade e convergência" de todos os que, na diversidade política, se sentem



Encontro em Sines juntou cerca de 400 pessoas

irmãos nos "ideais humanitários da liberdade, da democracia, do progresso social"; abordar problemas e questões, ideias e problemas que a todos se nos colocam na hora actual. E concluiu com "a mensagem que queremos deixar às gerações vindouras, aos novos resistentes", uma mensagem de esperança e confiança "amassada na luta de todos os dias".

Encontro da CDU do Concelho da Covilhã

O balanço das actividades autárquicas e o traçar de linhas de orientação para a acção dos eleitos CDU no futuro próximo - foram as questões em debate, sexta-feira passada, no Encontro da CDU do Concelho da Covilhã, realizado nas instalações da Assembleia Municipal.

Neste Encontro participou Sérgio Ribeiro, membro da Comissão Política do PCP, que referiu o conhecimento profundo que os eleitos da CDU têm sobre os problemas que

afectam as populações e salientou a grande importância do papel das autarquias e da criação das regiões para a resolução desses problemas.

Em Declaração aprovada pela CDU, sobre a actividade da Câmara Municipal da Covilhã, tece-se uma dura crítica à acção desenvolvida por esta Câmara, referindo-se nomeadamente a ausência de um Plano Director Municipal (PDM) para o concelho, a inexistência de um plano estraté-

gico para a cidade da Covilhã, a ausência de diálogo, descentralização e de práticas democráticas, a falta de apoio ao associativismo e o agravamento da situação económica, também por falta de diversificação e acções concretas.

A CDU afirma entretanto o seu empenhamento em continuar a intervir e avança de imediato algumas propostas: proceder a uma auditoria à gestão financeira da Câmara, na perspectiva do saneamento

financeiro da autarquia; acelerar a concretização das infra-estruturas de Planeamento; avançar a reorganização dos diversos departamentos da Câmara; renegociar dívidas e planear pagamentos em atraso; tomar medidas para impedir a especulação imobiliária de terrenos nos Parques Industriais; tomar medidas junto do poder central para apoio à concretização das obras necessárias ao desenvolvimento económico e social do Concelho.

Seixal

I Feira de Projectos Educativos

Está a decorrer no Parque 5 de Junho, Paivas, até ao fim deste mês, a I Feira de Projectos Educativos. Uma iniciativa da Câmara Municipal do Seixal, que conta com a participação das Juntas de Freguesia, Escolas, Instituições Educativas e Movimento Associativo.

A Feira de Projectos Educativos pretende afirmar-se como um projecto anual - uma mostra do trabalho realizado durante o ano escolar, que se assume também como ponto de partida para "uma nova e renovada viagem".

Surge como um espaço de encontro entre a Autarquia, as escolas, os professores e alunos, pais e encarregados e outras estruturas educativas do Concelho. Um espaço de encontro em que a animação pedagógica corre de par da apresentação de diversificados projectos educativos - através de debates, teatro, música, ateliers, desfiles de moda jovem, animação de rua.

Até domingo vão ainda realizar-se os ateliers de artesanato. Haverá teatro e a

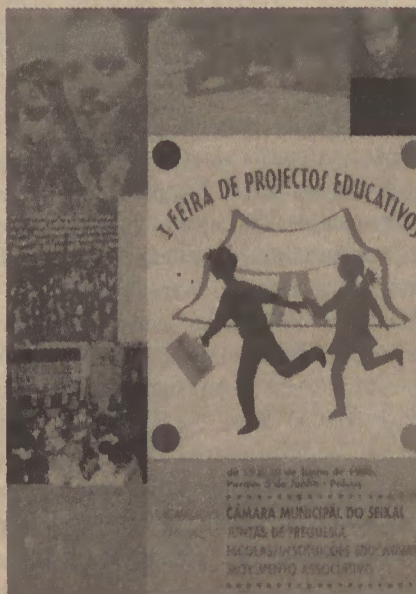
entrega de prémios do Concurso "Uma Cidade Saudável é...", no auditório.

No palco exterior, temos música africana e a entrega de Prémios da XIII Seixaliada - Jogos do Seixal. Nas ruas, prossegue o programa de animação, com malabarismos, faquir, palhaços, que conta com a participação da Associação IMAGINE.

BrincaMoz

Entre 17 e 21 de Junho, decorreu em Estremoz, a segunda edição da BrincaMoz, iniciativa organizada pela Câmara Municipal, Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º Ciclo do concelho de Estremoz.

Ao longo destes cinco dias, o programa desdobrou-se em torno de cinco temas: descoberta de espaços; cinema; solidariedade; teatro e desporto e música.



TRABALHADORES

OS DISPONÍVEIS CONTINUAM

O «sistema transitório de colocação» que o Governo propõe para substituir o «quadro de efectivos interdepartamentais» não dá cumprimento ao que foi acordado com os sindicatos da Administração Pública relativamente à revogação da lei dos disponíveis. Para a Frente Comum de sindicatos do sector, este STC surge «ao arrefio do acordado» e, «para além de manter toda a filosofia dos disponíveis e dos excedentes, permitiria à Administração uma discricionariedade ilimitada para atirar trabalhadores para essa situação», para o que bastaria uma decisão de «reestruturar, fundir ou extinguir um qualquer serviço».

O STC, afirma-se numa nota divulgada anteontem pelo secretariado da Frente Comum, «não é mais do que um quadro de excedentes», facto agravado com «medidas compulsivas» que o Governo vem propor, «para a desvinculação da Função Pública, a quem estiver 2 ou 3 anos no STC, ou por aposentação, ou por desvinculação» e «no máximo, com uma indemnização correspondente a 2 anos de vencimento». A Frente Comum reafirma a exigência de que sejam garantidos «todos os direitos dos trabalhadores» e a estabilidade de emprego, «através de medidas prévia e adequadamente negociadas».

MAIS 6,25 POR CENTO

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional, na Maia, decidiram, em plenário realizado dia 20, aceitar a proposta salarial de 6,25 por cento apresentada pela administração, com aplicação imediata a todos os funcionários. Os trabalhadores - informou a Lusa, citando fonte sindical - decidiram também suspender a greve iniciada dia 13 e que paralisou as diversas secções da fábrica. Esta luta pela defesa dos direitos e por aumentos salariais foi encarada como uma chamada de atenção à administração da empresa, perante a prepotência que tem vindo a empregar junto das estruturas representativas dos trabalhadores, ignorando os apelos ao bom senso. Foi também uma forma de mostrar que os trabalhadores não estão dispostos a dar de mão beijada direitos que ao longo dos anos foram conquistando.

ACORDO NA TAP

O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil e a Administração da TAP chegaram segunda-feira a um acordo que deve permitir a desconvoação da greve marcada para dias 29 e 30. José Braz, da direcção do SNPAC, disse à Agência Lusa que as duas partes alcançaram um acordo sobre várias matérias, incluindo a linha de Macau e as tripulações dos aviões Lockheed que estiveram na origem do pré-aviso de greve.

PROFESSORES PREOCUPADOS

A atitude do Ministério da Educação, evidenciada na reunião de sexta-feira com a Fenprof, foi por esta considerada «preocupante», pois os representantes do ME defenderam que «matérias tão relevantes para os professores como, por exemplo, o decreto sobre a formação contínua, não serão objecto de negociação com os sindicatos». Na nota divulgada pela federação após o encontro, é ainda referida a lei-quadro sobre Educação Pré-Escolar, como outro tema que não cabe na negociação e que também reflecte «a tentativa de restringir o campo de intervenção negocial dos sindicatos». A comissão negociadora da Fenprof lamenta «o tom deselegante que caracterizou o modo como, por vezes, a equipa negociadora do ME se dirigiu à delegação sindical». Antes, a federação manifestara o seu descontentamento pelo facto de o Governo ter aprovado alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo «sem qualquer negociação com os sindicatos e sem qualquer apreciação do Conselho Nacional da Educação».

ATENTOS NA NAVAL

Medidas concretas de gestão e de aproveitamento das capacidades técnicas das empresas foram exigidas pelas comissões de trabalhadores da Lisnave, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, da ENI, da Lisnico e da Gaslimpo, que analisaram na semana passada a decisão governamental de constituir um grupo interministerial para proceder à reestruturação da Lisnave e associadas e para definir o futuro dos ENVC.

A resolução divulgada pelas CTs (que se afirmam atentas ao processo, exigindo ser sujeitos activos) recorda que nos últimos anos «nenhuma medida foi tomada que conduziu à consolidação e desenvolvimento do sector, pelo contrário, tudo tem sido feito para a sua progressiva deterioração e consequente redução de capacidade», como no caso do plano estratégico da Lisnave, de 1993, o qual apenas resultou na redução de efectivos.

SEGUROS DO NORTE

Por falta de quorum não se realizou o congresso extraordinário do Sindicato dos Seguros do Norte, convocado para dia 15 e que tinha como ponto único a alteração dos Estatutos, com o alargamento do sindicato ao âmbito nacional - informou a Mesa do Congresso, eleita no 6º Congresso ordinário, realizado também naquela data e que aprovou as teses sobre acção sindical e elegeu os conselhos Geral, de Disciplina e Fiscalizador de Contas.

Congresso da Fequifa consolida reestruturação
Resposta aos problemas exige
melhor organização sindical

A par das «imensas e reais dificuldades», os sindicalistas da química, farmacêutica, petróleo e gás realçaram «a grande confiança e o entusiasmo» dos activistas do sector.

Reunido sexta-feira e sábado, na Sociedade Timbre Seixalense, o 7º Congresso da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás culminou «a primeira fase de um importante processo de reestruturação sindical no sector» e permitiu dar «um grande passo para a melhoria da nossa organização sindical, condição fundamental para enfrentar melhor os novos problemas» - como realçou Delfim Mendes, ao apresentar o relatório de actividades, em nome do Conselho Nacional da Fequifa/CGTP-IN.

No congresso participaram cerca de cem delegados dos dois sindicatos que hoje constituem a federação, depois do processo de reestruturação formalizado com a eleição, há um mês, dos corpos gerentes do Sinquifa e do Sinorquifa. Agora «temos pela frente a grande e não menos complexa tarefa da consolidação e implantação dos novos sindicatos no terreno, condição necessária para ir ao encontro das expectativas dos trabalhadores e procurar resolver com êxito os seus problemas», afirmou aquele dirigente.

«Todos os meios de luta»

O congresso reafirmou a «determinação em mobilizar activa e firmemente todos os trabalhadores para, por todos os meios de luta, impedir a aplicação» da lei sobre flexibilidade e polivalência, para «prosseguir e intensificar o combate pelo respeito e cumprimento dos contratos colectivos e pugnar para que os novos conteúdos da futura negociação colectiva salvaguardem e reforcem os direitos fundamentais e a dignidade dos trabalhadores».

Esta declaração é feita na resolução político-sindical aprovada por unanimidade. Só votos

favoráveis recolheram também as moções sobre acção sindical a nível de empresas, defesa da Segurança Social, acção reivindicativa, e polivalência e flexibilidade. Nesta última é reafirmado, como objectivo de luta, conseguir a redução dos horários sem qualquer contrapartida.

Na linha das conclusões do recente congresso da CGTP, a Fequifa definiu como objectivos prioritários da sua acção durante os próximos três anos a luta pelo pleno emprego (valorizando o trabalho e combatendo as actividades especulativas), a edificação da dimensão social (através da articulação das reformas da Segurança Social e do sistema fiscal) e a melhoria dos salários e das condições de trabalho.

Carlos Carvalhas visitou a Portugal Telecom
ORTs não vêm na PT
a esperada mudança

Dirigentes sindicais e da comissão de trabalhadores da Portugal Telecom criticaram severamente o facto de a nova administração, presidida por Murteira Nabo, arrastar a resolução dos problemas que no ano passado causaram na empresa grande instabilidade laboral. As críticas dos membros das organizações representativas dos trabalhadores foram feitas perante Carlos Carvalhas e uma delegação do PCP, que incluiu, para além do secretário-geral, o deputado António Filipe e membros do CC e da DORL, bem como do secretariado da célula do Partido na empresa.

A visita da delegação comunista teve lugar na passada sexta-feira, e o seu programa incluiu um encontro com Murteira Nabo e outros membros da administração, bem como uma breve passagem por alguns locais de trabalho nas Picoas e na Rua Andrade Corvo. Contribuir para uma melhor interven-

ção do Grupo Parlamentar do PCP em defesa dos interesses dos trabalhadores e do País constituiu o principal objectivo desta iniciativa, como foi referido no encontro com os membros de ORTs.

Privatização e despedimentos

A privatização de mais de 49 por cento do capital da PT, defendida pelo Governo, foi considerada por Carlos Carvalhas como «um crime nacional» e que, segundo admitiu o próprio presidente da administração, não é sequer condição indispensável para a estratégia da empresa de encontrar um «parceiro estratégico» no mercado mundial das telecomunicações. O dirigente comunista chamou a atenção para o facto de, concluída a actual fase da



A reunião com os representantes dos trabalhadores concluiu a visita de sexta-feira à Portugal Telecom

privatização, se calcular em cerca de 30 por cento a parte do capital da PT que já se encontra nas mãos de estrangeiros.

Denunciou ainda a intenção, declarada pela administração da empresa, de despedir 3 mil pessoas (projectando a liquidação de 2400 postos de trabalho), sobretudo com recurso a pré-reformas e reformas antecipadas, até ao próximo ano.

Os representantes dos trabalhadores sublinharam a necessidade de concretizar a disposição de dialogar e manter a paz social, manifestada pela nova administração, em medidas que resolvam problemas graves; entre estes, foram citados a discriminação salarial resultante do atribulado processo de elaboração do acordo de empresa, no ano passado, que afecta mais de mil trabalhadores; a manutenção das regalias e dos direitos dos trabalhadores de todas as empresas, como previa o decreto-lei da fusão da Telecom Portugal, TLP e TDP; as pressões sobre trabalhadores, inclusive doentes, para que aceitem rescisões de contratos por valores muito baixos; as faltas indevidamente imputadas aos trabalhadores que participaram em plenários convocados pela CT; o excessivo recurso à sub-contratação de empreiteiros para trabalhos que podiam normalmente ser executados por pessoal da empresa; a negociação séria de um AE único, que possa ser subscrito pelas organizações mais representativas dos trabalhadores da PT; a melhoria, em geral, do clima laboral na empresa.

Corrente unitária da UGT
demarca-se novamente

Os membros da corrente sindical unitária eleitos para o Conselho Geral da UGT tomaram posse na passada sexta-feira, mas recusaram-se a participar na reunião daquele órgão que teve lugar de seguida. Esta posição, divulgada em nota à imprensa, foi tomada «em coerência com a posição assumida no congresso» daquela estrutura, em que os delegados das listas unitárias - com forte peso nos sindicatos dos bancários e seguros - abandonaram os trabalhos, protestando contra a ratificação do «vergonhoso» acordo de concertação social de curto prazo.

Com a atitude agora tomada, a corrente unitária pretendeu expressar «de novo, ainda que

de forma simbólica, o seu mais veemente protesto contra o facto de a UGT estar a funcionar não como organização sindical autónoma, mas como correia de transmissão dos objectivos das confederações patronais e do Governo, no sentido da desregulamentação, precarização e colaboração no aumento do desemprego, traindo interesses e direitos essenciais dos trabalhadores».

«Tal comportamento da UGT é tão indigno aos olhos dos trabalhadores e o protesto é tão generalizado, que está a haver cada vez mais trabalhadores e sindicalistas de sindicatos desta organização a abandoná-la», refere a nota.

INTERNACIONAL

Conferência Árabe

A guerra das palavras
pelo reatamento do processo de paz

Vinte e um representantes dos países da Liga Árabe sentaram-se a uma mesa em forma de barco destinada «a levar a causa árabe a bom porto», segundo o desenhador, durante o fim-de-semana, no Cairo, para discutir o Processo de Paz no Médio Oriente.

Convocada pela Arábia Saudita, Síria e Egito, esta foi a primeira reunião da Liga Árabe desde a guerra do Golfo e nela participaram catorze chefes de Estado, três príncipes herdeiros, um primeiro-ministro, dois vice-primeiros-ministros, um embaixador e o

secretário-geral da organização.

Com base no princípio «Terra em troca de Paz», a iniciativa serviu para lançar «um apelo ao reatamento do processo de paz, à protecção deste processo e ao respeito dos princípios que estão na sua base», como afirmou Amr

Moussa, ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, em conferência de imprensa, antes do início da cimeira. «Não haverá mensagem de ameaça, haverá uma posição muito clara de que são precisas duas partes para estabelecer e salvar a paz», acrescentou na ocasião.

Perante a vitória da direita nas eleições legislativas de Israel e da intenção de Benjamin Netanyahu de não reconhecer o direito de os palestinianos constituírem um Estado autónomo, os países árabes uniram-se mais uma vez contra o seu «inimigo» comum. Para isso, não hesitaram em unir os «irmãos desavindos»: o presidente sírio Hafez Al-Assad encontrou-se com o líder palestiniano

Yasser Arafat, pela primeira vez em quase três anos, e com o rei Hussein da Jordânia, de quem estava distanciado há mais de dois anos.

«Israel será confrontado com uma nova Intifada a curto prazo, caso ponha em aplicação a política preconizada por Netanyahu», considerou o secretário-geral da Liga Árabe para os assuntos palestinianos, Said Kamal. «Se as tendências extremistas em Israel dominarem a situação, a região regressará à era das tensões ou, pelo menos, a um estado de «nem guerra, nem paz» que esgotará os recursos humanos e económicos de todos os países», acrescentou o conselheiro político do presidente Mubarak do Egito.

Para fazer frente às ameaças israelitas de retomar a colonização e manter a «soberania» sobre o planalto sírio dos Golã, os árabes enviaram muitos recados e avisaram que a luta contra o Hamas e a Jihad Islâmica será «cada vez mais difícil».

A paz é, para os membros da Liga Árabe, a «opção estratégica» de quem «tem confiança em si próprio e não a do fraco», mas isso não significa que não existam «outras vias». Por isso, convidam Israel a «colaborar para prosseguir o processo de paz sem qualquer hesitação e honrar os seus compromissos para uma verdadeira paz, seguindo os princípios acordados pela comunidade internacional».

Povos ameríndios

O Encontro Internacional de Comunidades Ameríndias, reunido durante a semana passada, propôs que o «direito indígena seja reconhecido como de igual valor ao direito nacional» e que seja aplicado «nos espaços territoriais habitados por povos indígenas e nos casos que envolvam pessoas indígenas». Tendo sido sublinhada a necessidade de que «as comunidades ameríndias obtenham o reconhecimento de uma autonomia e de uma soberania relativa», foi aprovado no encontro um pedido à ONU sobre a criação de uma instância de defesa dos direitos dos povos autóctones da América. A iniciativa, que decorreu sob o tema «Tradição e Modernidade», realizou-se no Parlamento francês e contou com 150 representantes de mais de 60 etnias de 25 países.

Droga financia política

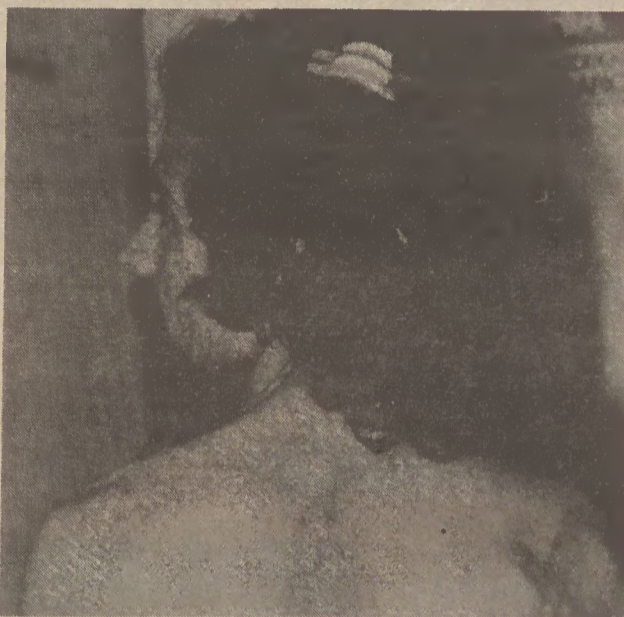
Ernesto Perez, o presidente do Panamá, confessou na sexta-feira que a sua campanha eleitoral de 1994 foi parcialmente financiada por um barão da droga colombiano de um cartel de Cali, depois de o Conselho de Defesa e Segurança Nacional (a polícia política panamiana) ter descoberto a operação. No mesmo dia, o Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia revelou que vários partidos políticos colombianos receberam mais de 50 milhões de dólares de traficantes do mesmo cartel para o financiamento da campanha de há dois anos.

Bangladesh

No Bangladesh, Hasina Wajed, líder da Liga Awami, foi convidada a formar governo pelo Presidente do país, no sábado. Apesar de contar com a maioria absoluta no parlamento, Wajed afirmou que não governará contra a oposição: «Será um governo do Povo e não da Liga Awami» com base no «consenso nacional».

ONU

A tensão entre o Governo dos EUA e



«A responsabilidade dos abusos dos direitos humanos não é apenas de quem aperta o gatilho ou aplica a descarga eléctrica, mas também é de quem proporciona as armas e o treino necessário para utilizá-las», afirmou o secretário-geral da AI

Amnistia acusa Governos desdenham do sofrimento humano

«Com demasiada frequência, a comunidade internacional trata de «lavar as mãos» perante as atrocidades cometidas por governos e grupos de oposição, como assassinios indiscriminados, torturas e desaparecimentos, tratando-os como assuntos locais sobre os quais não detém influência», lê-se no último relatório da Amnistia Internacional (AI).

Mas, «a verdade é que os mesmos governos que negam a sua responsabilidade, promovem e organizam a exportação de equipamento militar para quem já mostrou que emprega essas armas para matar e torturar vítimas». E os humanitários apontam o dedo a países como os Estados Unidos, a Rússia, o Reino Unido, a França, a Alemanha e a China.

«A responsabilidade dos abusos dos direitos humanos não é apenas de quem aperta o gatilho ou aplica a descarga eléctrica, mas também é de quem proporciona as armas e o treino necessário para utilizá-las», declarou Pierre Sané, secretário-geral da organização, que acusou os governos mundiais de desdenharem frequentemente do sofrimento humano, sobrepondo-lhe os seus interesses.

Dos 146 países analisados durante o ano de 1995, 114 praticaram actos de tortura. Desse grupo, em 54 países registaram-

se vítimas mortais, em 41 ocorreram execuções, e condenações à pena capital em 58.

As violações dos direitos humanos na América do Sul continuam a ser diárias, tanto por parte dos governos como pelos grupos armados da oposição. Gozando de vários tipos de impunidade, os infractores dos direitos básicos multiplicaram-se e as forças de segurança do Brasil, Colômbia, Guatemala, Haiti, México e Peru puseram em perigo muitos sectores da população.

Na Europa, os conflitos armados na Bósnia-Herzegovina, na Rússia e na Turquia foram as principais fontes de violação maciça dos direitos do Homem.

Na Arábia Saudita, continua a ser legal a amputação e a flagelação, enquanto que em Israel e nos territórios ocupados, os palestinianos presos foram sujeitos a tortura e a maus tratos durante os interrogatórios.

Rússia
Ziuganov propõe Conselho de Concórdia Nacional

O candidato comunista à presidência russa, Guennadi Ziuganov, propôs segunda-feira a Boris Ieltsin a criação de um «Conselho de Concórdia Nacional» agrupando todas as forças políticas do país e encarregado de nomear um governo de coligação.

«A Rússia está num estado crítico e nenhuma força política pode, sozinha, alterar a situação», declarou Ziuganov, numa curta declaração à imprensa, justificando a sua proposta de criação de um Conselho de Concórdia Nacional, que seria composto em um terço por representantes do actual poder, um outro terço pelos comunistas e os seus aliados e um terço pelas restantes forças políticas do país.

Este conselho, afirmou Ziuganov, seria encarregado de formar «um governo de confiança nacional».

O candidato comunista, que recolheu na primeira volta das presidenciais 32 por cento dos votos, contra 35 por cento de Ieltsin, não respondeu a qualquer pergunta dos jornalistas e não precisou se pretendia que o Conselho fosse nomeado antes ou após a segunda volta, prevista para 3 de Julho, nem se a sua proposta implicava uma anulação deste escrutínio.

É de crer que a proposta de Ziuganov, alicerçada no expressivo apoio popular colhido nas urnas, tanto nesta primeira volta das presidenciais como nas anteriores legislativas, e tendo em conta o verdadeiro jogo de interesses a que se assiste neste momento na Rússia, vise antes do mais pôr em evidência as suas preocupações com a salvaguarda dos interesses nacionais e do povo russo, evitar o total descrédito do sistema e impedir um autêntico golpe palaciano que desvirtue o sentido do voto popular.

É de notar que ainda na segunda-feira o novo secretário do Conselho de Segurança russo, general Alexander Lebed, afastou mais um dos seus adjuntos, Vladimir Rubanov, tido como próximo de Oleg Lobov, antecessor de Lebed no cargo. Rubanov apresentou a sua demissão no seguimento de um encontro com Lebed, que assumiu a direcção do Conselho de Segurança em 18 de Junho. Segundo declarou à imprensa, a demissão foi apresentada «por iniciativa» do general Lebed.

Alexander Lebed, recorda-se, classificou-se em terceiro lugar na primeira volta das presidenciais russas e aliou-se a Boris Ieltsin em troca de altos cargos no poder.



Ieltsin e Lebed promovem jogos de interesses perigosos para o futuro da Rússia

INTERNACIONAL

Parlamento Europeu por Timor-Leste

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre Timor-Leste e a violação dos direitos humanos na Indonésia, proposta pelo PCP, em que se refere o direito à autodeterminação do território. Também a posição dos Quinze foi finalmente divulgada, cinco meses após a sua aprovação.

A resolução do PE condena a ocupação ilegal de Timor-Leste e a repressão militar indonésia, manifestando a sua solidariedade com o povo timorense. Esta é uma das posições assumidas na última sessão plenária do PE, em Estrasburgo, e coincidente com a divulgação da posição comum dos Quinze sobre a questão.

A libertação imediata de todos os prisioneiros políticos, incluindo Xanana Gusmão, e a realização de julgamentos justos e livres são algumas das exigências incluídas no documento.

O PE vai mais longe e «reitera o seu pedido a todos os Estados-membros para que cessem toda a assistência militar e venda de armas à Indonésia», reafirmando a intenção de enviar uma delegação a Timor a fim de se informar da situação. Exorta também «as autoridades indonésias a porem termo às violações dos direitos que assistem a críticos e activistas que se manifestam de forma pacífica e a garantirem a todos os indivíduos, incluindo jornalistas independentes, os seus direitos à liberdade de expressão e de asso-

ciação, consagrados nas declarações internacionais dos direitos humanos e na Constituição indonésia».

No documento, além do apoio a todas as iniciativas das Nações Unidas para a resolução da questão, inclui-se um apelo aos indonésios para que respondam à iniciativa do Governo português avançado na Cimeira Euro-Asiática de Bangucoque.

O Parlamento Europeu refere algumas situações de repressão militar ocorridas recentemente no território, nomeadamente os incidentes de Bacau, desencadeados pela profanação de uma imagem religiosa católica.

Na mesma ocasião foram aprovadas outras resoluções sobre a necessidade de se realizarem rapidamente eleições na Bósnia-Herzegovina; sobre a China (violação dos direitos humanos e ensaios nucleares) e sobre as eleições na Albânia, em que é pedida a repetição das eleições legislativas devido às «graves violações» da lei eleitoral e intimidação de eleitores e funcionários da comissão eleitoral.

«As sempre novas e renovadas agressões»

De novo Timor-Leste. O que provoca nalguns colegas uma reacção de enfatiamento, reflectindo um certo cansaço.

Pelo nosso lado, nem se o povo timorense também estivesse cansado - o que não é o caso, e honra lhe seja feita - ou se a Indonésia conseguisse levar o genocídio até ao fim, com a tolerância da comunidade internacional contra as suas próprias posições, nem assim ficaríamos enfatiados e cansados. Maior ainda seria a nossa indignação.

Haverá algo de novo? Há. Há as sempre novas e renovadas agressões e provocações na sequência da ocupação militar, como há as sempre diferentes e renovadas manifestações da exigência de um povo à sua determinação.

Mas há também o facto novo de estarmos a discutir umbilicalmente os direitos humanos na Indonésia, a luta pela democratização neste país, e a ocupação e repressão que prossegue num território ainda não descolonizado. A mesma raiz para duas situações diferentes. Com a prevenção, para nós decisiva, de que se deve evitar a ilusão de que a questão política internacional de Timor se resolveria, por inerência, com o avanço do processo de democratização da Indonésia. O

que poderia corresponder a aceitar tacitamente que Timor é parte da Indonésia.

Representantes do povo de Timor encontram-se com democratas indonésios. É sinal positivo que saudamos. Mas, tal como o entendemos, encontram-se para coordenar lutas diferentes e não para tudo confundir numa mesma luta no «interior» da Indonésia.

E não venham outros, que ao serviço do actual regime indonésio estão - proveito lhes faça, que honra nenhuma lhes dá... - acusar Portugal por ter sido colonizador como forma de ignorar que estamos perante um processo inacabado de descolonização e de desviar a atenção do facto do governo indonésio não ter - ainda? - respondido à iniciativa portuguesa no quadro das negociações sob a égide das Nações Unidas.

Com aproveitamentos próprios, manobras, vilezas não pactuamos. Repudiamos-los. A questão é o direito de um povo à autodeterminação, de que está impedido por ocupação militar que não recua perante o genocídio religioso, cultural e físico.

(Intervenção de Sérgio Ribeiro, eurodeputado comunista, durante o debate sobre a resolução de Timor-Leste, no Parlamento Europeu)

Butros Ghali tem vindo a aumentar nos últimos dias. Ghali já disse que não desiste da sua candidatura a um segundo mandato ao cargo de secretário-geral das Nações Unidas, apesar das pressões e do possível veto norte-americano. Tanto a presidente irlandesa, Mary Robinson, como a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundland, apontadas como possíveis candidatas apoiadas pela administração Clinton, já anunciaram que não se candidatarão. Os Estados Unidos devem mais de mil milhões de dólares às Nações Unidas e a reeleição de Ghali poderia motivar os seus opositores no Congresso a não aprovarem os fundos para a ONU.

Eurodeputados pelo emprego

Até ao fim da semana passada, cerca de 150 eurodeputados, sindicalistas e outras personalidades tinham já assinado o apelo europeu pelo pleno emprego, iniciativa de Ken Coates, membro do Parlamento Europeu. No âmbito das iniciativas europeias pelo direito ao trabalho, o movimento francês «Agir Contra o Desemprego» irá organizar uma marcha que decorrerá entre Abril e Junho de 1997 e que poderá terminar em Amesterdão na altura da Conferência Intergovernamental.

Tchetchénia

Um dos regimentos russos começa amanhã a retirada da Tchetchénia. A Rússia decidiu retirar o 245º regimento motorizado de forma «unilateral» para demonstrar o seu empenho nas conversações de paz com os independentistas.

Chernobyl

O primeiro reactor da central de Chernobyl será desactivado em 30 de Novembro, segundo a agência Lusa. Vai ser iniciada a preparação dos trabalhos para desactivar o reactor, que deverão estender-se por cinco a seis anos. Nessa altura, apenas um reactor ficará a funcionar. Em troca da desactivação, os países mais industrializados irão doar 3 mil milhões de dólares.

Greve geral no Brasil Um aviso sério ao Governo

A greve geral de 24 horas contra a recessão, os baixos salários e o desemprego e em prol da reforma agrária, convocada pelas três maiores centrais sindicais brasileiras - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) - contou com a adesão de 12 milhões de trabalhadores dos 30 milhões que representam, mas não conseguiu paralisar o país na passada sexta-feira. De acordo com notícias veiculadas pela Lusa, o facto de o sector dos transportes não ter aderido à greve permitiu diluir o impacto do protesto e dar uma aparência de «normal» funcionamento das cidades.

As três centrais sindicais brasileiras decidiram apelar à greve geral, há cerca de um mês, por considerarem que «o processo de negociação com o Governo está esgotado». Apresentaram então uma lista comum de reivindicações: criação de empregos, salários justos, manutenção dos direitos dos trabalhadores, reformas condignas, uma reforma agrária que ponha termo à dramática situação dos «sem terra». Um conjunto de questões que vai sem dúvida ao encontro das mais profundas aspirações do povo brasileiro, mesmo que o resultado da greve geral esteja longe de corresponder às expectativas dos seus promotores.

Com efeito, a intensa campanha antigreve desenvolvida pelos principais órgãos de co-

municação social, aliada ao medo de retaliações reconhecido por muitos sectores da população (com medo de demissões, por exemplo, os bancários de todo o país resolveram não aderir à jornada de luta sindical), reforçado pelas ameaças veladas do Governo, levaram, como de resto ficou demonstrado por diversas sondagens de opinião, a que o apoio à greve não se traduzisse na adesão à greve. Em São Paulo - onde o metro, que transporta 2,5 milhões de pessoas diariamente, esteve paralisado - 63 por cento dos inquiridos manifestaram-se favoráveis à greve, contra 33 por cento. No entanto, 57 por cento da população activa favorável à greve não estava disposta a parar.

Em todo o caso, a jornada de luta do passado dia 21 no Brasil - a primeira acção conjunta das principais centrais sindicais brasileiras, desde o malogro da greve geral de Março de 1991 contra a política económica do então Presidente Collor de Melo - não pode deixar de ser encarada como um sério aviso à política que vem sendo seguida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que se traduz na degradação das condições de vida e num crescimento acelerado do desemprego. Um estudo divulgado recentemente revela que, em Abril, o desemprego em Brasília chegou aos 17,6 por

cento, em São Paulo aos 15,9 por cento e em Porto Alegre aos 13,8 por cento. Uma situação explosiva, que o movimento dos

Repressão

No mesmo dia da greve geral, duzentos membros do Movimento de Camponeses Sem-Terra (MST), que agrupa cinco milhões de famílias brasileiras que exigem o cumprimento da Lei da Reforma Agrária, ocuparam o Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo. A ocupação registou-se após o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ter considerado a ocupação de herdades por mem-

daquele Estado que vão ser desalojadas nos próximos dias.

Segundo informações da Lusa, a ocupação do palácio do Governo ocorreu dois dias depois do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, irritado com a decisão do MST de invadir o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Salvador, ter advertido os Sem-Terra de que serão reprimidas as próximas invasões de repartições públicas.

De salientar que o Governo - que continua sem promover uma Reforma Agrária que ponha cobro às terras abandonadas ou subaproveitadas pelos latifundiários, enquanto os camponeses sem terra morrem de fome ou vítimas da repressão policial, privada e/ou oficial - manifestou já a sua «preocupação» pelo aumento do poder da organização camponesa. Em recentes confrontos, três «vigilantes» ao serviço de latifundiários morreram.

«A única forma do Governo controlar o MST é promover a Reforma Agrária», assegurou entretanto em São Paulo, o líder dos camponeses, Gilmar Mauro, fazendo notar que «ao pedir à polícia para reprimir os sem-terra, o Governo está a assumir o papel que pertencia aos latifundiários».

Saudação

A CGPT-IN, em nome dos trabalhadores portugueses que representa, manifestou aos trabalhadores brasileiros, através das centrais sindicais daquele país, a sua solidariedade para com os objectivos que justificaram a convocação da greve geral de 21 de Junho, no Brasil.

Na mensagem, a CGTP-IN refere o seu apoio solidário à luta dos trabalhadores brasileiros pelo emprego, pela reforma agrária, por salários justos, por uma aposentadoria digna e pela manutenção dos seus direitos.

bro do MST um assunto de «segurança nacional», e destinava-se a exigir uma solução urgente para 260 famílias

Gostei muito e agora tenho de cá vir é com a família!, afirmou Carlos Carvalhas, no final da visita que fez, na manhã da passada segunda-feira, ao Parque Ecológico da Cidade, em Monsanto, a convite dos vereadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa, sendo pessoalmente ciceroneado por Rui Godinho, o vereador responsável do Pelouro de Ambiente e Espaços Verdes e que tutela não apenas o Parque Ecológico, mas todos os parques e zonas verdes da capital sob alçada municipal. O Secretário-Geral do PCP teve oportunidade de apreciar este extraordinário equipamento de educação ambiental instalado em cerca de 50 ha e que está a funcionar em pleno desde 28 de Março passado, onde a apreciação da natureza e das espécies, tanto animais como vegetais, se faz no mais escrupuloso respeito pelo ambiente natural em que tudo se desenvolve.

Texto:
Henrique Custódio

Um parque com vida para a cidade

Fotos:
Jorge Caria

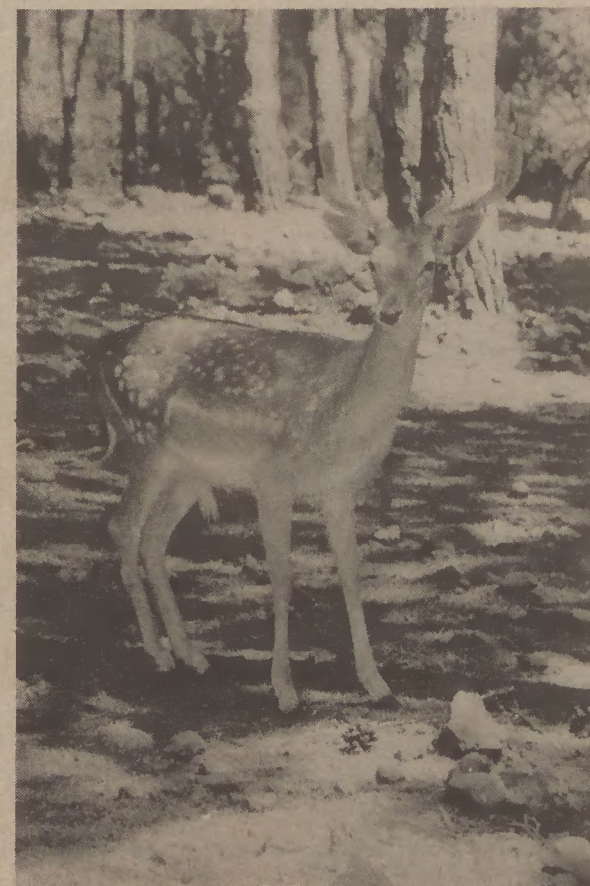
Carlos Carvalhas visita Parque Ecológico



Detalhe do observatório que dá para o lago e o açude. Aqui, pode-se observar confortavelmente as movimentações da fauna



Durante a visita de Carlos Carvalhas ao Parque Ecológico surpreendemos um grupo de crianças construindo aplicadamente moldes de folhas do Parque



Os veados e gamos estão num cercado próprio, para não desenvolverem a vegetação em volta

Além de Rui Godinho, aguardavam o Secretário-Geral do PCP o vereador Vítor Costa, o dr. Ramos e o engenheiro Souto Cruz, respectivamente, director municipal e director de departamento de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara, e o engenheiro João Tremoceiro, director executivo do Parque Ecológico, que também ciceronearam o visitante. Carlos Carvalhas chegou acompanhado dos dirigentes do PCP, Jorge Cordeiro e Luís Fernandes.

«Fomentar a prática da Educação Ambiental no município de Lisboa; promover o contacto com a natureza e o respeito pela mesma; dotar o Parque Florestal de Monsanto de um Centro de Interpretação que funcione como pólo de dinamização e revitalização de toda a área e enriquecer qualitativamente o seu património ecológico e paisagístico» são os objectivos expressos do Parque Ecológico da Cidade, equipamento que começou a funcionar em pleno em 28 de Março passado, registando logo no primeiro mês 6.000 visitantes e utentes das suas visitas guiadas e mantendo, até hoje, uma média de 4.000 visitantes/mês.

O Parque Ecológico tem uma área total de 50 ha e um perímetro de quatro quilómetros, está localizado entre o Alto da Serafina e a Mata de S. Domingos de Benfica, dividindo-se em duas áreas distintas: uma não vedada com cerca de 34 ha e outra, vedada, com aproximadamente 16 ha.

Observar os animais em circuito de televisão

Foi exactamente na área não vedada que começou a visita de Carlos Carvalhas, onde se localiza o Centro de Interpretação - um belo edifício dispo de um centro de recursos, com biblioteca, videoteca e postos multimédia, destinado a receber e a preparar os visitantes para as actividades da zona vedada e, também, a prestar apoio informativo na área do ambiente.

Na exposição que se encontra patente no edifício, Carlos Carvalhas pôde observar o enquadramento do Parque Ecológico na mata de Monsanto e alguns exemplos das actividades pedagógicas ali desenvolvidas, como a construção de moldes de folhas e pegadas feitos pelos visitantes, a avaliação da idade de uma árvore por um corte transversal, a construção, montagem e colocação de caixas-ninho, a construção e manutenção de um viveiro - tudo actividades a desenvolver nas oficinas de trabalho do Parque, orientadas por especialistas e prestadas a grupos (sobretudo de jovens estudantes) que não excedem as 15 pessoas, para que tudo funcione eficazmente.

Nessa mesma exposição, dois outros elementos despertaram a atenção do visitante - um aquário reproduzindo a vida aquática do Parque e um circuito de vídeo que permite monitorizar a movimentação dos animais no interior da zona vedada, através de diversas câmaras vídeo instaladas em pontos estratégicos. Ali, qualquer pessoa se pode sentar tranquilamente frente a diversos monitores, comandar, nas consolas, os movimentos e os zoom das diferentes câmaras-vídeo espalhadas pelo Parque e observar, ao pormenor e a seu bel prazer, as movimentações dos animais. Uma maravilha tecnológica ao serviço da educação ambiental.



Rui Godinho mostra a Carlos Carvalhas a localização do Parque Ecológico na mata de Monsanto. Estava-se no início da visita, no magnífico Centro de Interpretação, climatizado e impecavelmente limpo



Por estes monitores dum sistema de circuito interno de televisão, o visitante pode controlar ele próprio a observação das movimentações dos animais no exterior, filmados por câmaras espalhadas pelo Parque



Por casualidade, Carlos Carvalhas cruzou-se com um grupo de crianças de visita ao Parque, cujas acompanhantes fizeram questão de cumprimentar o Secretário-Geral do PCP



Da torre de observação usufruem-se vistas extraordinárias sobre o Parque Ecológico, com a cidade ao fundo

Antes de sair para um passeio na zona vedada, Carlos Carvalhas ainda apreciou a recepção do edifício, o serviço que se encarrega do atendimento do visitante.

A Natureza ao vivo

Por estranho que pareça, e apesar da cidade ali mesmo ao lado, uma visita à zona vedada do Parque Ecológico é um verdadeiro mergulho na natureza e numa mata que cresce livremente. Inclui uma rede de caminhos com zonas de paragem e interpretação, onde se instalaram placas de identificação das espécies que aí vivem. Foi por um desses caminhos que Carlos Carvalhas e visitantes se embrenharam, até chegarem à torre de observação, construída em madeira e com dois pisos, donde se pode disfrutar uma vista extraordinária do Parque com a cidade ao fundo.

Mas não se ficam por aqui, os observatórios. Se a torre permite momentos de contemplação do conjunto do parque, um observatório mais abaixo, também em madeira e em forma de cabana, permite aos visitantes observar confortavelmente e discretamente, a partir das suas janelas, o açude construído mais abaixo, onde nadam e se acolhem diferentes tipos de patos.

Seguiu-se, na visita, uma deslocação à zona de alimentação e protecção dos esquilos - uma das espécies introduzidas no Parque Ecológico com sucesso -, um passeio pelas cascatas construídas a partir do açude e uma espreitadela ao cercado para veados e gamos, assim circunscritos para que não devam toda a vegetação.

Entretanto, Rui Godinho foi explicando que se desenvolvem ali múltiplas actividades: visitas guiadas, regulares e específicas, dirigidas ao público em geral, percursos interpretativos, não guiados, para

a população a partir dos 12 anos, projectos de envolvimento, destinados à população escolar, subordinados a diversos temas como as estações do ano, os charcos, os micromamíferos, as aves, os jogos ambientais, etc. A este propósito, foi dado um exemplo elucidativo com o projecto das estações do ano, que consiste na escolha de uma determinada parcela do Parque cujas modificações os utentes vão acompanhando ao longo das estações, quer na estrutura verde e do solo, quer nos indícios dos usos de diferentes espécies animais.

Um mundo a experimentar

Conforme progredia no passeio, o Secretário-Geral do PCP ia sendo informado do mundo de coisas que o visitante pode usufruir no Parque Ecológico.

Nas chamadas «Actividades Regulares» estão à disposição dos utentes três tipos de visitas: uma, à exposição «Experimentando o Ambiente», outra, ao Centro de Recursos e uma terceira, guiada, mostrando «A Cidade e o Parque».

Nas actividades «Específicas» pontificam as visitas guiadas, tendo por tema «Os Ninhos» e «A Estação Meteorológica», e nas actividades «Interpretativas» as visitas, não guiadas, apontam para objectivos tão sugestivos como «Os Ecossistemas do Parque» e «Geologia sobre rodas».

Mas não acaba aqui a oferta. Também há jogos, um chamado «Passear pelo parque à descoberta», outro «Os quatro sentidos» e projectos de envolvimento como o das «Quatro estações do ano», atrás referido.

Além disso há as oficinas de trabalho, onde os visitantes podem proceder à construção de moldes de folhas e pegadas de animais (surpreendemos um grupo de crianças entretidíssimas nesta tarefa), à construção e manutenção de um viveiro, à plantação de árvores e à construção, montagem e colocação de caixas-ninho que - pasme-se - as aves acabam por utilizar!

Tudo isto acompanhado por um completo e competente serviço de profissionais.

Estão, sem dúvida, em pleno andamento os objectivos com que foi criado este Parque Ecológico, assim definidos: «Pretende-se que o ambiente seja entendido na sua globalidade, valorizando as relações entre as partes constituintes do ecossistema: os animais, as plantas, o clima, o solo, o Homem; e não valorizar as plantas ou os animais por si só, pois essa função já é desempenhada pelo Jardim Botânico e pelo Jardim Zoológico».



Breves palavras em final de passeio

No final da visita, e por solicitação dos jornalistas presentes, Carlos Carvalhas prestou breves declarações, onde realçou que a construção do Parque Ecológico de Monsanto - e de outros equipamentos de semelhante preocupação ambiental - mostra bem como é importante para a CDU a questão do Ambiente. Em relação ao Parque Ecológico que acabara de visitar, afirmou que «gostei muito, agora tenho de cá vir é com a família!», assinalando os importantes objectivos de educação ambiental a que responde, permitindo aos cidadãos actividades simultaneamente recreativas e culturais.

Rui Godinho declarou, por seu lado, considerar a educação ambiental «uma questão estratégica pela importância que tem na preparação das novas gerações», respondeu que os dirigentes dos outros partidos já foram todos convidados para visitar o Parque Ecológico, bastando-lhes informar quando o pretendem fazer para serem igualmente acompanhados e defendeu a criação de uma rede nacional de educação ambiental, para já a partir da colaboração entre o Parque Ecológico de Lisboa, e estruturas semelhantes que existem no Porto (por sinal, como recordou, também por iniciativa de um vereador CDU, no caso Ilda Figueiredo) e nos Parques Naturais.

EM FOCO

CUBA

POR VOLTA da sexta hora do voo Madrid-Havana, o visor do voo indica que o avião procede a uma ligeira inflexão para noroeste. «Vamos para Miami», brinca alguém a meu lado. Claro que não vamos. Tratava-se tão-somente de uma daquelas manobras que escapam à compreensão do passageiro leigo mas que tudo indica serem indispensáveis para levar o avião a bom aeroporto. A Havana, neste caso, e ainda bem: é sempre agradável visitar Cuba, é sempre reconfortante observar o exemplo de coragem e firmeza colectivas dado pelo heróico povo cubano, é sempre estimulante ver confirmada, na prática, a tese de que vale a pena lutar, de que sem a luta nada se consegue, de que com a luta tudo pode conseguir-se. Como diz Fidel Castro – e pode testemunhar qualquer cidadão que visite Cuba, observe a realidade cubana e fale com as pessoas, indiscriminadamente, nas ruas –, «a situação na ilha está longe de ser desesperada e a sua recuperação económica está a provocar fortes dores de cabeça aos EUA». É assim e ainda bem que assim é.

É claro que há quem visite Cuba com o objectivo exclusivo de fazer anticomunismo e de, mais ou menos às claras, apoiar de perto as teses que fundamentam o criminoso bloqueio norte-americano.

É o caso de uma tal Cristina Margato que, na «Grande Reportagem» de Junho, nos pretende convencer de que foi visitar Cuba para ver e nos contar a realidade cubana. A chamada «reportagem» da, digamos assim, repórter é um texto típico da nova ordem comunicacional: a «repórter» não tinha a intenção de conhecer e divulgar a realidade cubana: pretendia apenas, e foi isso que tentou fazer, credibilizar, através de um passeio a Cuba, as conclusões que previamente havia tirado. A pobre coitada foi a Cuba, viu as carências e as enormes dificuldades que realmente existem... mas não viu mais nada: nem as causas dessas carências e dificuldades (só de raspão aludiu ao bloqueio e parece desconhecer totalmente a existência da lei Helms-Burton) nem a coragem, a dignidade, a firmeza, com que o povo cubano tem enfrentado a situação (mas poderia tal «repórter» ver tais coisas? Saberá ela o que isso é? Dir-lhe-ão alguma coisa tais valores?). Da mesma forma que um porco recusa as pérolas mais preciosas, Cristina Margato recusa ver a realidade cubana. E produziu aquela abjecção a que chamou «a ilha do silêncio». Uma coisa é certa, no entanto: a «reportagem» da Margato é digna da «Grande Reportagem» que a dá à luz. E vice-versa.

Mas voltemos ao meu voo Madrid-Havana.

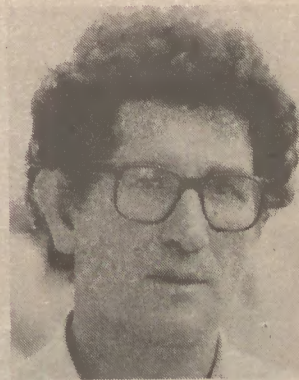
Nos jornais espanhóis distribuídos a bordo do avião tem lugar de destaque o bloqueio – mais concretamente, a lei Helms-Burton, decretada pelo congresso dos Estados Unidos da América, que proíbe todos os países do Mundo de procederem a trocas comerciais e investimentos em Cuba e que ameaça sancionar severamente os prevaricadores. Esta lei imperial é a mais recente ofensiva do imperialismo norte-americano visando apertar o bloqueio a Cuba; é uma arrogante ostentação da prepotência, do autoritarismo, da insolência com que o Governo dos EUA trata não só o governo e o povo cubanos mas também os governos e os povos dos restantes países do Mundo; é, ainda, a mais despidorada manifestação de desrespeito pelo direito internacional, de desprezo pelos direitos humanos – com a agravante de ser, hipocritamente, apresentada em nome desses mesmos direitos. Aliás, esta é uma matéria em que os vários presidentes dos Estados Unidos da América se têm revelado verdadeiros mestres ao longo da História. Humanismo, tolerância, compreensão, sensibilidade, respeito pelos direitos humanos... é com eles, são temas nos quais ninguém os bate. Podia lembrar casos mil mas limito-me, por agora, apenas a dois. Um, para recordar aquele momento sublime – profusamente difundido por todo o planeta – em que o humaníssimo presidente Bush se recolheu por breves instantes, rezou uma breve oração, deixou deslizar pelas faces duas breves lágrimas e deu a breve ordem que conduziu ao assassinato de 300 mil iraquianos.

Outro caso, passado já com o actual presidente, foi o ocorrido há uma semana no estado do Arkansas (estado onde Clinton nasceu e cresceu). O actual presidente, e candidato a futuro, fez questão de visitar uma das dezenas de igrejas de negros que nos últimos meses têm sido incendiadas no seu país (incendiadas por desconhecidos, segundo se diz; desconhecidos que não de estar extremamente bem disfarçados, visto que, até agora, nenhuma das polícias especiais dos EUA conseguiu descobri-los – embora toda a gente diga que se trata de gente da Ku-Klux-Klan). Comovido, certamente

com os olhos marejados de oportuníssimas lágrimas, em comício de campanha eleitoral, Clinton recordou com voz solene e grave os incêndios das igrejas de negros a que assistiu ao vivo, naquele mesmo estado de Arkansas, na sua longínqua infância. Garantou, eleitoralmente impressionado, que não esqueceu nem esquecerá jamais essas imagens terríveis, essas horrorosas manifestações de intolerância que marcaram fortemente a sua infância; que, para sempre, ficarão gravadas na sua memória; que foram acontecimentos decisivos para a sua formação humanista, tolerante e etc. Esqueceu-se o presidente apenas de um pequeno pormenor (dias depois descoberto e revelado por um jornalista): é que nos anos da sua infância não houve uma única igreja queima-

da no estado de Arkansas...

Só com uma imensa dose de paciência é possível ouvir o presidente Clinton – naquela sua postura estática, exibindo aquele rosto que não se sabe se é feito de cera, se de plástico, se de qualquer desconhecida e secreta liga – falar da Lei Helms-Burton, dos seus objectivos democráticos, das suas múltiplas virtudes, e, sobretudo, do mandato divino que lhe foi conferido, a ele, Clinton, para assegurar o planetário respeito pelos direitos humanos. Na realidade, a Lei Helms-Burton é um autêntico atentado à soberania dos povos e a insistência do governo dos EUA na sua aplicação fere profundamente os princípios democráticos e os direitos dos cidadãos. Aceitá-la e cumpri-la seria aceitar prestar vasalagem ao governo norte-americano, reconhecê-lo como dono é senhor. Pertinentes e justas são, por isso, as palavras de Júlia Navarro no «El Mundo» de 7 de Junho, que passo a transcrever: «É indigno que um país, os EUA, por muito poderoso que seja, possa permitir-se legislar para o resto do planeta. Mas muito mais



■ JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

indigno seria que os países soberanos (...) aceitassem que o Congresso dos Estados Unidos decidisse com quem podemos e com quem não podemos negociar e, pior do que isso, que permitíssemos que nos "castigassem" por não cumprimos à risca a lei Helms-Burton.»

Aliás, a arrogância do governo norte-americano e o conteúdo provocatório, insultuoso e humilhante da referida lei parecem ter provocado reacções de sentido oposto ao desejado por Clinton. Como sublinha o ministro cubano do Investimento Estrangeiro e da Cooperação, em entrevista ao «El País», «fora dos EUA não há uma única voz autorizada a defender a lei Helms-Burton» (...) «essa lei suscitou uma vaga de solidariedade com Cuba». E tanto assim foi que Clinton e os seus homens de mão se viram forçados a vir apelar aos seus aliados para «ajudarem os EUA a isolar Cuba, o único regime não democrático do Mundo». Sublinho: «o único regime não democrático do Mundo» – e não sei o que destacar desta boçalidade: se o disparate provocatório que ela é, se o atestado de estupidez que Clinton quer passar aos seus aliados.

Mas todas estas clintonadas se percebem se se tiver em conta que, na verdade, Cuba é uma espinha cravada na garganta do imperialismo norte-americano, que, na verdade, à luz da lei, da força e da ordem norte-americanas Cuba deveria já integrar o rebanho dos países servidores do tio Sam; que, na verdade, de acordo com as conclusões do computador infalível do Pentágono, Cuba já não deveria resistir nem existir; que, na verdade, a presença viva de Cuba ali a uma centena de quilómetros do Império – batendo-lhe o pé e gritando-lhe aos ouvidos que «aunque no les guste, el camino de Cuba es y seguirá siendo el socialismo y el comunismo» – é, de facto, uma presença insuportável.

Quanto a direitos humanos... é sabido que em Cuba, apesar de

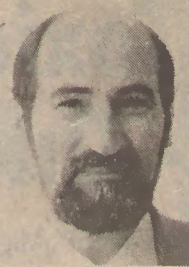
todas as dificuldades geradas pelo bloqueio imperialista, apesar de todos os sacrifícios e carências daí resultantes, não há uma só criança sem escola, e as crianças são a prioridade das prioridades no que toca a cuidados médicos e à distribuição de bens de consumo. Enquanto que, ali a 100 quilómetros deste conceito de direitos humanos, ali no mais rico país do Mundo, ali nos poderosos Estados Unidos da América, «segundo dados publicados pelo Children's Defense Fund, em cada nove segundos há uma criança americana que abandona a escola, em cada dez segundos é presa uma criança, em cada 32 segundos há um bebé que nasce na pobreza, em cada 15 minutos há um bebé que morre, de duas em duas horas uma criança é assassinada com uma arma de fogo, de quatro em quatro horas há uma criança que se suicida, de oito em oito horas morre uma criança vítima de maus tratos ou de negligência». E por aí fora, visto que no que toca a respeito pelos direitos humanos o governo norte-americano não tem mãos a medir e dá lições a todo o mundo...

É tudo isto que explica a simplicidade, a naturalidade com que uma camarada cubana me dizia em Havana: «Quem resistiu trinta e tal anos às agressões e ao bloqueio imperialista pode resistir, no mínimo, outros tantos» – opinião que sintetiza, luminariamente, o sentir de todo um povo. Por isso, Cuba vencerá.



A saga da regionalização

■ Lino de Carvalho



Há pessoas que são peritas em criar realidades virtuais inventando factos que não existem, interpretando-os depois, introduzindo-os finalmente na vida real. Claro que para isso é preciso, antes de mais, que se cumpra uma condição: a do acesso privilegiado aos grandes meios de comunicação social.

Vem isto a propósito de uma das últimas crónicas semanais de António Barreto que, a propósito do debate quase em família sobre a regionalização realizado na Casa de Mateus, afirmava que «raros debates como este ocuparam os jornais, rádios e televisão». Só que o deleite intelectual dos debates das «Casas de Mateus» e da quase totalidade dos que têm sido promovidos na comunicação social têm, desde logo, um pecado original que pelos vistos não preocupa muito o(s) nosso(s) cronista(s): o da ausência de uma efectiva pluralidade de opiniões convidadas para os debates, em que a grande maioria obedece a um modelo previamente definido. Isto é, serem contra a criação das regiões administrativas ou aproveitarem o espaço pago que usufruem na comunicação social para multiplicar, no silêncio do contraditório, as campanhas contra a regionalização usando argumentos que falsificam a verdade.

Entretanto, o verdadeiro, necessário e plural debate continua por fazer com excepção daqueles que o PCP e algumas autarquias têm promovido.

A verdade é que a regionalização é (deve ser) uma grande reforma de descentralização do Estado e da Administração Pública, inscrita na Constituição desde 1976. Instrumento potencial de desenvolvimento regional e de correcção de desequilíbrios, factor de reforço da participação dos cidadãos na vida política, a criação das regiões administrativas pode ser, hoje, como foi ontem o Poder Local, instrumento de aprofundamento da democracia.

Mas a regionalização encerra, antes de mais, uma concepção de Estado em que a descentralização política e administrativa, uma maior participação e controlo dos cidadãos no processo de tomada de decisões e uma ponderação diferente nas opções e políticas de desenvolvimento regional se opõe a uma visão centralista e burocrática do Estado.

O comando constitucional que cria este novo patamar das autarquias locais que são as regiões administrativas foi aprovado por unanimidade.

A Lei-Quadro das Regiões Administrativas, aprovada em 1991, também por unanimidade, define os órgãos representativos da Região e a competência de cada um, o processo de criação e instituição concreta com base no referendo orgânico, que é a obrigatória consulta às Assembleias Municipais, o sistema de eleição, as atribuições das regiões, as finanças locais. Ao longo destes 20 anos, todos os Partidos – PCP, PS, PSD, CDS – apresentaram Projectos de Lei sobre as Regiões e foram afirmando que o desenvolvimento regional passa muito pela Regionalização. Do Programa do Governo do PSD de 1992 constava o compromisso de criação das Regiões que Cavaco Silva negou posteriormente numa pírueta criticada por muitos sectores e fazedores de opinião, mesmo na área do PSD.

Então, assim sendo, como se justifica todo o espectáculo a que temos assistido nos últimos tempos, as dúvidas, interrogações e perturbações introduzidas no processo e vindas dos mais diversos quadrantes (alguns insuspeitos até à data), a exigência do referendo nacional?; e como se justifica terem-se escrito tantos disparates, uns por ignorância, outros por desinformação?

Penso que a situação tem várias explicações: num caso, a aceitação do princípio da regionalização em determinado momento, teria subjacente a ideia de que, na prática, nunca se concretizaria. E quando no horizonte aparece a efectiva possibilidade de as Regiões serem criadas então a reserva mental de muitos vem toda à superfície.

Por outro lado, no que se refere ao PP, não faz mais do que protagonizar com clareza as opções centralistas e ultra-imobilistas da direita, sempre desconfiada quando se trata de dar mais poder de participação ao povo. O PSD, atravessado por profundas divisões nesta matéria, encontrou – na cruzada pelo referendo e, de facto, contra a regionalização – um instrumento para projectar mediaticamente o seu novo presidente, para momentaneamente esconder as contradições do PSD em matéria de regionalização e a sua inevitável divisão [com Cavaco Silva, Durão Barroso, Pacheco Pereira contra e Vieira de Carvalho, Mendes Bota, Valente de Oliveira, Rebelo de Sousa (?) a fazerem eventualmente campanha pelo sim] e para acelerar,

como está a acontecer, o processo de revisão constitucional, utilizando-o como moeda de troca contra um PS temeroso e permeável à chantagem da direita. Um PS onde não aparece completamente claro se quer, de facto, a regionalização, que regionalização e para quando.

Aliás, a propósito do referendo, ouvi um argumento espantoso da boca de Marcelo Rebelo de Sousa. Dizia ele não necessitar o PSD de referendo interno, porque o recente Congresso de Santa Maria da Feira tinha sufragado a sua moção que defendia a regionalização. E acrescentava: por que é que se vai perguntar o que já foi perguntado? Infelizmente o jornalista não se lembrou de dizer a Marcelo Rebelo de Sousa que esse raciocínio também se aplica ao País. É que nas eleições legislativas de Outubro os portugueses votaram maioritariamente em programas (do PCP e do PS) que defendiam expressamente a regionalização. Porquê então «perguntar de novo o que já foi perguntado»?

Entretanto, o PP (e também o PSD) contrapõe à regionalização o reforço dos poderes municipais. Mas como se iria fazer? Criando 305 Administrações Regionais de Saúde, de Educação, do Ambiente, da Indústria, do Ordenamento do Território, etc.? Então aqui já não se multiplicam os custos? Mas se a ideia é, para funções de nível supramunicipal, entregá-las a Associações de Municípios, então das duas uma: ou se mantém o actual figurino de funções e competências e, para qualquer decisão, os Municípios respectivos teriam de debater em conjunto, regressar aos seus executivos, voltar a debater em conjunto, etc., tornando inoperacional qualquer possibilidade eficaz de decisão; ou se dão funções e competências próprias às Associações de Municípios e isso não seria nem mais nem menos do que a regionalização, mas com a agravante dos órgãos não serem eleitos. Um absurdo.

Cenário dantesco

Verdade seja dita que, nestas matérias, PP e PSD não estão sozinhos. Aí temos altos dignatários da Igreja, como o Arcebispo de Braga, que entende que a religião não se deve confundir com a política, excepto sempre que está em causa a necessidade de dar força às posições mais conservadoras da sociedade. Não está contra a regionalização, não senhor. Teme é o «salto no desconhecido», porque se avançou «precipitadamente para a aprovação de leis com uma Assembleia da República desnorteada». Ele, que nem sequer viu o programa de Herman José, não hesita, também aqui, em criticar exactamente o que não viu. Valha-nos Deus.

Mas temos mais. Temos esse mundo fechado da tribo iniciática dos comentadores que saltitam de jornal para jornal, de *écran* para *écran*, com o seu ar omnisciente, confundindo informação com opinião, exibindo a sua auto-suficiência de quem não admite dúvidas, fazendo entrevistas em que falam mais do que entrevistam, julgando-os no fim sem possibilidades de resposta. E aí de quem se atreva a julgá-los a eles próprios. Certo e sabido que, abusando da possibilidade que têm de dizer a última palavra, zurrirão quem se lhes opõe. E se este responde, talvez tenha a sorte de ver o seu protesto publicado nas páginas das cartas dos leitores, porque nos *écrans*, em condições de igualdade, nunca.

Miguel Sousa Tavares é um destes novos produtos desta «democracia mediática» onde os «eleitores» nunca terão oportunidade de votar, quanto muito de comprar. Decidiu levantar-se em armas contra a regionalização. Está no seu direito. O que não está é no direito de fingir que desconhece (e induzir os leitores em erro) que a Constituição determina que as Regiões a criar são «regiões administrativas», uma categoria de autarquias locais, sem poder legislativo, ao contrário do regime político-administrativo dos Açores e da Madeira; que o sistema de eleição está previsto na Constituição; que as atribuições conferidas às Regiões são «a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitações dos respectivos poderes» e elaboração de planos regionais (art. 257º e 258º da Constituição da República Portuguesa); atribuições que a Lei-Quadro de 1991 concretiza. E que, ao contrário do que se pretende fazer crer, a «instituição em concreto de cada região administrativa depende do voto favorável da maioria das Assembleias Municipais, que representam a maior parte da

população da área regional» (Art. 256º da Constituição da República Portuguesa).

Isto é, os portugueses irão obrigatoriamente debater e pronunciar-se sobre a criação, em concreto, das regiões administrativas. De forma pouco séria, convenhamos, os nossos objectivos fazedores de opinião omitem nos seus artigos dourados estes elementos essenciais de informação.

Mas ameaçam com o futuro negro e apocalíptico para o País se a regionalização se concretizar: «um Portugal dividido em Regiões – diz Marcelo Rebelo de Sousa – esfrangalhado pelas guerras de barões e de antagonismos regionais, dilacerado pelas querelas intestinas entre os autarcas e o pessoal regional, depauperado pelos gastos e dívidas contraídas por cada Região, acentuadas as diferenças entre Litoral e Interior, Regiões ricas e Regiões pobres, desfeito o princípio e a vontade da solidariedade e da unidade nacional... (desmembramento) do Estado-Nação». Uff.

Este cenário de guerra só encontra paralelo no discurso de Manuel Monteiro na Assembleia da República, para quem a regionalização significa promover «os valores políticos mais irracionais e menos elevados, o bairrismo como ideologia, a xenofobia interna como sentimento, egoísmo territorial como política»!!!

Tenho cá para mim, caro leitor, que a única solução para este cenário dantesco é propor às Nações Unidas o envio urgente de uma força multinacional para o nosso país a fim de evitar uma nova Bósnia neste canto da Europa!

Perante este dramático cenário, vale a pena perguntar: os Açores e a Madeira são hoje Estados independentes? Ou foi exactamente a sua regionalização político-administrativa que contribuiu para esvaziar o separatismo? Os municípios de legitimidade democrática, repostos ou criados depois do 25 de Abril puseram em causa a unidade nacional? Ou, pelo contrário, contribuíram para a consolidação de um Estado democrático e para o desenvolvimento de muitos e muitos concelhos do Interior e do Litoral do País? Uns e outros significaram ou não, mais participação democrática dos portugueses na vida política?

Alguém vê a ferro e fogo os países que criaram regiões administrativas? Ou o que se passa é exactamente o contrário, isto é, os focos de tensão sucedem-se exactamente nas regiões onde o processo de descentralização e de autonomia foi travado pelo Estado Central? Os focos de tensão surgem ou podem surgir exactamente quando, como em Portugal, 3/4 do território é drenado diariamente de recursos e pessoas que migram para os grandes centros urbanos agravando o fosso entre regiões mais e menos desenvolvidas.

Não é verdade que as populações não sintam a necessidade e não queiram a regionalização. Não é essa a minha experiência dos debates em que tenho participado. O que os portugueses não têm é informação, e exigem ser informados a sério sobre os objectivos, funções e competências das regiões administrativas e como é que a sua criação pode contribuir para melhorar as condições de vida.

É o PS que, ao ceder permanentemente aos que não querem a regionalização e ao aceitar soluções incompreensíveis como a do referendo simultâneo, está a contribuir para confundir, dificultar (e, quem sabe inviabilizar) a própria regionalização.

É por isso que aqueles que defendem seriamente a criação das regiões administrativas, e em primeiro lugar o PCP, têm a estrita obrigação de intervir, impulsionar e liderar este importante debate de ideias.

Claro que os trabalhadores portugueses sofrem o desemprego, os ataques aos seus direitos, a insegurança no seu futuro, e isto é e deve ser motivo permanente de combate. Mas este combate não exclui, nem é contraditório com o da regionalização. Os calendários são o que são e este é também o calendário para intervir na defesa da criação das regiões administrativas. Porque se não, outros o fazem e contra a regionalização, que não sendo nenhuma solução mágica e estando obviamente dependente das políticas nacionais de desenvolvimento pode ser, contudo, um importante instrumento de participação popular, potenciando a capacidade reivindicativa e de luta das populações.

PS – Repararam na decisão da Cimeira de Florença sobre a chamada «crise das vacas loucas»? O Reino Unido continua impedido de exportar carne de bovino para os países da União Europeia por receio de contaminação. Mas são autorizados a fazê-lo para países terceiros (leia-se «terceiro mundo»). Chama-se a isto uma visão solidária do mundo!

Toxicod dependência

- Questionar, agir, transformar

■ Carlos Gonçalves

Em 14 de Junho, no "Público", Miguel Sousa Tavares (MST), publicou com o título "A droga: ousar lutar, ousar vencer" a sua profissão de fé na "liberalização das drogas - leves e pesadas, todas" e na "expropriação do tráfico de droga pelo Estado".

As mistificações e paradoxos desse texto impõem a enunciação de alguns contra-argumentos e a ponderação mais substantiva desta e outras questões.

Importa clarificar à partida que, a nosso ver, um problema social, económico, cultural, científico, médico e político dos mais complexos da nossa época e de dimensão planetária, como o flagelo da toxicod dependência e narcotráfico, não se pode resumir ao confronto maniqueísta em torno de uma abstracção jurídica.

Importa referir que a questão do estatuto jurídico do tráfico e consumo de drogas, não sendo menor, deve ser relativizada, porque o quadro mediático dominante de espectacularização da informação, regido por critérios de superficialidade, ritmo e conflito, na busca do "share" de audiências, releva o problema relativamente à sua efectiva incidência no terreno do concreto da toxicod dependência.

Importa assumir que não se pode contar connosco para fazer como os que, absolutizando a questão da penalização/liberalização ou cavalgando a onda mediática pseudo-radical da liberalização, se limitam a escamotear a complexidade do problema da toxicod dependência e narcotráfico, a não questionar o insucesso das políticas prosseguidas e respectivas responsabilidades e a nada ou muito pouco fazer para transformar a situação.

MST conhece como poucos o universo mediático, seus truques e modismos, eventualmente por isso apoia a sua exposição opinativa num relato da expansão epidémica da toxicod dependência. Mas o realismo no elenco dos efeitos do flagelo perde-se numa teia de simplificações, raciocínios viciados e conclusões absurdas.

A determinante de toda a construção argumentativa de MST é a ideia de que o negócio dos "dealers" constitui a "raiz" do flagelo, donde "chegou a altura de olhar a droga de frente" e resolver o problema liberalizando as drogas e expropriando o tráfico.

Mas não parece que isto seja assim. A dependência de drogas, passando pelas fragilidades de cada doente, tem as suas raízes mais fundas na relação indivíduo/sociedade e na própria sociedade, nas disfunções e injustiças da globalização e pilhagem capitalista em versão neoliberal, na regressão sócio e estagnação económica, no desemprego, precariedade e baixos salários, na pobreza e exclusão e nas carências das políticas de ensino, cultura, habitação, saúde, desporto e juventude.

Tem como causa próxima a economia da droga, que discute com o negócio das armas a primeira posição mundial e atinge anualmente valores que rondam os 110000 milhões de contos, com uma massa de lucros próxima dos 75000 milhões e um crescimento de 20% (ONU 1995).

Não é sério considerar, como faz MST obscuramente, que um negócio desta dimensão tenha como principais aproveitadores os "dealers" ou sequer os Pablo Escobar, Noriegas e outros vilões da conveniência dos "States", antes reproduz os normativos desta fase do capitalismo, aproveita sobretudo ao capital financeiro multinacional, através dos mil e um estratagemas do branqueamento, dos mecanismos de crédito internacional e acumulação e da rapina neocolonial.

Os dinheiros da droga, movimentando-se nos circuitos offshore, são intrínsecos ao sistema financeiro mundial, assumem um carácter decisivo no financiamento de programas de "reajustamento estrutural" de dezenas de países, de dívidas externas e guerras e desempenham um papel estrutural na actual fase do capitalismo, viabilizando, nomeadamente, o relançamento da chamada "economia de mercado", ou seja o domínio do capital financeiro, em países como a Rússia.

Os colossais lucros deste negócio só marginalmente seriam tocados com a liberalização e expropriação da venda de droga,

mesmo que decidida e implementada a nível mundial.

A queda dos lucros que resultasse da redução dos preços ao consumidor seria compensada com o funcionamento em cartel, com o embaratecimento dos custos de distribuição, com a proposta de novos produtos e a expansão dos mercados e consumos.

E mesmo que se reduzisse o peso das mafias no negócio liberalizado da narcod dependência, não se enxergam implicações significativas desse facto face ao alastramento do consumo que se verificaria.

Nem se vê a "principal vantagem" que MST atribui ao seu esquema - "um golpe profundo na indústria do tráfico de drogas".

Parte dessa indústria expandir-se-ia como um grande negócio capitalista, controlado pelo capital financeiro multinacional.

Sobriria um vasto campo para os negócios ilegais - as novas drogas sintéticas cada vez mais toxicógenas, impossíveis de legalizar ao menos imediatamente por razões práticas ou científicas (nenhum médico aceitaria fazê-lo), todo o primeiro consumo e os consumidores abaixo da idade mínima, já que não se antevêm técnicos de saúde a receber a alguém, incluindo adolescentes, um percurso de dependência de drogas, nem MST ou Milton Friedman se atrevem a propô-lo.

Zurich, na Suíça, viveu uma experiência que, de certa forma, permite reflectir sobre a proposta de MST.

A droga passou a ser fornecida a toxicodependentes sob responsabilidade médica, isso melhorou a saúde desses doentes, o

A defesa de que a sua proposta, caso não seja seguida a curto prazo na União Europeia, seja implementada só em Portugal. É evidente que, como sucede na Holanda, mas de forma agravada porque nesse país apenas as drogas ditas leves foram objecto de venda autorizada em determinados locais, uma tal medida faria de Portugal o paraíso dos traficantes de todo o mundo e proliferaria o narcoturismo.

A consideração de que a aplicação das suas ideias poderia levar os consumidores a emigrar, quando desaparecesse a droga do mercado, de tão absurda, pela evidência de que o tráfico se reforçaria, indicia que, mais do que procurar soluções com nexos, o que anima MST é a exposição das suas "originalidades".

Ou será que, subjectivamente, o que mais incomoda MST é a visão desagradável dos toxicod dependentes e que, por isso, toma por realidade o desejo de os querer longe?

Alternativa às propostas de MST e sobretudo à situação e políticas prosseguidas, eis o que nos deve preocupar.

O flagelo da toxicod dependência e narcotráfico apresenta tamanha complexidade e expectativa de desenvolvimentos e novidades experimentais e científicas, que é avisado, particularmente no que respeita ao estatuto jurídico do tráfico e consumo, uma postura de grande abertura, que não se tenha por definitiva e dona da verdade intemporal.

Mas, neste momento e no futuro previsível, a nosso ver, não está em causa o consenso social quanto ao essencial deste estatuto - a consideração do tráfico de drogas como crime grave e do consumo como acto ilícito que deve ser sancionado, não com prisão, propõe o PCP, mas de forma a motivar os toxicod dependentes para o tratamento.

Neste momento, julgamos, nada permite concluir que a liberalização das drogas seja o passe de mágica legislativa capaz de resolver este flagelo e diversos elementos indicam mesmo que, nesse quadro, o problema se agravaria.

A situação desgraçada em que se encontra o mundo de hoje a este respeito não resulta, parece-nos, do falhanço da estratégia da ONU, que preconiza o apoio à substituição das culturas destinadas à produção de drogas, a clara punição e repressão do respectivo tráfico e branqueamento de capitais, a penalização do consumo e a implementação de políticas de desenvolvimento social, de prevenção, tratamento e reinserção sociolaboral de toxicod dependentes.

Resulta, pelo contrário, da escassa implementação destas políticas. Resulta da dominação de critérios neoliberais que colocam o lucro e não o indivíduo no centro das orientações prosseguidas.

Quanto a Portugal, não se questionam as "intenções" das entidades envolvidas nas áreas da prevenção e combate ao tráfico e dependência de drogas, mas questiona-se a seriedade das políticas prosseguidas pelo "cavaquismo" e que, tudo o indica, não registam alterações significativas sob o governo PS.

Desde logo, porque da continuação, no essencial, das mesmas políticas económicas e sociais, resultarão os mesmos efeitos, a expansão da dependência de drogas.

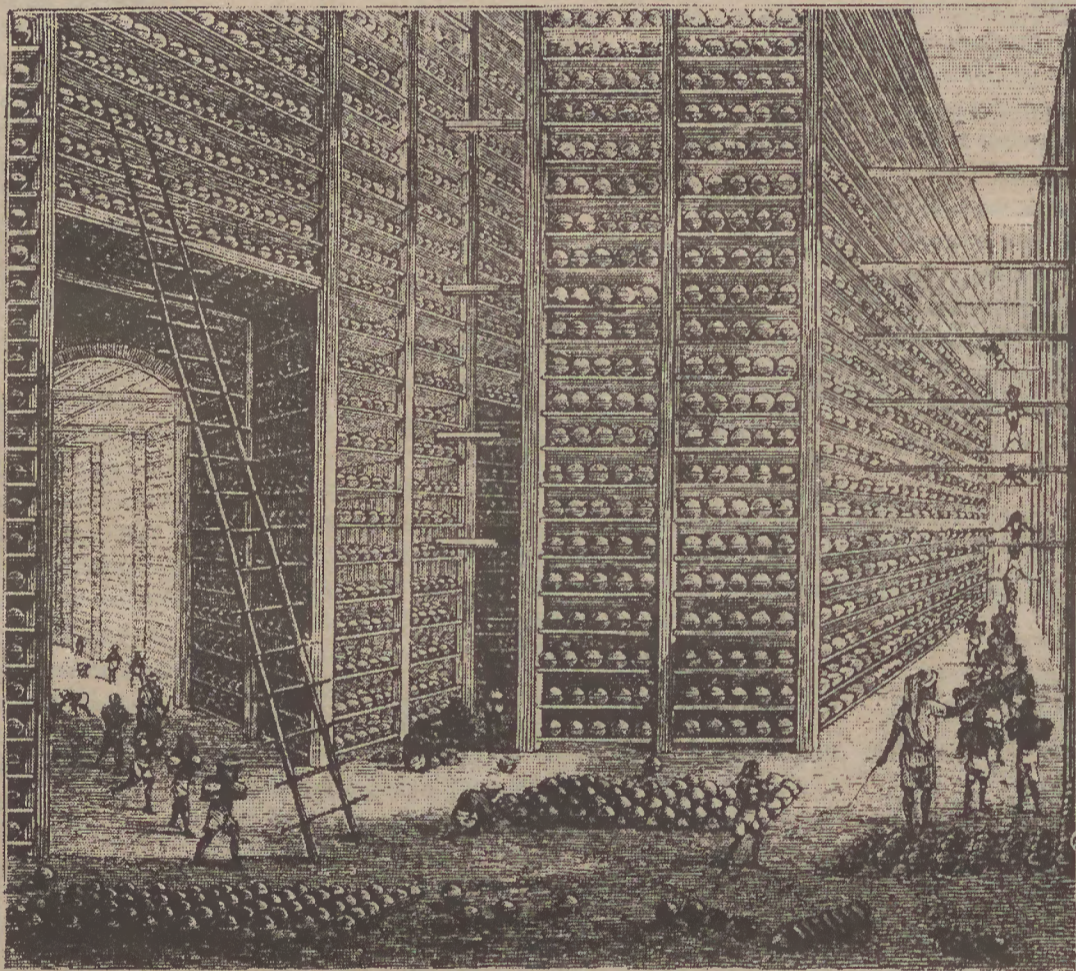
Depois porque o governo PS, ao invés do que seria necessário para alterar a situação a este respeito, não revela a mínima desafectação dos círculos do capital financeiro e respectivas especulações e negociatas, em que se move o branqueamento dos capitais do narcotráfico.

Mesmo nas políticas estritamente de prevenção, tratamento e reinserção de toxicod dependentes, o governo foge à respectiva responsabilização e, apesar das diatribes contra o "inimigo público número um", não aceitou as medidas orçamentais no sentido da implementação duma rede geral e gratuita de cuidados de saúde para os dependentes de droga, que o PCP preconiza.

O governo PS não dispõe de uma concepção de **Macropolítica da Droga**, dotada da vontade política, da clara assunção de responsabilidades pelo executivo, de políticas sectoriais e transversais envolvendo diversas áreas, nem revela capacidade de dinamizar a mobilização nacional indispensável para conter e fazer regredir este flagelo.

Mas sobre tudo isto MST disse nada.

"De boas intenções (e hipocrisia) está este inferno cheio."



Entrepósito da manufactura de ópio de Patna, na Índia, em 1882

que deve ser registado positivamente, mas repercutiu-se de forma contraditória na situação, aumentou o número de dependentes vindos de algures, facilitou os primeiros consumos e fez disparar a incidência da toxicod dependência.

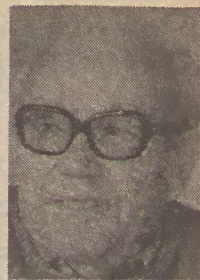
O mercado negro de drogas, inicialmente não reprimido com a mesma esperança de MST na respectiva falência, após diversas manobras de abaixamento de preços, voltou a expandir-se em conjunto com a marginalidade e criminalidade, que inicialmente se tinham retraído. A repressão do tráfico voltou à ordem do dia.

O exemplo (que MST não refere mas é comum nesta discussão) do levantamento da Lei Seca nos "States", se bem que diferente por muitas razões e porque a proibição teve motivações meramente moralistas em contradição com séculos de álcool legal, se alguma coisa prova é que se verificou um enorme e perdurável aumento dos alcóolicos e dos custos sociais, acidentes e mortes ligadas ao álcool. As mafias que controlavam o tráfico aumentaram os seus lucros "legais" e desviaram a actividade ilegal para novas drogas.

Ainda duas notas sobre posições de MST que traduzem o completo desnorre e desespero argumentativo.

Há 34 anos

Viagem clandestina à luz do dia



■ Jaime Serra

O primeiro presidente da República Popular de Angola, Dr. Agostinho Neto, saiu clandestinamente de Portugal, onde estava com residência vigiada pela PIDE, no dia 30 de Junho de 1962, num pequeno iate, ajudado pelo Partido Comunista Português.

Agostinho Neto viveu em Portugal durante uma parte da década de 1950, até Junho de 1962. Aqui estudou e iniciou a luta pela libertação do povo Angolano, tendo-se tornado um dos mais prestigiados dirigentes do MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola. Foi perseguido pelo regime fascista e esteve várias vezes preso.

Em 1961, face ao grande movimento de solidariedade nacional e internacional, foi libertado e desterrado para Cabo Verde onde esteve com residência fixa.

A 4 de Janeiro de 1961, com o assalto às cadeias de Luanda organizado pelo MPLA, dá-se início à luta armada que, ao cabo de 13 longos anos de guerra colonial, havia de conduzir à independência de Angola.

Também na Guiné-Bissau havia começado a luta de guerrilha sob a direcção do PAIGC, o partido de Amílcar Cabral, ao qual pertencia também o destacado militante Vasco Cabral que, tal como Agostinho Neto, organizava para a luta os seus compatriotas que viviam em Portugal.

Foram estes dois destacados dirigentes da luta libertadora dos seus povos, oprimidos pelo colonialismo salazarista, que o Partido Comunista Português, fiel aos princípios internacionalistas que o guiam, ajudou a sair clandestinamente de Portugal.

Com esse objectivo e por intermédio dum militante do Partido, o camarada José Nogueira, foi comprado um barco adequado para o efeito, um pequeno iate de recreio a motor.

Como o José Nogueira era oficial da Marinha de Guerra, embora dos Serviços Administrativos, foi fácil a legalização do barco, assim como a sua manutenção em estado operacional nas próprias instalações da Armada, na Doca da Marinha de Paços de Arcos.

Agostinho Neto havia, entretanto, regressado de Cabo Verde, passando a viver em Lisboa com a mulher e dois filhos pequenos em situação de residência fixa, sendo obrigado a apresentar-se regularmente na Sede da PIDE.

Deve dizer-se que, ainda quando o Dr. Agostinho Neto se encontrava em Cabo Verde, o PCP mandou um seu militante àquele arquipélago com o objectivo de estudar a hipótese de compra de um barco por meio do qual Agostinho Neto pudesse passar para África.

A sua súbita transferência para Portugal inviabilizou este projecto.

Nos finais do mês de Junho, estando tudo preparado tecnicamente para a saída de Portugal por via marítima da família Agostinho Neto e de Vasco Cabral, a Direcção do Partido incumbiu-me de dirigir esta operação.

Nas barbas da Guarda Fiscal

Foi tudo preparado para que o embarque se fizesse na Doca do Bom Sucesso, em Pedrouços, onde o iate ia por vezes atracar ou estacionar para estudar o ambiente.

Na tarde de sábado, 30 de Junho de 1962, cheguei à referida doca, onde estacionavam muitas outras embarcações, entrando em contacto com o tenente José Nogueira, que entretanto acostou o nosso iate ao molhe norte da Doca. Inteirei-me de que tudo estava em ordem para a viagem, desde o combustível necessário até aos mantimentos para 5 adultos e duas crianças de tenra idade.

À hora combinada, apareceram todos acompanhados pelo camarada Dias Lourenço que organizou esta parte da operação ajudado pelo Dr. Arménio Santos, figura destacada do movimento anticolonial, cuja ajuda foi preciosa no complicado processo da saída da família Neto da casa que habitavam, conhecida pela PIDE, para uma situação de clandestinidade, a partir da qual se deu início à saída também clandestina.

Tudo isto foi levado a cabo num espaço de tempo muito curto, antes que a PIDE se apercebesse da mudança.

Dias Lourenço ficou à distância, sentado num cabeço da muralha ali existente, observando toda a operação do embarque.

Este fez-se calmamente como se tratasse dum qualquer família burguesa que vai dar um passeio pelo rio, ou fazer uma pescaria na costa num fim-de-semana. Tudo isto, ali mesmo nas barbas da Guarda Fiscal, que tinha próximo um posto de vigilância da fronteira marítima, então à sua guarda. Após o embarque dos "passageiros" e da sua volumosa bagagem, e depois de eles receberem de Dias Lourenço os comprimidos para o enjoo que haviam encomen-

dado, manobrando no emaranhado de embarcações estacionadas dentro da Doca do Bom Sucesso (nome que foi para nós um bom augúrio), saímos para o rio Tejo. A partir daqui procurámos o mais rápido possível alcançar o mar alto.

Com toda a gente mais calma, descemos em direcção ao sul, sempre com as belas praias da costa à vista.

Contornando o cabo de São Vicente, chegámos próximo de Olhão e lançámos ferro numa pequena enseada, onde descansámos até ao dia seguinte.

Manhã cedo, levantámos ferro, fazendo o resto da costa algarvia entrando na grande Baía de Cadiz, na costa espanhola, já ao fim da tarde.

Um cabo de tormentas

Passado algum tempo, alcançámos a zona do Cabo de Trafalgar, onde nos esperavam as maiores dificuldades desta parte da viagem, com um mar normalmente muito agitado, em virtude das fortes correntes marítimas, entrando e saindo do Mediterrâneo.

Para as crianças e sobretudo para a mulher de Agostinho Neto foram horas de grande angústia. Os homens aguentavam como podiam o seu enjoo. Como eu já conhecia o fenómeno por ali ter passado cinco anos antes, procurava encorajá-los.

A violência do mar, o vento e as correntes marítimas impediam-nos de avançar com a rapidez que desejávamos, ficando por largos momentos no mesmo local, com a hélice a trabalhar fora de água.

Ultrapassado finalmente o Cabo de Trafalgar, encontrámo-nos numa bonita e tranquila baía, também já minha conhecida, onde lançámos ferro e fizemos o balanço da situação.

Com a violência do mar, tínhamos perdido um dos dois "salva-vidas" de que dispúnhamos. Os "turbos" que o suportavam, uns fortes tubos de ferro colocados à popa do iate, ficaram dobrados quase em ângulo recto devido à violência do mar a que foram sujeitos, juntamente com o barco salva-vidas que acabou por desaparecer nas ondas que caíam sobre nós na passagem do Trafalgar.

Havíamos também perdido uma âncora, arrastada pela violência do temporal. Tudo o mais - o pessoal, o combustível, os mantimentos, a bagagem - havia-se mantido a salvo.

O medo e o choque emocional dum mãe que leva consigo dois filhos pequenos abalaram profundamente a moral da Maria Eugénia, a ponto do Dr. Agostinho Neto ter sugerido a hipótese de desembarque em qualquer local da costa espanhola. Tal hipótese foi discutida e posta de lado.

Com a ditadura franquista instalada em Espanha, onde a perseguição aos comunistas era tanto ou mais violenta que em Portugal, era quase certo que em caso de prisão seríamos todos entregues a Salazar. Além disso, o pior estava passado e só era necessário um pouco mais de coragem e paciência. Estes e outros argumentos acabaram por convencer todos de que não havia outra saída senão continuar a viagem.

Passámos a noite calmamente nesse local e, na manhã seguinte, avançámos junto à costa até próximo da Baía de Tarifa, já no Estreito de Gibraltar.

A partir daqui, com o mar de feição, navegámos à bolina em direcção à costa marroquina, atravessando o Estreito calmamente. Por volta do meio-dia, alcançámos a Baía de Tânger.

Como eu já conhecia a topografia da Baía, ancorámos num sítio apropriado, a cerca de cem metros da praia. Com a embarcação salva-vidas a remos, começámos por transportar a mulher e as crianças para a praia, depois as bagagens, que eram bastantes, e finalmente o Dr. Agostinho Neto e o Vasco Cabral.

Em terra firme, eles acabaram por se desembaraçar. Chegaram à fala com as autoridades marroquinas, identificando-se como combatentes africanos bem conhecidos internacionalmente, tendo sido encaminhados para o seu destino, segundo soubemos posteriormente.

Pelo nosso lado, cumprida a tarefa, tratámos imediatamente do regresso a Portugal.

Nesse mesmo instante, saímos da Baía de Tânger e pusemo-nos ao largo.

Um regresso difícil

Como dispúnhamos de uma bússola, traçámos o rumo da viagem de regresso, de modo a alcançar a costa algarvia directamente, sem os contornos da costa e as demoras da viagem de ida.

Só a nossa ignorância das lides do mar nos levou à aventura de percorrer directamente 140 milhas marítimas no alto mar, sem terra à vista, numa embarcação daquele género e uma bússola rudimentar. Recordo que o José Nogueira era oficial da administração naval e eu era um leigo na matéria.

Nas primeiras horas, tudo bem. Porém, já bem no mar alto, começaram os nossos problemas.

Com o mar já bastante alteroso, encravou-se a roda do leme, ficando o barco à deriva, fustigado pelo temporal.

Pelo que me apercebi, dado que a estrutura dos barcos não me era estranha, pelo facto de a minha profissão estar relacionada com a construção naval, a avaria situava-se dentro da caixa da roda do leme.

A única solução que me ocorreu na emergência foi destruir à machadada a referida caixa para chegar ao local da avaria, o que foi feito, embora com algum desgosto do José Nogueira que tinha orgulho naquela bonita caixa de mogno envernizada...

Solucionada a avaria, a viagem continuou pela noite fora, com o mar cada vez mais violento, exigindo esforços tremendos para segurar a roda do leme na posição correcta.

Com ondas de mais de cinco metros de altura a cair-nos em cima, era difícil aguentar mais de meia hora seguida ao leme.

Alternávamo-nos constantemente, eu e o José Nogueira, procurando, cada um de nós, descansar um pouco nos curtos intervalos. Valeu-nos bastante, na ocasião, uma garrafa de vinho do Porto que havia a bordo, para reanimar as forças periodicamente. Finalmente, pela madrugada do dia 3 de Julho, após uma noite tormentosa, o mar mudou subitamente para uma relativa calma. Interrogámo-nos mutuamente sobre o significado de tal facto.

Por feliz acaso, alcançámos ao longe uma grande embarcação que nos pareceu ser um barco de pesca de arrasto.

Através de um megafone existente a bordo, entrámos em comunicação com a tripulação do referido barco, que verificámos ser espanhola. Fomos por eles informados que nos encontrávamos a algumas milhas ao Sul de Olhão na costa algarvia.

Esta informação encheu-nos de alegria e passadas algumas horas ancorávamos junto à costa portuguesa, onde fizemos uma pescaria de robalos e com eles uma boa caldeirada.

Depois do almoço, retomámos a viagem de regresso a Lisboa, tendo, na noite desse dia, alcançado o porto de Sesimbra, onde ancorámos até ao dia seguinte da manhã. Entrámos na barra do Tejo na manhã do dia 4 de Julho de 1962.

Dirigimo-nos directamente para a Doca da Marinha, em Paço de Arcos, onde o barco foi entregue aos cuidados do marinheiro que habitualmente desempenhava esse serviço, o qual ficou bastante espantado perante o estado lastimoso que o barco apresentava, meio desmantelado. Mal sabia o dito marinheiro que estava ali o resultado dum viagem de mais de 600 milhas em quatro atribulados dias.

Mas não só o barco sofreu as consequências. Pelo meu lado, passados oito dias, quando caminhava na rua ainda me parecia que o chão balouçava à minha volta.

O PCP havia cumprido, com êxito, uma missão de ajuda internacionalista de grande importância.



Agostinho Neto

Os jornalistas

■ Fernando Correia

A imagem que as pessoas têm do jornalista é, geralmente, bastante contraditória. Por um lado, é uma imagem mitificada, alimentada pela literatura, pelo cinema e pelas séries de televisão, que não se têm cansado de explorar o filão da personagem do jornalista misto de aventureiro, sedutor e detective, sempre em busca das causas e das razões. Por outro lado, porém, nomeadamente entre os mais treinados no «consumo» das notícias, dos noticiários e dos telejornais, existe uma indisfarçável desconfiança na capacidade dos profissionais da informação em serem rigorosos e isentos. Para já não falar na convicção, razoavelmente generalizada, de que existe uma demasiada promiscuidade entre o jornalismo e os poderes político, económico e desportivo, não estando aquele, tal como estes, livre da corrupção e de outros pecados adjacentes.

Sem negar certas características próprias do exercício da profissão, como a rapidez, o imprevisível ou a mobilidade, e mesmo a natureza arriscada e perigosa de algumas especializações como a correspondência de guerra ou certo jornalismo de investigação; sem negar também a existência de jornalistas pouco escrupulosos no cumprimento das normas deontológicas e na salvaguarda dos direitos de terceiros e do respeito pelo público — sem negar nada disto, julgamos, no entanto, que este grupo profissional tem no seu seio a mesma percentagem de heróis e de corruptos que a generalidade dos outros grupos.

Deve dizer-se, aliás, que tanto na imagem estereotipada do jornalista mitificado, como na imagem não menos estereotipada do jornalista corrupto, está ausente o jornalista enquanto profissional, desvendado na realidade concreta do seu labor quotidiano, enquadrado nos condicionalismos, pequenos ou grandes, próximos ou distantes, em que o seu trabalho se desenrola. Está ausente, em suma, o jornalista, na sua condição de trabalhador intelectual, produtor de um bem específico, que é a informação.

Ora, sem o conhecimento desta realidade e destes condicionalismos, não é possível ter uma ideia minimamente clara e rigorosa da acção e do papel dos jornalistas, ficando por explicar as causas e os contextos de comportamento e de atitudes que, vistos, isoladamente, facilmente conduzem a simples afirmações casuísticas, meros juízos de intenção ou puras idealizações.

Condicionalismos e pressões

Para nos aproximarmos do que seja estatuto do jornalista, deve desde já esclarecer-se que, ao contrário do que está implícito, por vezes, no que alguns dizem ou escrevem, jor-

nalismo e media não são a mesma coisa, não são identificáveis, e o poder dos jornalistas está longe de se poder confundir com o poder dos media. O jornalismo é apenas uma componente do complexo mundo da comunicação social, e nem os jornalistas são deixados paci-

- a concorrência e o mercado;
- o patrão e a secção de publicidade;
- as fontes institucionais e os informadores;
- os grupos e lobbies políticos, económicos, patronais, sindicais, judiciais, desportivos ou outros;

- os companheiros de Redacção e os colaboradores, comentadores e colunistas do respectivo órgão, nomeadamente, os chamados *opinion-makers*;

- a organização do trabalho redactorial e as rotinas produtivas, incluindo a marcação da agenda, as pressões e limitações de espaço e de tempo, etc.;

- a ideologia profissional e as regras profissionais, nomeadamente as de natureza deontológica;

- as novas tecnologias, com a imposição de novas formas de trabalho, a criação de novas funções e a abolição de outras;

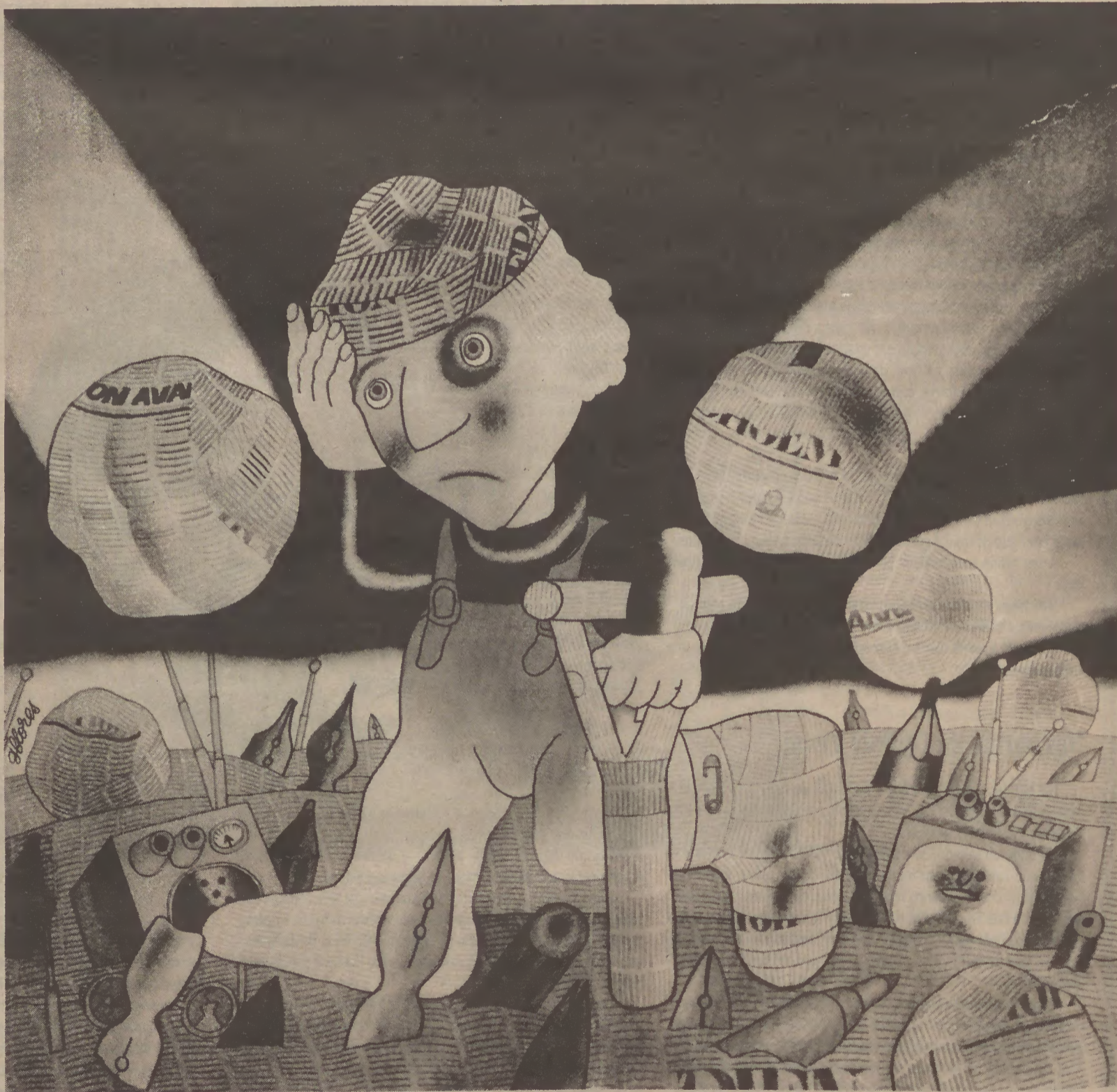
- e, finalmente, ainda que não de menor importância, as legítimas aspirações de ascen-

rá-la de tudo o que a rodeia e condiciona e, por outro lado, que a análise dos media está longe de se esgotar no estudo parcelizado da acção do jornalista.

O lugar dos media

É neste quadro mais amplo de análise, é nesta consideração de um sistema dos media, não enquanto uma mera abrangência abstracta, mas sim enquanto um conceito operacional, integrador dos diversos aspectos e vertentes da realidade mediática, que a análise do jornalista enquanto trabalhador intelectual tem de ser feita.

Esta postura analítica implica diversos tipos de consequências e suscita-nos algumas observações. Muito esquematicamente, sublinhemos três. A primeira tem a ver com a metodologia da investigação: uma visão global da comunicação social, e também



ficamente entregues às suas notícias, nem são eles os únicos protagonistas que intervêm no campo mediático.

Na imprensa, na rádio e na televisão, as componentes publicitária e comercial têm geralmente mais força que a própria vertente da informação. E os jornalistas — o corpo redactorial no seu conjunto e cada jornalista individualmente considerado —, actuam sob as pressões cruzadas de factores e actores tão diversos como:

são e de melhoria na carreira profissional e nas condições laborais.

O trabalho propriamente redactorial do jornalista é indissociável da cuidada gestão do relacionamento com todos estes actores e da consideração de todos estes factores. E, como se adivinha, a navegação num mar com tantos escolhos e baixios não é tarefa fácil.

Tudo isto significa, por um lado, que o estudo da acção do jornalista não pode sepa-

portanto dos jornalistas e do jornalismo, significa ter em conta diversos tipos de preocupações, o que quer dizer outras tantas direcções de trabalho e campos de investigação, determinando necessariamente abordagens de carácter mais histórico, político, económico, sociológico ou filosófico, de natureza mais teórica ou mais empírica, consoante as exigências metodológicas da temática concreta em questão.

A segunda observação tem a ver com a

própria concepção do que são os media. Os grandes jornais e revistas, rádios e televisões, nomeadamente os pertencentes aos grandes grupos económicos, quando contextualizados no quadro do sistema mediático e das relações entre este sistema e o sistema económico, social e político em que se insere, não podem ser vistos como órgãos isolados de poderes localizados e com uma influência limitada, mas sim como verdadeiros instrumentos de dominação, em sentido amplo, com um carácter estruturante na nossa sociedade.

De dominação política, directamente política, na medida em que, com maior ou menor habilidade, com maior ou menor subtilidade, por exemplo promovem determinados partidos e organizações, e subvalorizam ou discriminam outros. Mas também de dominação ideológica, através da sub-reptícia inculcação quotidiana, invisível e indolor, de ideias, valores, comportamentos e normas, cujos efeitos se fazem sentir a longo termo, sem a visibilidade das manipulações grosseiras, que são aquelas que mais epidermicamente nos escandalizam, mas com a perigosidade de quem, ao minar e infiltrar as fundações subterrâneas, sabe que, a prazo, as repercussões se farão sentir na superfície.

No que se refere ao instrumento mais poderoso, o audiovisual, o panorama internacional é dominado pelos Estados Unidos. Considerando este facto, percebe-se bem qual é o lugar dos media no funcionamento destes mecanismos de dominação, tendo em conta que, como recentemente escreveu Nobre-Correia, «o imperialismo atinge a sua plenitude quando os que estão sujeitos à potência dominante interiorizam os mecanismos de submissão. Quando reproduzem naturalmente os comportamentos que a potência imperial espera deles. Quando passam a considerar como seus os interesses que de facto só são dela. Quando, na hierarquização dos valores, os dela (potência imperial) vêm necessariamente antes dos deles (sujeitos dominados)».

O lugar do jornalista

A terceira observação tem a ver com o lugar e o estatuto do jornalista, enquanto participante no campo de produção intelectual, no contexto do sistema mediático.

É evidente que os constrangimentos que se exercem sobre os jornalistas na sua actividade profissional não podem, por princípio, inocentar estes dos seus próprios erros e falhas. Nem podem justificar atitudes eticamente condenáveis, quando consciente e activamente assumidas, por exemplo: de invasão da vida privada dos cidadãos; de ligações pouco claras, para não dizer pior, com os meios políticos, económicos, desportivos, etc.; de preconceitos racistas, religiosos, classistas ou outros; de cedência ou promoção do sensacionalismo, em qualquer das suas formas; de auscultação ou valorização de apenas uma das partes em confronto; de sectarismos e primarismos na análise e na opinião políticas.

O jornalista digno desse nome – e há que reconhecer que, infelizmente, as excepções

são mais do que seria de desejar – está consciente do lugar estratégico da comunicação social no centro do poder na nossa sociedade (o que não quer dizer que o poder decisivo lhe caiba a ela, comunicação social, nem muito menos a ele, jornalista); está, por isso, obrigatoriamente, consciente da sua responsabilidade social e da necessidade de cumprir as normas deontológicas e as regras profissionais; e está consciente também da sua obrigação de ser não, propriamente, objectivo, que é coisa que em boa verdade nunca se pode alcançar completamente, mas da necessidade de, permanentemente, tudo fazer para se aproximar o mais possível da objectividade.

Nada disto está em causa. O que ocorre muitas vezes, entretanto, é que na apreciação da actividade dos jornalistas se formulam juízos e se estabelecem valorizações como se o jornalista fosse um indivíduo que actua sozinho, única e exclusivamente segundo os seus próprios desejos e segundo a sua própria vontade, sem estar sujeito a pressões e condicionamentos que, a montante e a jusante, interferem de forma significativa nas formas de trabalho e na apresentação do produto final, ou seja, em última análise, no próprio conteúdo da informação. O jornalista, por muito que isso desagrade a alguns membros da elite jornalística, e por muito que isso não seja percebido por alguns analistas do fenómeno jornalístico, é um trabalhador assalariado, não é um profissional liberal.

Confusão não menos frequente ocorre quando se identificam os jornalistas, por um lado, com a pequena minoria da classe que, pelas posições que ocupa, pela visibilidade que tem e pelo protagonismo que procura, pouco tem a ver, em todos os aspectos, com a generalidade dos outros profissionais (alguns daqueles, aliás, nomeadamente na televisão, nem sequer jornalistas são, ainda que passem por tal).

Por outro lado, também não é legítimo identificar os jornalistas com certo tipo de comentadores e columnistas que, em constante rotação, tomaram conta de jornais, rádios e televisões, transformados em verdadeiros profissionais da conversa e da opinião, oriundos exclusivamente, e nada pluralisticamente, apenas de determinados quadrantes políticos e ideológicos.

Os jornalistas, os cerca de quatro mil profissionais que existem no país, não devem ser confundidos, por nós, individualmente, e por nós, Partido, nem com a elite jornalística nem com os chamados *opinion-makers*. A sua condição de trabalhadores assalariados e de profissionais da informação não deve ser obscurecida pela opinião justamente crítica que tenhamos acerca do sistema mediático e do seu funcionamento, e acerca do papel dos media na sociedade capitalista.

A irrecusável e crescente importância da comunicação e da informação exige uma adequada atenção aos intervenientes no campo mediático, nomeadamente os jornalistas, uma camada de trabalhadores intelectuais que, como é óbvio, é tão digna de ser compreendida e defendida como qualquer outra. Sem que se lhes atribua indiscriminadamente o labéu da ignomínia, nem que se lhes exija que sejam heróis todos os dias.

Regionalização e revisão constitucional

A propósito das manobras em que os partidos da direita e o PS estão empenhados, na tentativa de embrulhar uma decisão sobre a regionalização no processo de revisão constitucional, solicitámos ao camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do CC, um depoimento sobre o tema.

A revisão constitucional parece que irá manter a regionalização como constitucionalmente obrigatória. Mas vai fazer depender a instituição em concreto de um referendo nacional e de um referendo regional, o que coloca cinco questões fundamentais:

- do ponto de vista prático, e subtilidades «jurídicas» à parte, é incontestável que o PS, depois de ter jurado semanas a fio que nunca o faria, vai fazer depender o cumprimento de normas da Constituição de referendo. Este facto é grave em si e é grave como precedente que corresponde a antigas reivindicações da direita;

- a «solução» adoptada é criticável politicamente mas também absurda. Com efeito, sendo referendada apenas a instituição em concreto e continuando a ser obrigatório instituir as regiões administrativas, se o voto em referendo for desfavorável à instituição em concreto será obrigatório realizar periodicamente referendos até a votação ser favorável;

- a realização dos referendos nacional/regional abre caminho à possibilidade de contradições que podem ser politicamente indesejáveis. Em primeiro lugar pode verificar-se a contradição entre a lei de criação das regiões administrativas (aprovada pela Assembleia da República e promulgada pelo Presidente da República) e o voto em referendo(s). Em segundo lugar, pode verificar-se uma contradição entre o voto desfavorável a nível nacional e o voto favorável em várias regiões. Aqui, o problema é passível de se verificar, quer através da «leitura regional» dos resultados do referendo nacional, quer através da contradição entre este e o resultado dos referendos regionais. Com efeito, podem verificar-se altos níveis de adesão entre os eleitores de algumas regiões, já criadas pela «lei de criação das regiões» e esta vontade ser esmagada pelo referendo nacional;

- o carácter vinculativo do referendo depende da participação de pelo menos 50% dos eleitores (nova redacção do artº 256º/4). Este facto pode tornar o alcance prático do referendo dependente dos abstencionistas, ou melhor, em boa parte de inscritos em cadernos eleitorais que já deveriam ter sido eliminados. Com efeito, é sabido que a «abstenção técnica» («eleitores» inscritos nos cadernos eleitorais, cuja inscrição não foi eliminada, mas que já morreram ou mudaram de residência) é muito elevada em Portugal e que não existe qualquer forma de a descontar e ter em conta.

- obrigando a aplicação destas normas e a realização de um referendo nacional e de referendos regionais sobre as regiões administrativas à aprovação de uma lei

ordinária que o regulamente, o PS não garantiu uma maioria para a sua aprovação, o que é tanto mais de sublinhar quanto os partidos de direita estão contra as regiões e o PCP se pronunciou contra a lamentável embrulhada político-jurídica em que o PS se meteu.

O «referendo nacional»

O PS incluiu a regionalização no seu Programa Eleitoral e no seu Programa de Governo, tal como já tinha feito o PSD e o Governo de Cavaco Silva em 1991, bem como os Governos de Sá Carneiro, de Pinto Balsemão e outros.

Foi nesse quadro, para impedir ou dificultar a regionalização e não para a realizar, que surgiu a campanha de direita em torno do «referendo nacional».

Com essa campanha, a direita procurava também outros objectivos, dos quais se destacam dois:

- criar um precedente, que pode no futuro tentar estender a outras áreas, de referendar normas constitu-

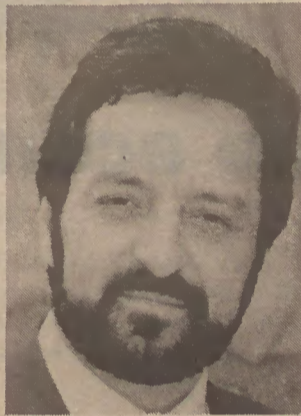
cionais ou, pelo menos, a oportunidade da sua aplicação.

Desde o 25 de Abril foram várias as tentativas de referendar a Constituição: logo após a sua aprovação pela Assembleia Constituinte; como parte do programa da candidatura do General Soares Carneiro em 1980 e, antes disso, do Programa da Aliança Democrática. Normalmente, como é sabido, as maiorias qualificadas de revisão correspondem à exigência de consensos alargados; a possibilidade de referendo corresponde à eventualidade de alterar normas constitucionais, e mesmo princípios constitucionais, por maiorias de ocasião, eventualmente ligadas a factos emotivos;

- resolver o problema das constantes «piruetas» e contradições do PSD nesta matéria, bem como as dificuldades internas do seu novo líder que alterna as profissões de fé na regionalização com a procura de pretextos para fazer o contrário daquilo em que afirma acreditar.

O PS, durante semanas, denunciou as propostas do PSD e da direita, afirmou que nunca cederia às exigências de referendo nacional e que avançaria para a regionalização com quem tivesse vontade de regionalizar.

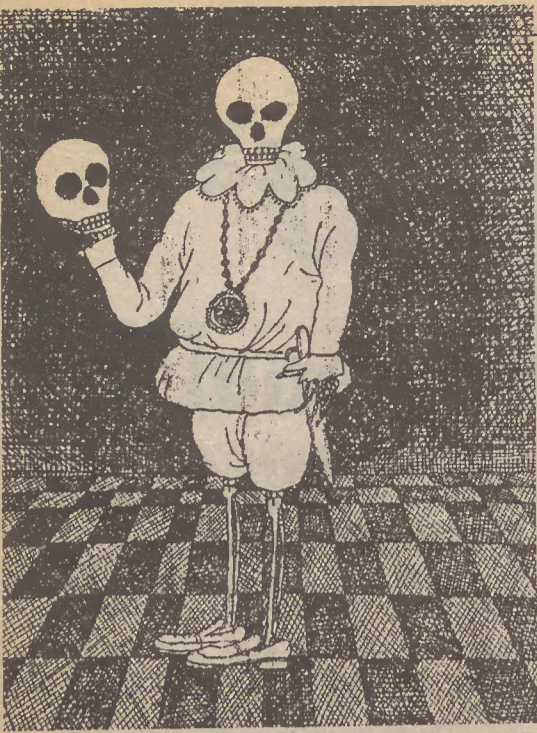
Em vez disso, cedeu, em toda a linha, à direita. Esta ficou a saber, ou confirmou, que as condições do PS variam na razão inversa da intensidade da sua gritaria, mesmo que estejam em causa compromissos eleitorais e, sobretudo, princípios essenciais do Estado democrático.



■ Luís Sá

Artigo baseado na intervenção proferida no Encontro Nacional do PCP sobre «Os intelectuais e a sociedade do Partido e os intelectuais», de 1 e 2 de Junho em Lisboa.

Em próximos números, divulgaremos outras comunicações registadas no Encontro.



O regresso do homem do tabu...

Talvez por causa dos calores com que o verão nos bateu à porta, Cavaco Silva despertou da letargia em que a derrota nas presidenciais o mergulhou e começou a dizer coisas à volta dum jantaradas. Desta vez foi para o Jardim Zoológico jantar a convite da

secção de Benfica do PSD, a que se juntaram militantes doutras secções da capital - isto apesar do ex-primeiro-ministro e ex-candidato presidencial ter garantido há pouco tempo que «em jantares de cariz partidário não poderiam contar comigo». Se calhar desta vez puderam contar com ele porque o jantar não era partidário mas zoológico... E, num jeito algo enferrujado, lá debitou umas

PONTOS CARDEAIS

insinuações subordinadas ao mote do «nosso Portugal». «É por isso - disse ele - que às vezes me atrevo a falar com autoridade, no sentido do conhecimento que tenho do nosso Portugal. Visitei os 305 concelhos do nosso Portugal e é por isso que eu peço tanto a unidade de Portugal, a coesão de Portugal.» No meio de tão elegante fraseado advertiu que, «quando bem entender», não deixará de manifestar «a sua opinião sobre as coisas» o que, para a generalidade dos admiradores presentes, foi entendido como mais um excitante tabu. Pelos vistos, a bizarra estratégia de ameaçar que vai dizer mais tarde o que no momento não é capaz de dizer, está a transformar-se numa mania, em Cavaco Silva. O homem arrisca transformar-se num tabu dele próprio.

... e o desagrado de Marcelo

Quem não achou graça nenhuma aos novos tabus de Cavaco Silva foi o seu substituto à frente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa. Tão irritado ficou que não conseguiu melhor subtileza que os seguintes mimos: «Como já tenho dito, acho que Cavaco se devia preservar, porque é de longe o melhor candidato às próximas eleições para a Presidência da República», aconselhando que «é fundamental que ele não afunile no PSD o seu espectro de apoio» mas o alargue à sociedade civil. E rematou, preto no branco: «Isto é, se Cavaco falar sobre a regionalização, a cimeira europeia ou as vacas loucas, deprecia-se, porque está a tomar posição sobre a

conjuntura e a afunilar a sua base de apoio.» Isto é: se Cavaco não se cala, «deprecia-se» - avisa Marcelo, preocupadíssimo em ver a sua própria liderança depreciada dentro do PSD com os novos tabus de Cavaco. Tão amigos que eles são. Sobretudo do «nosso Portugal».

As palhaçadas do PP

A palhaçada, de resto, parece ter acometido a direita em geral, como se confirma pelos reboliços que vão dentro do CDS/PP. A bagunça desenrolou-se mais uma vez à volta de Manuel Monteiro, um líder tão obcecado em o ser, que ainda acaba sem liderados. Para estar na ribalta e mostrar que manda, o rapaz é capaz de tudo - seja dar o dito por não dito (no que é um especialista) ou, até, desconsiderar os seus pares na liderança do PP, como o fez no encerramento dum «jornadas parlamentares» na Madeira, onde deixou toda a gente em polvorosa, particularmente os membros do grupo parlamentar, a quem desafiou, publicamente e sem pré-aviso, a contestarem a sua liderança! O mal-estar instalou-se, com Manuela Moura Guedes a ameaçar sair de deputada PP, Paulo Portas - o guru de Monteiro - a remeter-se a um mutismo ameaçador e o resto do grupo parlamentar a «contar espingardas» e a murmurar que a coisa está a precisar de um congresso extraordinário. As pazes atamancadas no princípio desta semana têm todo o ar de um mero compasso de espera. Deste modo, a montanha do PP começa a parir o seu rato, que já se mostra tal qual é: um grupo de rapaziada reaccionária à volta de um demagogo de meia tigela, todos com a ambição de grandes burgueses e a

susceptibilidade de *prima donnas*.

A «moral» americana

As cadeias norte-americanas de televisão decidiram que «é demasiado ousado» para emissões de grande audiência um *spot* publicitário que mostra, durante 30 segundos, Cláudia Schiffer em lingerie. Assim, a cadeia ABC diz que só passa o *spot* depois das 22 horas, enquanto a NBC e a CBS se mostram mais «liberais» e antecipam para as 21 horas. Tudo isto em nome das «crianças norte-americanas» que, «até aos 18 anos», na óptica dos censores, podem ficar «traumatizadas» por verem a Schiffer em roupa interior.

A capacidade de ridículo das castas dirigentes norte-americanas parece não ter fim nem fundo. Acham o corpo da Schiffer «traumatizante» para as crianças e, em simultâneo, transmitem guerras e morticínios em directo e a qualquer hora, promovem assassinos em série como se fossem estrelas da sociedade e emitem a pornografia mais grosseira numa infinidade de canais com a única «protecção» de o fazerem... de noite!

No meio disto, a «primeira dama» dos EUA, Hillary Clinton, consulta videntes e «fala» com pessoas ilustres já falecidas, como Eleonor Roosevelt e Gandhi, com quem troca impressões sobre a vida e o mundo, enquanto as videntes e *medium* que lhe ciceroneiam as viagens alémtúmulo a vão convencendo que está predestinada para feitos importantes, ao estilo da heroína francesa Joanna d'Arc.

Esperemos que não fique traumatizada. Nem ela nem as criancinhas norte-americanas, por quem faz regulares campanhas caritativo-pedagógicas...

PONTOS NATURAIS

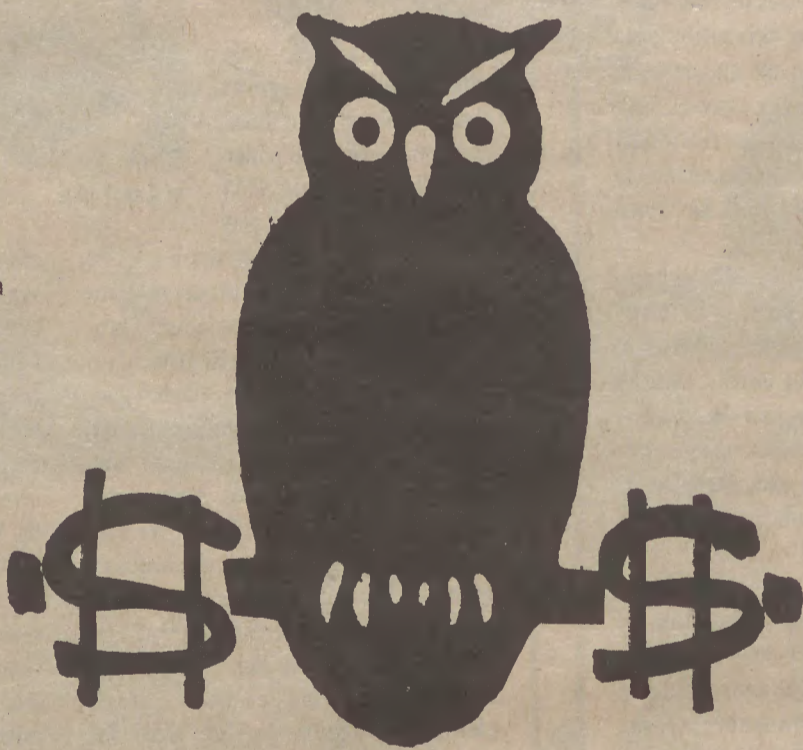
O mocho economista

O mocho era um senhor com importância tal que se pode falar sem pecar por excesso num grande valor de craveira mundial (pelo menos assim disseram os que estiveram no Congresso). Valor em quê? Pois na economia pois na sabedoria dos números, estatísticas características dos elementos endógenos e exógenos macromercado inflações retracções... Falava - e todo o mundo em silêncio profundo a ouvir embasbacado!

Foi pois sem admiração que, vindo a eleição, votaram nele a cotovia a toutinegra, a maioria dos pardais e outros melros que tais.

Todos por galhardia muito orgulhosos da economia do chefe carismático (ou antes, olhismático) assim todo feito e ainda por cima eleito por voto democrático.

Mas o chefe que de dia pensava e repensava se refugiava no escuro pra ver tudo mais claro (ora afinal no mundo estudioso mais seguro não é costume raro antes é habitual) o chefe à noite abria o sacco acendia os faróis e era ver os pardais e rouxinóis Tlim, papo!



— Nã! — disseram os ilustres cidadãos dos votos vãos —
O tipo é inteligente?
É outra gente.
Um grande economista de voz grossa?
Talvez na economia dele, não na nossa...

E para longe se raspavam já.

Pardal, eu que sofri de curtas vistas (mea culpa, Senhor!) vejo agora melhor certos economistas que aí há.



AGENDA



Regiões Administrativas para Portugal

DEBATES COM O PCP

Regiões Administrativas para Portugal

Debates com o PCP

Alcácer do Sal

Amanhã, dia 28, às 21 horas, no salão nobre da Câmara Municipal, com a participação de António Murteira, do Comité Central

Seixal

Sexta-feira, 5 de Julho, às 21 horas, na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, com a participação de Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP



Trabalho e convívio na Festa do «Avante!»

Sábado, 29

Sector de Serviços de Lisboa (com chegada à Quinta da Atalaia às 9.30 horas, manhã desportiva, almoço, e regresso previsto para as 17.30). Inscrições ainda hoje, no CT da Av. Duque de Loulé (Tel. 3148023, a partir das 15 horas).

Domingo, 30

Jornada de trabalho da célula da Lisnave/Mitrena (Setúbal), com almoço-convívio. Almoço-convívio da organização de freguesia da Cova da Piedade (Almada). Ementa (1000\$00 por pessoa): sardinhas e carapaus assados, pão, salada, bebida, fruta. Inscrições até amanhã.

Assembleias e plenários

Guimarães

6ª Assembleia da organização concelhia do PCP, a partir das 15 horas de sábado, na Escola Preparatória D. Afonso Henriques (Creixomil)

Parede

5ª Assembleia da organização de freguesia do PCP, a partir das 15 horas de domingo, na Cooperativa «A Linha do Estoril» (junto aos Bombeiros da Parede). Com a participação de Edgar Correia, membro da Comissão Política do Partido.

Corte de Pinto

Assembleia da organização de freguesia, a partir das 15 horas de domingo, no CT da Mina de S. Domingos (Mértola). Com a participação de Moreira Rita, do Comité Central.

São João

Plenário de militantes da freguesia de São João (Lisboa), na próxima quinta-feira, 4 de Julho, a partir das 21.30, na biblioteca da Junta.

Piquenique e festa em Vilar de Mouros

Domingo, 7 de Julho

Organizado pelas eleitas e activistas da CDU do Porto. Bailê com o conjunto Music Band e a participação de Pedro Fontes. Inscrições e informações no CT da Boavista.

Associação Iuri Gagarin

A Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Iuri Gagarin (antiga Associação Portugal-URSS) foi convocada para o próximo sábado, às 15.30 horas, na sede da associação (Rua de S. Caetano, 30, Lisboa), para deliberar sobre o relatório e contas e os corpos gerentes para o próximo triénio.



Sessão com
Dias Lourenço,
do Comité Central,
Sábado, às 15 horas,
no CT do
Laranjeiro
(Almada)



Sarau comemorativo dos 50 anos do MUD Juvenil

«Vozes ao alto!»

A juventude na luta pela democracia

Sábado, 21.30 horas, Lisboa
(Teatro S. Luiz)

Música, teatro, poesia

Entrada livre

(ver notícia na pág. 28)

Encontro Nacional do PCP sobre a agricultura portuguesa

Domingo, 30 de Junho • Lisboa — CT Vitória
10 horas

Encerramento cerca das 17.30 horas,
com uma intervenção de Carlos Carvalhas

Temas em debate

- **Enquadramento internacional da agricultura portuguesa:** problemas para a Política Agrícola Comum decorrentes do possível alargamento da UE; consequências dos acordos bilaterais da UE com países terceiros; GATT/Organização Mundial do Comércio
- **Situação da agricultura e dos agricultores portugueses:** dez anos de política agrícola de direita e de integração comunitária; a política agrícola do Governo PS; propostas para uma nova política agrícola
- **Movimento associativo e lutas dos pequenos e médios agricultores portugueses**

Carvalhas na ExpoLoures

A convite do presidente da Câmara Municipal de Loures, o secretário-geral do PCP visita hoje, a partir das 16.30 horas, a Feira de Actividades Económicas do concelho, que decorre no Pavilhão Paz e Amizade.

Em festa!

Coimbra

Amanhã, a partir das 19 horas, no Jardim da Sereia, a CDU de Coimbra leva a cabo mais uma edição da iniciativa «A esquerda é uma festa», com poesia, música, baile, exposições, comes e bebes, venda de livros, «jovens sem fronteiras» e uma esplanada-restaurante.

Póvoa de Santa Iria

Domingo, a partir das 10 horas, a Comissão de Freguesia do PCP realiza uma festa popular na Quinta da Piedade, com actividades de recreio e convívio. O almoço está marcado para as 13 horas, o conjunto «Os 3 de Abril» e outros artistas populares actuam a partir das 15 horas. Cerca das 17 horas intervém Luís Sá, da Comissão Política do Partido.

Caldas da Rainha

A Comissão Concelhia do PCP realiza no dia 7 de Julho (domingo) o já tradicional mercado-festa. Esta iniciativa popular tem lugar na Mata do Hospital (Parque das Merendas), das 9 às 18 horas, com música (Duo 5 Estrelas), venda de produtos agrícolas e de artesanato, jogos populares, almoço típico, quermesse. No local funciona um bar com petiscos. Para as 15 horas está anunciada uma intervenção de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política.

Almada

Piquenique da organização de freguesia, domingo, às 13 horas, na Quinta da Arealva.

Jovens comunistas no Guadiana

Terminam a 2 de Julho (terça-feira) as inscrições para a descida do Guadiana, uma realização conjunta da JCP e da União dos Jovens Comunistas de Espanha, que decorrerá de 15 a 22 de Julho. O encontro está acertado para a hora do almoço de dia 15, em Mértola, onde terão lugar aulas de iniciação à canoagem, uma visita à vila e um debate sobre o Plano Hidrológico Nacional, entre outras iniciativas dos primeiros dois dias. A 17, vão de canoa para o Pomarão e visitam a Mina de S. Domingos; depois de jantar há convívio musical. As canoas seguem dia 18 para Alcoutim, continuando o programa com uma visita a São Lucas (Espanha) e um debate sobre património, com Cláudio Torres. No dia 19, a descida de canoa chega até Castro Marim, com passagem por Foz de Odeleite. Dia 20, depois de uma visita à reserva natural do Sapal de Castro Marim, as canoas prosseguem viagem até Vila Real de Santo António. O almoço e as iniciativas marcadas para sábado (debate sobre toxicod dependência, com João Goulão e Álvaro Pereira) e domingo (caça ao tesouro e animação musical) decorrem no acampamento da JCP do Algarve e Beja, em Monte Gordo. A inscrição para participar em todo o programa custa 15 mil escudos, pode ser feita na sede da JCP (Rua Sousa Martins, 8, Lisboa) e inclui os transportes de ida (15 de Julho, 9 horas, Lisboa-Mértola) e volta (dia 22, Monte Gordo-Lisboa).

Cuba si!

Jantar de amizade em Lisboa

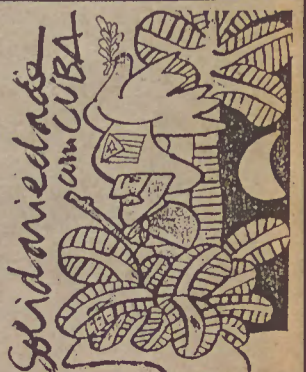
Amanhã, às 20.30 horas, no Caselas Futebol Clube (Largô do Bairro de Caselas), promovido pela organização da Zona Ocidental de Lisboa do PCP. Com José Casanova, da Comissão Política, e a embaixadora de Cuba, Mercedes Aguiar Pena. Inscrições nos CTs Vitória (3562715) e de Alcântara (3638512).

Brigada juvenil do CPPC

Com partida a 24 de Julho e regresso a 13 de Agosto, estadia em Havana, Guardalavaca e Santiago, campo de trabalho na agricultura em Holguin; visita à Sierra Maestra. Informações e inscrições (140 mil escudos, reservas ainda hoje, confirmação até 18 de Julho) no Conselho Português para a Paz e Cooperação (Rua Rodrigo da Fonseca, 56-2º, Lisboa, telefone 3863375).

Sol e revolução

Viagem organizada pela Associação de Amizade Portugal-Cuba, de 16 a 25 de Agosto. Informações e reservas pelo telefone 3857305, de Lisboa.



TELEVISÃO

Quinta, 27

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.35 Herman Total
16.00 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Maria Elisa
23.40 24 Horas
01.50 Ténis: Torneio de Wimbledon
02.05 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.45 Caderno Diário
18.50 Magazine «Ver Artes»
19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
20.35 A Última Fronteira
21.10 «Watergate»
22.05 Acontece
22.20 RTP/Finacial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Verdade Nua (de Lewis Milestones, EUA-1948, com Dana Andrews, Lili Palmer, Louis Jourdan. Ver Destaque)
00.50 Planeta Música «Extreme Africa»

SIC

10.30 Os Imortais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Ponto de Encontro
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buéréré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Donos da Bola - Diário do Europeu
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Tralalhões
22.30 Marina, Dona Revista
23.30 Grande Reportagem
00.30 Donos da Bola - Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Verdes Anos
02.10 Sonhar Acordado
02.40 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Ninho de Cucos
21.30 Martin
22.00 O Segredo Tropical
00.00 Grande Plano
00.35 TVI Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.10 A Balada de Hill Street

Sexta, 28

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - «Os Andradas»
14.30 Quem é o Quê?
16.00 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telegiornal
20.40 Euro 96
20.50 Primeiro Amor
22.05 A Mulher do Sr. Ministro
22.45 Dias de Tempestade (de Tony Scott, EUA-1990, com Tom Cruise, Robert Duvall, Nicole Kidman. Desporto / Acção)
00.35 24 Horas
01.05 RTP/Finacial Times
01.15 Euro 96: Resumo do dia
02.00 Monty Python - Os Malucos do Circo
02.35 Gangsters das Quatro Rodas (de Quentin Masters, Austrália-1982, com James Laurie, Gia Garides. «Thriller»)

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.05 Caderno Diário
18.15 Atletismo: Taça da Europa (1ª Liga, Grupo I)
21.05 História do Rock n' Roll
22.00 Acontece
22.20 RTP/Finacial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Um Italiano na Terra dos Cangurus (de Michael Powell, Austrália/Gr.Br.-1966, com Walter Chiari, Clare Dunne. Comédia)

SIC

10.30 Os Imortais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Verdes Anos
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buéréré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Donos da Bola - Diário do Europeu
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Malucos do Riso
22.30 Sim ou Não
23.30 A Noite da Má Língua
00.30 Donos da Bola - Diário do Europeu
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 O Segredo Tropical
00.00 TVI Jornal
00.25 Fora de Jogo
00.35 Booker

Sábado, 29

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.25 Cybermaster
12.00 Fórmula 1 - Grande Prémio da França
13.05 Jornal da Tarde
13.20 Motociclismo - Grande Prémio da Holanda
13.50 Top +
15.15 86-60-86
15.55 Beverly Hills
17.00 Monty Python - Os Malucos do Circo
18.45 Clube dos Totalistas
20.00 Telegiornal
20.55 Euro 96: Resumo
21.55 Primeiro Amor
00.30 24 Horas
00.50 Euro 96: Resumo do dia
01.20 Ténis: Torneio de Wimbledon
01.35 O Anjo Selvagem (EUA/1991, Romântico); Os Três Justicheiros (EUA/1988, Aventuras); Segredos Fatais (EUA/1992, «Thriller»).

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Fórum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Desporto 2 - Hóquei: Final da Taça; Andebol: Final da Taça; Atletismo: Taça da Europa
20.35 7ª W
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias
22.05 Um Homem em Casa (1ª Liga, Grupo I)
22.35 Figuras de Estilo
23.35 A Bela Impertinente (de Jacques Rivette, Fr.-1991, com Michel Piccoli, Jane Birkin, Emmanuelle Béart. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buéréré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Portugal Radical
15.30 A Leste do Paraíso
16.30 Passo a Passo
17.10 Médicos Sem Fronteiras
18.00 Justiça Negra
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Donos da Bola - Diário do Europeu
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.00 Donos da Bola - Diário do Europeu
01.25 Último Jornal
01.40 Tobruk (de Arthur Hiller, EUA-1967, com Rock Hudson, George Peppard. Guerra)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.15 Troféu Carina
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Ténis
16.00 Temperamento Indomável (de Will MacKenzie, EUA, com Cybil Shepherd. Comédia)
18.05 California Dreams
18.35 Os Novos Intocáveis
19.30 Telegiornal
20.30 Babylon 5
21.30 O Segredo Tropical
23.30 Últimas Notícias
23.45 Regresso ao Rio Kwai (de Andrew V. McLaglen, EUA-1955, com Denholm Elliot. Guerra)
02.10 A Lenda de Bruce Lee (com Bruce Lee. Acção)

Domingo, 30

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.10 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.45 Fórmula 1: Grande Prémio da França
15.00 Made in Portugal
16.10 100% Natural
16.55 Os Jovens Cowboys
17.45 Marco Paulo Com Música no Coração
18.30 Euro 96 - Final
22.00 Telegiornal
22.45 Euro 96: Resumo do dia
22.50 Enviado Especial
23.20 Casa Cheia
00.05 24 Horas
00.30 Euro 96: Resumo do dia
01.00 Fórmula 1: Grande Prémio da França
01.25 Ciclismo: Volta à França
01.25 Ruas de Sangue (de Frank Kerr, EUA-1989. Drama)

RTP 2

09.00 Caminhos
10.30 Novos Horizontes
09.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade - «Torre de Moncorvo»
12.00 Euronews
13.00 Coleção Platinum
14.55 Uma Cidade, Dois Mundos
15.00 Desporto 2
19.05 Para Além do Ano 2000
20.00 Bombordo
20.20 Adeus Princesa (de Jorge Paixão da Costa, Port.Fr./Esp.-1991, com Niquel Molina, António Capelo, Inês de Medeiros. Ver Destaque)
22.05 Artes e Letras - «Contos da Ópera» (2)
23.15 O Filme da Minha Vida (a designar)
01.30 Planeta Música: «Concerto nº 27 de Mozart»

SIC

08.30 Buéréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
15.20 O Guarda-Costas
16.30 Walker, o Ranger do Texas
17.40 Perry Mason: O Caso do Caixão de Vidro (de Christian Nyby III, EUA-1991. Telefilme / Policial)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Donos da Bola - Diário do Europeu
20.50 Vira Lata
22.00 Pensão Estrela
22.30 Crime Entre Amigos (de Waris Hussein, EUA-1994. «Thriller»)
00.30 Donos da Bola - Diário do Europeu
00.50 Último Jornal
01.10 A Sede do Mal (de Orson Welles, EUA-1958, com Charlton Heston, Orson Welles, Janet Leigh, Marlene Dietrich. Ver Destaque)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.20 Portugal Português
16.00 O Mata-Sete (de M. Delgado, Méx., com Mario Moreno-Cantinflas. Comédia)
18.00 Desafios
18.35 Adultos à Força
19.30 Telegiornal
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.50 Quem Tem Medo de Virginia Wolf? (de Nike Nichols, EUA-1966, com Elisabeth Taylor, Richard Burton, George Segal. Ver Destaque)
00.30 Últimas Notícias

Segunda, 1

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Vizinhos
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Lá em Casa Tudo Bem»
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.00 Queridas e Maduras
23.00 Nova Oportunidade
24.00 24 Horas
00.15 RTP / Finacial Times
00.25 Ténis: Torneio de Wimbledon
00.40 Ciclismo: Volta à França
00.50 Duas Mulheres e Um Homem (de Jean-Charles Tachella - Fr.1981, com Brigitte Fossey, Carole Laure, Bernard Giraudeau, Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Ténis: Torneio de Wimbledon
16.30 Ciclismo: Volta à França
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.35 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 Remate
19.30 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.35 Civilizações Perdidas
21.35 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.20 RTP / Finacial Times
22.30 Jornal 2
23.10 O Pecado das Mães (de King Vidor, EUA-1937, com Barbara Stanwyck, John Boles. Ver Destaque)
01.40 Planeta Música - Jazz Arias

SIC

10.30 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buéréré
17.25 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ponto de Encontro
22.40 Vingança Selvagem (de Jack Lee Thompson, EUA, com Charles Bronson. Acção)
00.35 Último Jornal
00.50 Flash Back
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Explosão na Noite (de Jerrold Freedman, EUA-1989, com Robert Urish. Telefilme / Drama)
23.55 TVI Jornal
00.25 Fora de Jogo
00.35 Jornal de Negócios
01.05 Os Mistérios de Bill Cosby

Terça, 2

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Lá em Casa Tudo Bem»
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Ligações Perigosas
23.05 Loucos por Anúncio
00.05 24 Horas
00.20 RTP / Finacial Times
00.30 Ténis: Torneio de Wimbledon
00.45 Ciclismo: Volta à França
00.55 Anna (de Marie Van Rensburg, com Marius Weyers, Sandra Prinsloo. Melodrama)

RTP 2

15.00 Ténis: Torneio de Wimbledon
16.30 Ciclismo: Volta à França
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.35 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 Remate
19.30 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.35 Civilizações Perdidas
21.35 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.20 RTP / Finacial Times
22.30 Jornal 2
23.10 O Pecado das Mães (de King Vidor, EUA-1937, com Barbara Stanwyck, John Boles. Ver Destaque)
01.40 Planeta Música - Jazz

SIC

10.30 Dias Felizes
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buéréré
17.25 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Escrita em Dia
01.50 Inquérito Escaldante (de Sidney Lumet, EUA-1990, com Nick Nolte, Timothy Hutton, Armand Assante. Ver Destaque)
04.10 Vibrações

TVI

00.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Explosão na Noite (de Jerrold Freedman, EUA-1989, com Robert Urish. Telefilme / Drama)
23.55 TVI Jornal
00.25 Fora de Jogo
00.35 Jornal de Negócios
01.05 Os Mistérios de Bill Cosby

Quarta, 3

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Canto Alegre»
15.05 Ligações Perigosas
16.15 Infantil / Juvenil
17.15 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
18.50 Pedra Sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Ligações Perigosas
23.15 Herman Total
00.15 Virus Assassino
01.20 24 Horas
01.35 RTP / Finacial Times
01.45 Ténis: Torneio de Wimbledon
02.00 Ciclismo: Volta à França
02.10 Elas Nunca se Esquecem (de Christopher Frank - Fr.1994, com Thierry Lhermite, Maruschka Detmers. Drama)

RTP 2

15.00 Ténis: Torneio de Wimbledon
16.30 Ciclismo: Volta à França
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.35 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 Remate
19.30 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
20.20 Lendas e Narrativas
21.10 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.20 RTP / Finacial Times
22.30 Jornal 2
23.10 O Pecado das Mães (de King Vidor, EUA-1937, com Barbara Stanwyck, John Boles. Ver Destaque)
00.35 Planeta Música: «Beat Special»

SIC

10.30 Dias Felizes
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buéréré
17.25 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Escrita em Dia
01.50 Inquérito Escaldante (de Sidney Lumet, EUA-1990, com Nick Nolte, Timothy Hutton, Armand Assante. Ver Destaque)
04.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
21.30 Competente e Descarada
22.00 Um Bairro em Nova Iorque (de Robert De Niro, EUA-1993, com Robert De Niro, Chazz Palminteri, Lillo Brancato, Joe Pesci. Ver Destaque)
00.25 TVI Jornal
00.50 Fora de Jogo
01.00 Quase Modelo, Quase Detective

«Médicos Sem Fronteiras», uma série que regressa à SIC, agora sem dobragens!

O torneio de Ténis de Wimbledon marca, a partir desta semana, presença obrigatória, todos os dias, na RTP1

«Figuras de Estilo», um programa cultural de Clara Ferreira Alves e Vasco Graça Moura, que a RTP2 continua a transmitir aos sábados

Pedro Rolo Duarte anima, todos os fins de tarde na RTP1, «Canal Aberto», um dos melhores talkshows da televisão portuguesa

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Bela Impertinente

(Sábado, 23.35, RTP2)

Inspirando-se livremente numa história de Honoré de Balzac, o cineasta Jacques Rivette arrancou com este filme um primeiro prémio inteiramente merecido no Festival de Cannes de 1991. Na realidade, este estudo minucioso sobre o processo da criação entrando em confronto fascinante com o processo da vida, atinge o estatuto de obra-prima, tal a elevada qualidade do trabalho de encenação do realizador ao debruçar-se sobre os momentos de crise de um pintor sexagenário que é incapaz de criar há alguns anos e que, um dia, vê surgir-lhe uma jovem admiradora que lhe servirá de inspiração como modelo, substituindo-se ao modelo que dera origem a um quadro inacabado - a sua própria mulher. O filme, de duração extremamente longa (cerca de 4 horas) mas de admirável desenvolvimento formal tem extraordinárias interpretações de Michel Piccoli (em grande forma) e, ainda, de Émanuelle Béart e Jane Birkin. A fotografia, fabulosa, é de William Lubtchansky e a música de Igor Stravinsky. A não perder ou a gravar, sem hesitação.

Adeus Princesa

(Domingo, 20.20, RTP2)

Estreia no cinema de Jorge Paixão da Costa, que realizou este filme a partir da adaptação do romance homónimo de Clara Pinto Correia, a história revela-nos um caso de paixão e morte passado no Alentejo. As referências apontam-lhe, como principais qualidades, as boas interpretações de actores e actrizes de várias nacionalidades e o bom aproveitamento dos cenários locais. A confirmar.

Quem Tem Medo de Virginia Wolf?

(Domingo, 21.50, TVI)

Ao contrário do que acontecia com as radiosas interpretações do casal Elizabeth Taylor-Richard Burton na excelente versão de A Fera Amansada (de Shakespeare-Zeffirelli) transmitida na semana passada, neste filme de Mike Nichols temos agora de nos haver com o insuportável cabotinismo de ambos. Ainda por cima, sob o ponto de vista da arte cinematográfica, do filme está ausente qualquer centelha de génio, já que dificilmente ele ultrapassa o estatuto de «teatro filmado». A história é conhecida e foi adaptada de uma peça de Edward Albee: no final de uma recepção, Martha anuncia a seu marido, George, que convidara um jovem casal para terminar a soirée. Mas quando os jovens Nick e Honey chegam, começam as desavenças e as discussões entre marido e mulher e tudo acaba na maior das berrarias e discussões, com o álcool a fazer das suas... Vai um copo?

A Sede do Mal

(Domingo, 01.10, SIC)

Parecendo à superfície um filme policial de série B, é o talento de Orson Welles que o transforma numa obra-prima do género. Encomendado por Charlton Heston num fase em que o grande realizador se encontrava há uma década (!) sem trabalho, A Sede do Mal debruça-se sobre uma imbrincada história de crime passada na fronteira entre os EUA e o México, com um membro da brigada de narcóticos (Charlton Heston) e um polícia corrupto (Orson Welles) a tentarem descobrir o verdadeiro culpado. Sem esquecer a súbita reviravolta no final do filme, chama-se mais uma vez a atenção para o fabuloso plano-sequência inicial, para o intenso barroco dos cenários, para a laboriosa movimentação da câmara e para o excepcional naipe de actores e actrizes, de que se destacam, em papéis mais ou menos importantes, nomes como os do próprio Welles (numa espantosa caracterização), Marlene Dietrich, Joseph Cotten ou Akim Tamiroff.



Uma cena de «A Bela Impertinente», uma obra-prima de Jacques Rivette, com Emmanuelle Béart, Jane Birkin e Michel Piccoli em primeiro plano

Duas Mulheres e um Homem

(Segunda, 00.50, RTP1)

Catherine, Thérèse e Alain, três amigos mais ou menos da mesma idade acabados de sair da Escola de Artes Aplicadas, dão largas aos seus sonhos e lamentam as suas desilusões perante as venturas e desventuras da vida, até que um dia os seus caminhos se afastam. Quando voltam a encontrar-se, alguns anos mais tarde, durante uma festa dada por Alain, acabam por compreender que uma página se virara nas suas vidas e que nada seria possível voltar a repetir-se da mesma maneira. Jean-Charles Tachella realizou, ao que se diz com talento e sensibilidade, uma crónica doce e amarga sobre o quotidiano e sobre



Richard Burton, Elizabeth Taylor, George Seagal e Sandy Dennis, intérpretes principais de «Quem Tem Medo de Virginia Wolf?», de Mike Nichols

as ilusões perdidas que é, ao mesmo tempo, uma comédia terna e delicada sobre a amizade.

O Pecado das Mães

(Terça, 23.10, RTP2)

Trata-se de um dos mais conhecidos melodramas encenados para o teatro e também para o cinema sobre a história de uma mulher de origem humilde que, tendo sido objecto da paixão de um homem da alta sociedade, acaba

por compreender que este pertence a um outro mundo social - e acabam por se divorciar. E quando a mulher compreende que poderá transformar-se num fardo para a filha do casal, acaba também por concordar em que o ex-marido fique com ela. Enfim, uma história de fazer chorar as pedras da calçada mas que ficou célebre pela realização de King Vidor e, sobretudo, pela extraordinária interpretação de Barbara Stanwyck (então com 30 anos), naquele que é considerado talvez o melhor papel da sua brilhante carreira. Em outras personagens, podem ver-se Tim Holt, Marjorie Main, Alan Hale e Barbara O'Neil. A fotografia é de Rudolph Maté. Nos anos 90, foi realizada uma nova versão com Bette Midler na protagonista e com realização de John Erman, que jamais consegue aproximar-se do nível do original.

Inquérito Escaldante

(Terça, 01.50, SIC)

A história de *Inquérito Escaldante* vem mesmo a calhar para um realizador empenhado no «cinema social», já que tudo gira à volta do compadrio e da corrupção na instituição policial descoberta por um jovem delegado do Procurador Público (Timothy Hutton) quando investiga o incidente em que um polícia (Nick Nolte) é acusado de ter morto um porto-riquenho envolvido num caso de droga. Um filme de denúncia do «sistema», sem grandes voos (atendendo à carreira de Lumet), mas naturalmente eficaz e bem acabado.

Um Bairro em Nova Iorque

(Quarta, 22.00, TVI)

O actor que, desta vez, não apenas funciona à frente das câmaras como atrás delas - Robert De Niro - revela-se, sem dúvida (ao contrário do que acontece com número considerável dos seus colegas), senhor do indispensável talento para o fazer. O filme fala-nos das nostálgicas memórias de um jovem crescendo, nos anos 60, na cidade de Nova Iorque, acompanhando e convivendo com as diabruras de um pequeno grupo de aprendizes de gangsters até ser ele próprio sorvido pelo mundo do crime. Recheado de interpretações magníficas e atento aos pormenores da narrativa, que ajudam a criar o violento enquadramento social de uma dada situação (embora o início não deixe de ser catastrófico, pelo pleonismo existente entre a narração da voz off e a duplicação das imagens e situações que essa voz descreve!), o filme de De Niro é como que uma sequência de um outro filme anterior de Martin Scorsese - *Goodfellas*.

A Força do Mal

(Quarta, 23.10, RTP2)

Abraham Polonski, o realizador deste filme, é um outro notabilíssimo cineasta de esquerda, também desde sempre empenhado na criação de um cinema com preocupações sociais, circunstância que lhe trouxe fortíssimos dissabores, perseguições e exclusões de toda a espécie no reaccionário meio da indústria cinematográfica norte-americana, tendo estado afastado dos estúdios desde que foi incluído na «lista negra» durante o período da «caça às bruxas» dos anos 50 até finais dos anos 60. E, mesmo depois deste período, a única forma de se manter activo na sua profissão foi como argumentista, tendo apenas realizado 4 filmes (!) em toda a sua carreira, entre os anos de 1947 e 1982! Em A Força do Mal - o filme esta noite transmitido pela RTP2 e que é considerado uma obra de culto modelar no género do filme negro - Joe Morse é um advogado do «sindicato do crime» um pouco ultrapassado em relação aos «negócios» que ainda é capaz de tratar, embora aceite defender uns extorsionários já que ele próprio se entusiasma com este tipo de «jogo». Seu irmão Leo, um agenciador de apostas, recusa cooperar e juntar-se ao gang e é executado. É então que o advogado toma consciência do mundo de corrupção em que anda metido e do tipo de «negócios» que se presta a defender, acabando por ser também abatido. Mas, mais do que se interessar pelos extorsionários ou pela cruel maldição que se abateu sobre o advogado, o que Polonsky pretende com o argumento deste filme é mais uma vez pôr em causa os fundamentos de injustiça e corrupção inerentes à sociedade capitalista. Um filme a não perder.



Orson Welles e Akim Tamiroff surpreendem o corpo inanimado de Janet Leigh em «A Sede do Mal», um filme de Orson Welles



Barbara Stanwyck tem em «O Pecado das Mães» (de King Vidor) um dos maiores papéis da sua carreira

■ Correia
da Fonseca

Os velhos e os outros

Ao contrário do que acontecia há uns tempos, as TV's portuguesas vão-se dando conta de que há velhos no nosso país, e muitos, mesmo que porventura os designe com a expressão mais mesureira e vagamente tecnocrática de Terceira Idade. Quer isto dizer que, assim, os velhos portugueses passaram a ter uma existência menos clandestina, ainda que nem sempre o reconhecimento de que os velhos existem seja acompanhado pela informação de como existem. Acontece mesmo que, ao que me parece, a generalidade das referências feitas aos velhos nas TV's, e aliás não apenas nelas, é feita em tom de consternação, por elas se tornando evidente que a existência desse segmento da população constitui um grande contratempo.

Com frequência cada vez maior, ouve-se que «o País está a envelhecer» e, ao contrário do que um ingénuo poderia supor, a verificação não se refere aos bairros urbanos em ruínas ou aos campos abandonados, mas sim à média etária da população. E é verdade, está. O que me espanta é que isso surja de facto como motivo de lástima.

Na verdade, eu tenho o primarismo de supor que isto de haver mais velhos é uma boa coisa porque significa que as pessoas não morrem tão cedo como há décadas atrás, isto é, que a vida ganhou à morte algum terreno, o que é uma vitória de todos os vivos. Com os efeitos dessa vitória afligem-se, bem sei, os que não sendo assim tão velhos, pelo menos segundo o bilhete de identidade, logo se lembram que se fôssemos menos haveria menos bocas a sustentar, menos doentes a tratar, menos reformas a pagar. Coitados, eu compreendo-lhes o desconforto, a talvez angústia. Fossem outros os tempos e os costumes, o problema resolvia-se-lhes: aplicava-se aos velhos que teimam em não morrer a «solução final» à moda de Himmler ou de algumas civilizações arcaicas. Assim, bem os entendo, é embaraçoso: resta o expediente de ir empurrando os velhos para a morte como quem não quer a coisa. Expediente larga e intensamente aplicado, diga-se, com recurso a uma ampla gama de medidas que vão desde uma desassombração «cultural» de ódio aos velhos, que só servem para morrer e nem isso sabem fazer com desembaraço, até a métodos indirectos mas eficazes como a condenação social ao isolamento, a inexistência de cuidados médicos sistemáticos na área da gerontologia e outras maravilhas do engenho.

Seis espécimes tristes

Um dia destes, a SIC, que como se saberá anda agora mais voltada para a abordagem de questões sérias sobretudo quando supõe que ninguém está a olhar, transmitiu na rubrica «Grande Reportagem» uma peça com o título bonito, mas talvez um pouco timorato, de «Um velho chamado Tempo». Nele julgo pressentir ainda o desejo de contornar as verdades duras, pois o certo é que não é velho o Tempo, que nem sequer tem idade, mas os homens que nele vivem. Mas a questão do título e da sua opção poética é o menos, o que mais importa é o que a reportagem trazia lá dentro. Trazia a decisão de falar-nos dos velhos e isso era, em princípio, uma boa coisa, mesmo que o tema tenha sido escolhido na

sequência da descoberta de ser a «terceira idade» e seus arredores a fracção mais estável das audiências, o que não é de modo nenhum irrelevante para a organização de estatísticas. Trazia o conhecimento de seis idosos, seis, numa remota sugestão de amostragem, e, quanto a isto, será preciso dizer mais alguma coisa.

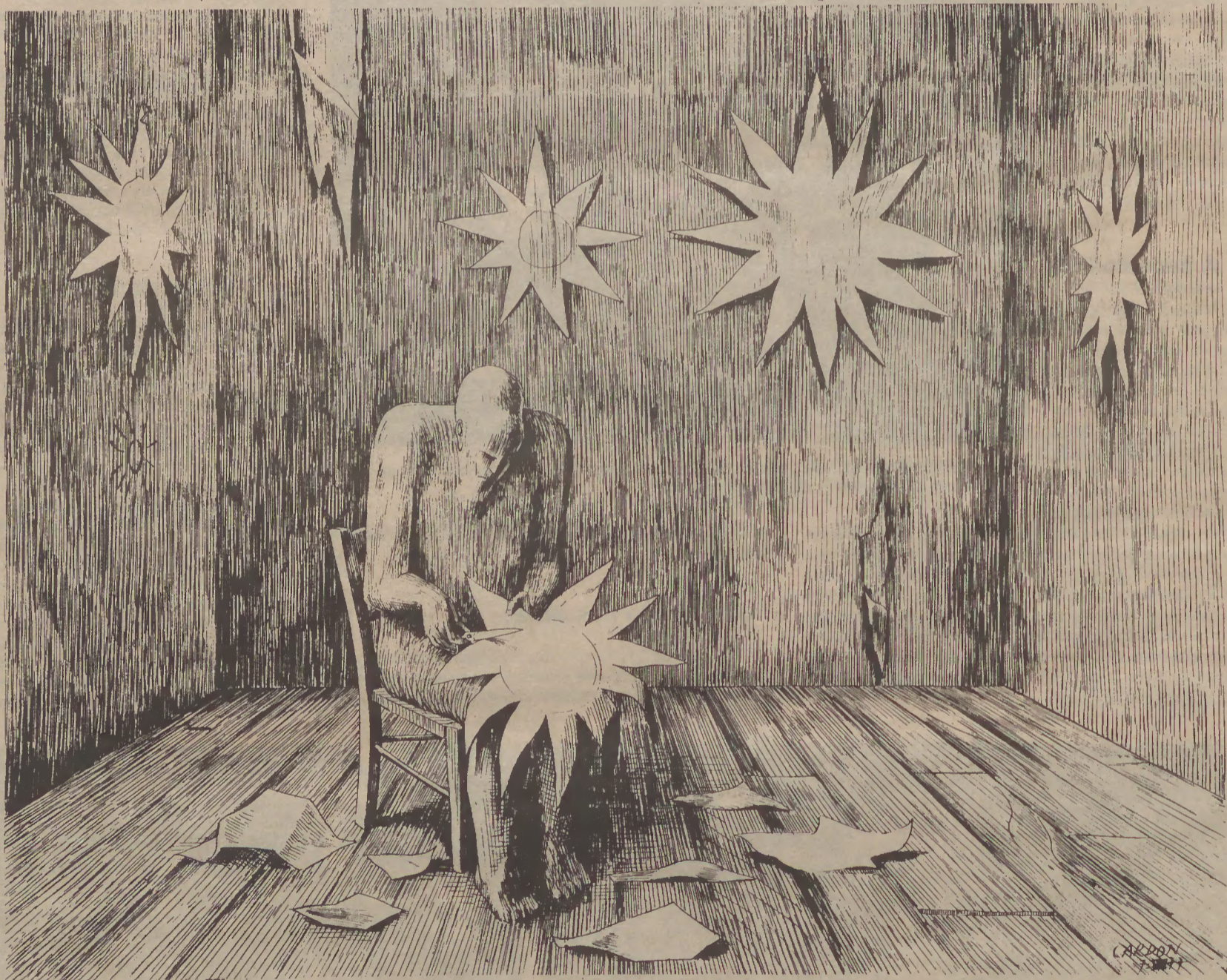
Eram o Joaquim, a Virgínia, o Álvaro, a Celeste, a Benta, o António. Quase todos a viverem nos chamados «lares», o último a pernoitar ao relento, no vão de um edifício, «para não mandar o sofrimento para cima dos outros». Eram, em maior ou menor grau, seis casos terríveis, desesperantes, cujo conhecimento poderia funcionar como sinal de alarme relativamente a uma situação que envolve muitos milhares e cujo carácter verdadeiramente trágico, apela para bem mais que a abertura pontual, embora talvez em vias de intensificação, de novos lugares de acolhimento. Admito, aliás, que o objectivo

de desencadear uma reacção de bom alarme tenha sido o dos autores da reportagem e, quanto a isso, tudo bem. Contudo, aconteceu por mais de uma vez que a reportagem parecia explorar em termos de alguma morbidez o espectáculo da degradação física e psíquica, quando não o do desespero de tudo. A Virgínia, de 90 anos, o jornalista perguntou com uma aparente candura: «O que espera ainda da vida?» Na resposta, a Virgínia usou uma lucidez maior que a exibida na circunstância pelo jornalista: «Morreu», disse ela. Mas há perguntas que são inúteis más acções.

que não é assim, que gente de idade avançada é mais lúcida e mais útil que outros ainda longe dessa fase do percurso. Quanto à perda de faculdades mentais ou ao seu desgaste, lembro-me do que disse Louis Aragon: «São os jovens imbecis que se tornam, mais tarde, nos velhos cretinos.»

Uma redução perigosa

Com razão ou sem ela, estou convencido de que a solidariedade para com os velhos, ou a terceira idade, ou como queiram chamar-lhe, passa inevitavelmente pelo respeito integral da sua humanidade. Decerto que com excelentes intenções, «Um velho chamado Tempo» deu-nos dessa realidade uma imagem redutora, embora nos limites da verdade, e essa redução não é propícia à restituição aos velhos do pleno estatuto de cidadania de que são credores. É certo que neste País de muita pobreza entregue a si própria (porque, enfim, os pobres não são gente de sucesso e por isso não são interessantes) há velhos muito degradados, mas as outras faixas etárias não podem gabar-se de, quando imersas na mesma miséria, estarem em muito melhor forma física ou intelectual. Recordo, por exemplo, que entre os velhos há muito menos «drogaditos», como carinhosamente lhes chamam os espanhóis. E sublinho estes aspectos para tentar retirar veleidades de fundamentação à discriminação contra os velhos sob a invocação de uma sugerida, ainda que nunca claramente assumida, menor qualidade humana.



Na verdade, até no tratamento da imagem a reportagem se pareceu desagradavelmente com uma visita a museu pobre onde estão arrumados espécimes de bicharocos doentes e tristes. Se calhar, fê-lo por solidariedade, para desse modo apelar à comoção de «quem de direito» ou da opinião pública em geral. Porém, o método implicou que da velhice tenha sido dada uma imagem que, sendo verídica, é parcial no sentido de que nem toda a velhice é aquela, nem todos os velhos são assim. Numa sociedade que tem vindo a ser amestrada para desprezar os fracos, os improdutivos e os decrepitos, é além do mais perigoso insinuar que todos os velhos o são. Sabe-se

Dos velhos, antes do mais, é preciso lembrarmo-nos de que existem. Isso fez o telefilme da SIC de uma forma veemente. Mas também é preciso dizer que são gente a cem por cento, e não híbridos de pessoa e bicho. Não tenho a certeza de que, quanto a isto, «Um velho chamado Tempo» tenha sido suficientemente categórico. Por aí pode ter reforçado, sem que o tenha querido, preconceitos perigosos e apetecidos pelos que, sem a si próprios confessarem desejos de um extermínio aliás impossível, vão cultivando a expulsão dos velhos para as zonas baças e periféricas da vida. É um risco que me inquieta. Por isso aqui dou conta dele.

ESCAPARATE

DISCOS

Relançamentos de Ella Fitzgerald

A obra discográfica de Ella Fitzgerald, a grande cantora de Jazz falecida há uma semana com 78 anos, foi remasterizada digitalmente e vai ser distribuída pela MCA em Portugal, a partir de segunda-feira, com o álbum *Ella And Friends*. Trata-se de gravações dos anos 40 e 50 que Ella Fitzgerald realizou para a Decca com Louis Armstrong, Ink Spots, Louis Jordan, Delta Rhythm Boys e Mills Brothers.

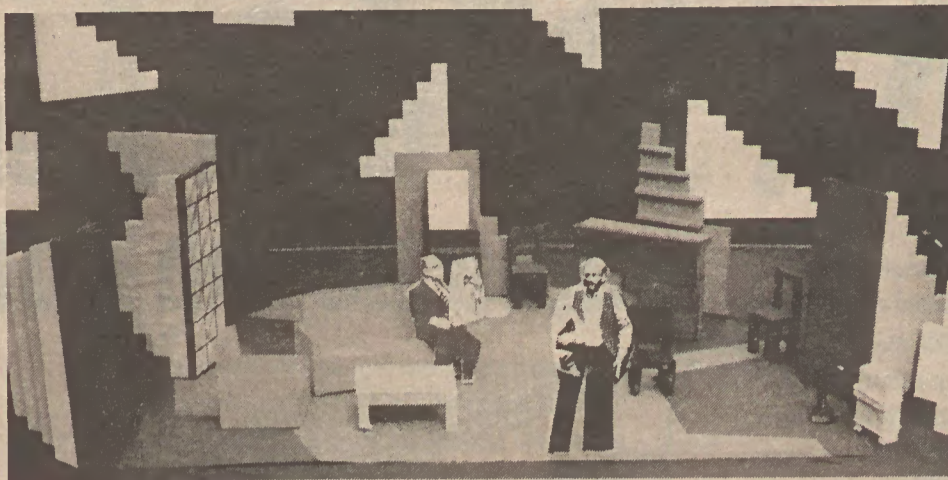
Um revolucionário sistema tecnológico, *No Noise*, permitiu transferir para fita digital todas as obras gravadas entre 1935 e 1955, retirando-lhes ao máximo os ruídos e imperfeições causadas pelas limitadas capacidades técnicas do passado. O processo, que tem vindo a ser aperfeiçoado há já alguns anos, levou em conta a «manutenção fiel do som básico de origem e do som vintage que torna únicos os standards de Ella Fitzgerald», avisa a MCA.

Além de *Ella And Friends*, a MCA prepara-se também para lançar uma colectânea com as melhores gravações da cantora, estando igualmente disponíveis no mercado obras como *Pure Ella*, com canções de Gershwin, uma caixa de quatro CD's, *Legendary Decca Recordings*, e ainda *75th Birthday Celebration*.



gravações da cantora, estando igualmente disponíveis no mercado obras como *Pure Ella*, com canções de Gershwin, uma caixa de quatro CD's, *Legendary Decca Recordings*, e ainda *75th Birthday Celebration*.

FESTIVAL



Festa do Teatro em Almada

Começa na próxima quinta-feira, 4 de Julho, mais um Festival Internacional de Teatro de Almada, ao qual «Escaparate» vai dar maior desenvolvimento na próxima edição do «Avante!». Fique entretanto já a saber que a peça que vai abrir este Festival é *Três Num Baloço* que o Teatro da Malaposta tem actualmente em cena na sua sala de Olival Basto pelo que, entre 2 e 5 de Julho, não

haverá ali representações. Recordamos que se trata de uma hilariante comédia do autor italiano Luigi Lunari (que, aliás, se deslocará brevemente ao nosso país para assistir a esta versão da sua peça), com encenação de José Peixoto, coreografia e figurinos de José Espada, música de Luís Cília e interpretações de Mário Jacques, Victor Santos, Jorge Silva e Ana Nave.

Maqueta de José Espada

LIVROS

O segredo de Ana Caio

Vitor Pinto Basto

O Segredo de Ana Caio

O Segredo de Ana Caio, título que o autor deu a este seu livro, corresponde afinal apenas a uma das sete histórias «com personagens atarantadas, para quem a morte já não é problema». Com elas tentou - como ele próprio afirma - Vitor Pinto Basto «falar de limites humanos retirados do nosso quotidiano». O autor, natural do Porto, licenciado em Filosofia, é jornalista desde 1982, actualmente a trabalhar no «Jornal de Notícias». Mais um profissional do jornalismo a lançar-se nas outras letras, trazendo-lhes a acuidade da prosa sucinta e da ironia fina. Vem bem apresentado nesta edição da *Campo das Letras*, na elegante colecção *Estreia*. E vem bem acompanhado, entre citações que escolheu, de Herberto Helder e de Raul Brandão.



O Feitiço da Rama de Abóbora

Com um título assim, qualquer amante de ficção se lançará curiosamente sobre o livro, num qualquer escaparate. Com o exotismo do nome do autor - Tchikakata Balundu - a puxar-nos a imaginação para as africanidades, o leitor ficará preso. Se a tudo isto se somar a apresentação feita por Luandino Vieira para esta edição da *Campo das Letras*, eis-nos conquistados, a recomendar a leitura deste romance, cuja «estranha magia», no dizer de Luandino, «se liberta da prosa e se aposa de quem lê». O prefácio, intitulado de *Duas Meias Palavras*, fala dessa magia e da história, onde renasce Angola, «a outra, a do interior rural, a desconhecida, marginalizada, quiçá desprezada mãe-terra». Quanto ao escritor, que na realidade se chama Aníbal João Ribeiro Simões, um africano do Huambo, onde nasceu em 1955, é doutorado em Psicologia pela Universidade do Minho e é autor de um outro romance, *Cipembúwa*, publicado em 1986.

ESPECTÁCULOS



As Festas: é o Fim!

Os Delfins encerram, no próximo sábado, a *Festa dos Oceanos*, que a Expo-98 organiza em conjunto com as Festas de Lisboa, no Terreiro do Paço, para assinalar o final das festas da capital.

Além dos Delfins, participam ainda na Festa os Sounds Of Blackness, Nicolette e Soul II Soul, e ainda um DJ brasileiro, Filipe Venâncio, que seleccionará sons e ritmos musicais dos quatro cantos do Mundo. Ao princípio da madrugada, haverá fogo de artifício sobre o Tejo, para o qual a Expo-98 convidou cinco empresas especializadas.

TEATRO

Beckett no ACARTE

«Beckett é tão simples que atordoia. Tão claro que ofusca. A tentação da interpretação, a procura do sentido é uma atracção que, pensamos nós, pode ser fatal, mesmo porque todos os sentidos parecem ser bons. E no entanto acanhamo-nos. Não é só o embaraço da escolha, é também porque escolher é perder aquilo que não se escolheu e, em Beckett, isso significa tudo. Gostaríamos muito de lhe poder dar essa grandeza, uma amplitude pura e ao mesmo tempo humilde. Gostaríamos de o devolver às coisas mais básicas, ao tacto, à visão e ao olfacto. Gostaríamos de escutar e de voltar a saborear. Gostaríamos que rissem connosco e que rissem de nós, todos.»

É assim que os responsáveis pelo espectáculo nos convidam

ÚLTIMA JOGADA

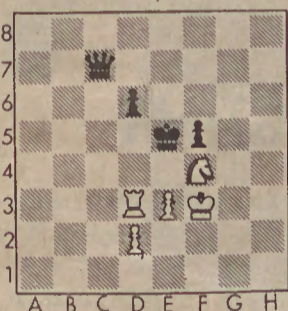


para a representação de *Última Jogada*, uma peça em um acto de Samuel Beckett, em cena na Sala Polivalente do ACARTE (Lisboa) todos os dias, até 2 de Julho, pelas 21.30 horas. A encenação e tradução é de Ana Tamen, a coreógrafa e figurinista é Vera Castro e a sonoplastia de Jorge Gonçalves. A interpretação está a cargo de Cândido Ferreira, Filipe Costa, João Ricardo e Júlia Lello.

XADREZ

DLXVI - 27 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X027
Por: D. KOLODYAZHNY - 64, 1927

Pr.: [4]: Ps. d6, f5 - Dc7 - R65
Br.: [5]: Ps. d2, e3 - C14 - Td3 - R13



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXVI

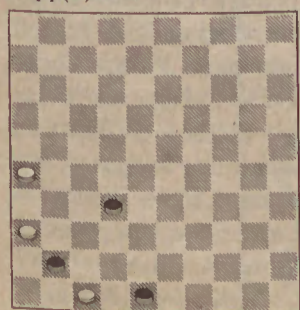
Nº 1996X027 [D. K.]: 1. Tdd5+, Rf6; 2. T:f5; 3. 64+, R65; 4. d4+, R-; 5. C65/Cd5+ eg.

A. de M. M.

DAMAS

DLXVI - 27 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D027
Por: Autor desconhecido
L'Effort, Nº 176, Set./Out. 1977

Pr.: [3]: 32-41-(48)
Br.: [3]: (26)-36-47



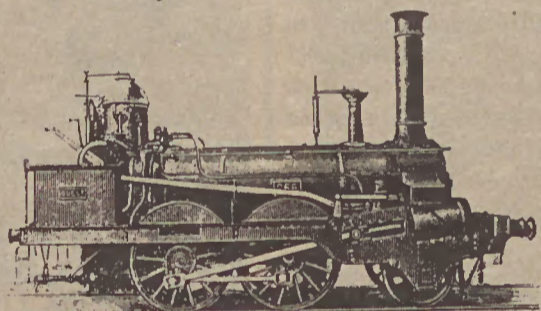
Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXVI

Nº 1996D027 [A. D.]: 1. 47-42!!; (48x37); 2. 36x47!!!; (37-46)/(37-48); 3. 47-41/47-42 e+ 1. ... (48x31); 2. 36x10!!!; (41-16)-Dy(41-47)-D; 3. 10-5/10-15 e+

A. de M. M.

EXPOSIÇÕES



O Caminho-de-Ferro em exposição

Uma exposição sobre os principais acontecimentos ferroviários em Portugal nos últimos 140 anos está patente até domingo na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. A mostra, intitulada *O Caminho-de-Ferro Revisitado*, inclui equipamentos e «belíssimos materiais museológicos», e «representa o percurso histórico e a memória do Caminho-de-Ferro até ao presente, bem como as grandes apostas da empresa em termos de soluções ferroviárias para o futuro», afirmam as relações públicas da CP.

Esta visita ao caminho-de-ferro é o culminar de uma série de trabalhos de pesquisa histórica. Além de vários equipamentos com grande valor histórico e patrimonial, existem nesta exposição muitos documentos fotográficos, alguns muito antigos, bem como manuscritos importantes, contratos, alvarás reais de concessão de linhas e até plantas com os traçados primitivos das linhas do Norte, Oeste, Cascais e Santarém, entre outras.

BANDA DESENHADA

Histórias em Imagens

Talvez o leitor não saiba mas comemora-se este ano o «centenário oficial» da banda desenhada. A propósito desta efeméride, o Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, em Lisboa) tem actualmente em exposição, até 19 de Julho, uma série de pranchas antigas da autoria dos primeiros artistas que inventaram o contar das histórias através das imagens. Artistas como Caran d'Ache, Christophe, Benjamin Rabier, Steinlen, O'Galop, Does ou Poulbot, entre tantos outros, que poderemos ver em obras da colecção particular de Carlos Pinheiro e Leonardo de Sá. Uma exposição a não perder.



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Linhas

Os tempos que se avizinham prometem a maior agitação na cena política nacional e nem é preciso ser bruxo para antever um verão quente, o que não tem nada a ver com o tempo, que esse, já lá dizia a prima Miquelina, tem as costas largas. O que se passa é que nesta época tradicionalmente morna, com as férias à porta e com as famílias portuguesas de malas aviadas a caminho da Caparica e das areias do Algarve - destino quase fatal depois dos voos da imaginação pousarem na realidade das bolsas -, é que os políticos parecem não ter pressa de ir a banhos e, quiçá contagiados por Marcelo Rebelo de Sousa, que curiosamente parece perder fôlego todos os dias, andam num frenesim muito pouco estival. Na sempre preclara análise do Largo do Rato, os cenários políticos para o futuro próximo são de tal forma complexos que tornam, no mínimo, «imponderáveis» quaisquer previsões. A esta conclusão chegou o secretariado do PS, em recente conclave, e com abundante cópia de razões.

Ora repare-se: o PP, a braços com várias lideranças, anda à nora. O Manelinho, esgotado o filão dos murros na mesa, das bicas de reflexão, das retiradas intempestivas e dos regressos triunfais, debate-se agora com os «silêncios de ouro» de Paulo Portas, os «agarrem-me senão eu saio» de Moura Guedes, os ciúmes de Nobre Guedes, a revolta generalizada de ainda anónimos deputados. Na óptica socialista, o busílis da questão está no facto de, em tais preparos, os populares não terem condições para continuar a ser um interlocutor válido do Governo na Assembleia da República. Grave, muito grave.

No que toca ao PSD as coisas não vão melhor. Garantem os socialistas - e eles lá sabem das suas fontes de informação - que os social-democratas vivem numa situação interna «caótica e imprevisível», com discursos políticos em rota de colisão. Ao que parece, pelas bandas de Marcelo há icebergues a vir à tona, cacofonias várias, crises de identidade, muitas facas na liga, almoços e jantares exóticos, o que obviamente não deixa ninguém com estômago para os pratos fortes da pendular governação socialista.

Já o PCP padece dos males de sempre, a saber, um acentuado pendor para processos de radicalização, cujos degeneram como é sabido em grave «agitação social», mal esse agravado pelo contágio da CGTP, ao que parece em pleno processo de eliminação dos sectores moderados ao nível da estrutura dirigente. Um caso perdido, está bem de ver, que para as bandas dos comunistas nunca balança muito o PS. Não se pense, com o negro panorama exposto, que a vida política nacional está em desespero.

Para o evitar, cá temos o PS, cujo moral não podia ser mais elevado, nem a coesão mais cerrada, nem a unidade mais firme, nem a coerência mais profunda. A atestá-lo, uma vez mais, aí está a linha de conduta saída do secretariado socialista: continuar a apostar nas políticas sociais e não se afastar nem um passo no supremo objectivo de fazer entrar Portugal no pelotão da frente que cavalga para a moeda única. Isto sim, é d'homem, como diria a Miquelina, prestativa e sempre pronta a mandar bitates, que ainda há dias confidenciava só não perceber por que é que com tanta garra, com tanta genica, com tanta fibra, o do Governo andar assim a modos que envergonhado e até já ter deixado de aparecer na televisão, uma pena, um homem tão escorreito, tão sério, algarvio, não era?

■ AF

Na passagem do Dia Internacional contra a droga

PCP lança apelo para uma acção coerente

A propósito da passagem do Dia Internacional das Nações Unidas contra o tráfico e o abuso de drogas, assinalado ontem, dia 26, o Grupo de trabalho do PCP para as questões da toxicod dependência e narcotráfico pronunciou-se sobre esta matéria emitindo uma nota onde divulga o ponto de vista do PCP sobre a situação presente, dando a conhecer, simultaneamente, as iniciativas e propostas que os comunistas têm em curso com vista a alterar profundamente o que classificam de «gravíssima situação».

Começando por analisar a situação mundial no que se refere ao flagelo da toxicod dependência e narcotráfico, o documento salienta a este propósito que o quadro presente «continua a agravar-se com a expansão dos mercados, número de toxicod dependentes e zonas de produção, num quadro de crescente entrosamento estrutural entre os dinheiros do narcotráfico e o funcionamento do sistema financeiro mundial, cada vez mais globalizado e desregulamentado».

Reportando-se ao nosso país, cuja situação revela também um contínuo agravamento, os comunistas consideram que «as políticas económicas e sociais prosseguidas pelo PS, no essencial na continuação das dos Governos PSD, com as sequelas do desemprego, precarização e destruição do tecido produtivo, catalisam as fragilidades sociais em que cresce a toxicod dependência».

«Acresce - prossegue a nota dirigida aos órgãos de informação - que o PS, apesar da sua campanha contra o chamado «inimigo público nº 1», passados sete meses de governação não revelou vontade política para alterar significativamente as políticas prosseguidas nestas matérias.

O PS fez, até agora, um Conselho de Ministros para a droga que, em conjunto com a respectiva conferência de imprensa, durou 30 minutos, num lamentá-

vel recorte de política-espectáculo que se espera não venha a constituir, como acontecia com o PSD, o essencial da sua governação.

Das ideias avançadas pelo Governo resulta um enunciar de medidas, que, embora com aspectos positivos, são escassas e de reduzida incidência na gravidade da situação e, dada a sua não calendarização nem garantia de financiamento, de credibilidade reduzida.

Por este caminho, a situação continuará a agravar-se substancialmente, havendo o risco de Portugal se manter infelizmente bem na frente da Europa Comunitária no que respeita ao flagelo da toxicod dependência».

Entendendo que «a situação do país exige medidas urgentes para enfrentar a gravidade do flagelo da toxicod dependência», para o PCP, uma tal avaliação implica necessariamente «uma modificação profunda das políticas económicas e sociais que têm sido praticadas e que têm efeitos relevantes na criação de condições que promovem a expansão da toxicod dependência».

Neste contexto deve, pois, ser apreciado o repto lançado no documento às restantes forças políticas para que concretizem rapidamente duas iniciativas legislativas da autoria do Grupo Parlamentar comunista, cujo «significado e importância» é realçado pelo Grupo de Trabalho

do PCP para as questões da toxicod dependência e narcotráfico.

Trata-se, num caso, da aprovação do projecto de lei para a «criação duma rede nacional pública, geral, gratuita e anónima de centros de atendimento, tratamento e reinserção social de toxicod dependentes, que tendo sido aprovado na generalidade aguarda que o PS, na discussão de especialidade, não venha a abster-se, como fez no passado, ou a votar contra, como fez com outros importantes diplomas».

Em causa, por outro lado, está a aprovação das propostas constantes do projecto de lei de alteração à chamada «lei da droga» que, como o documento recorda, preconiza os seguintes aspectos:

- mecanismos de estímulo ao tratamento de toxicod dependentes, incluindo os reclusos;
- que o tráfico de drogas deve ser punido como crime de especial gravidade;
- que o consumo de drogas deve continuar a ser reprovado na lei, entendendo-se que não o

deve ser com a pena de prisão actualmente existente, que para um simples consumidor nada resolve e tudo pode agravar, mas antes com uma pena de multa substituível por dias de trabalho a favor da comunidade:

- que a Assembleia da República passe anualmente a apreciar um relatório sobre a situação do país nesta matéria.

O documento refere, por último, que ao considerar «necessária a união de esforços de todos os que estejam seriamente empenhados em combater um dos maiores problemas dos nossos tempos», o PCP visa com estas suas propostas «contribuir para este objectivo», entendendo igualmente ser oportuno e apropriado, «na passagem de mais este Dia Internacional contra o tráfico e abuso de drogas, apelar a todas as forças sociais e políticas para uma intervenção coerente, e tanto quanto possível concertada, com vista à contenção e regressão do flagelo da toxicod dependência e narcotráfico em Portugal».



PCP recebe CGTP-IN

Uma delegação da Comissão Executiva da CGTP-IN foi recebida, terça-feira, na Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP de que fez parte o Secretário-Geral, Carlos Carvalhas. Este encontro surge na sequência do 8º Congresso da CGTP-IN e insere-se numa série de encontros com os partidos políticos e outras organizações sociais destinados a apresentar cumprimentos e dar a conhecer as grandes linhas de acção que nortearão o movimento sindical.

Cinquentenário do MUD Juvenil Espectáculo comemorativo no Teatro S. Luiz

No seguimento das iniciativas de comemoração do 50º aniversário da fundação do MUD Juvenil, vai realizar-se, no próximo sábado, dia 29, às 21.30, no Teatro S. Luiz, um sarau comemorativo sob o lema *Vozes ao Alto! - a Juventude luta pela Democracia*.

O programa inclui «Canções Heróicas» do Coro de Lopes-Graça, conta com a actuação do coro «Negros de Luz» de Palmela, apresenta cenas duma peça inédita de Borges Coelho sobre a luta da juventude nos



MUD Juvenil
1946 - 1996

tempos do MUD Juvenil e faz uma evocação do 25 de Abril.

Esta realização insere-se nas

«Festas 96 Lisboa», promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa. A entrada é livre.

Na última semana, integrando-se também nas comemorações deste aniversário do MUD Juvenil, realizou-se em Lisboa um encontro com alunos e professores de «A Voz do Operário» (com a participação de Caldeira Rodrigues, Luísa Irene Dias Amado e Sérgio Carvalhão Duarte, da Comissão Promotora) e em Portimão, com o apoio da Câmara Municipal, teve lugar, no passado

sábado, uma sessão com a participação de muitos antigos aderentes do MUD Juvenil, intervenções de Borges Coelho, Emídio Cadima e Aurélio Santos e a actuação do Grupo Coral Adágio, que interpretou, entre outras, «Canções Heróicas» de Lopes-Graça, com poemas de Carlos de Oliveira, João J. Cochofel e Gomes Ferreira.





a festa!

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 3
27 de Junho de 1996

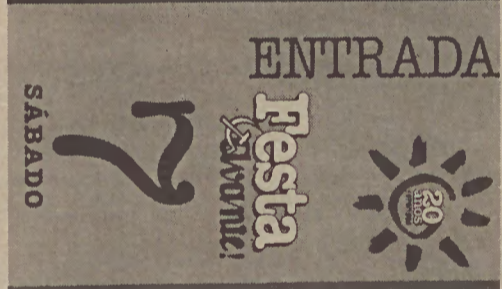
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL
6, 7 e 8 SETEMBRO

compra Já
a tua EP



Este
fim-de-semana
não esqueças
Há trabalho
na FESTA



Jovens artistas plásticos
expõem na Festa

entrevista com **Luís Ralha**

Virgílio Domingues
e Vítor Santos



Jovens artistas plásticos

Este ano, é a vez dos jovens artistas exporem na Festa. É uma ocasião única para o visitante contactar com o trabalho das novas gerações e espreitar as novas tendências em diversas áreas das artes plásticas, do design e da arquitectura nacionais. Sobre esta iniciativa, e muito mais, falaram ao «Avante!» o pintor e designer Luís Ralha, o escultor Virgílio Domingues e Vítor Santos, todos envolvidos na organização da mostra.

A Festa é uma boa ocasião para divulgar o trabalho dos artistas plásticos?

Luís Ralha - Sim, é um lugar onde temos a garantia de que os nossos trabalhos são vistos por um público vasto.

Que critérios têm presidido à realização das bienais da Festa?

Virgílio Domingues - A Bienal tem características muito especiais. Desde



SEQUÊNCIAS
CONFRONTOS
RUPTURAS
ARTE CONTEMPORÂNEA



o início que é muito heterogénea, com grandes aberturas, permitindo uma grande diversidade dos trabalhos. O nosso critério limitava-se à qualidade, mas se antigamente era fácil fazer uma selecção nessa base, hoje este conceito é posto em causa, e em determinadas áreas passou a ser outra coisa...

Luís Ralha - Gostava de sublinhar que a intervenção dos artistas plásticos na festa do «Avante!» ajudou muito a combater o preconceito de que a arte só era dirigida aos entendidos. As exposições na Festa não só aproximaram do grande público obras e artistas como provaram que a arte pode ser entendida, pode sensibilizar o comum cidadão, que habitualmente não frequenta o circuito das galerias.

Virgílio Domingues - A compreensão de uma obra de arte é uma coisa muito complexa. Mas, de facto, ela não se dirige só a uma elite e as mostras da Festa provam-no, basta pensarmos que muitas pessoas confrontaram-se ali pela primeira vez com uma obra de arte.

Talento expõe na Festa

É uma experiência enriquecedora para o artista?

Virgílio Domingues - Sim. Eu pessoalmente sou muito sensível à opinião dos chamados «leigos», que muitas vezes dizem-me mais e despertam mais coisas que os chamados «especialistas». Uma pessoa leiga está a ter uma sensação imediata e para o artista isso é, em minha opinião, muito enriquecedor.

Como surgiu a ideia de realizar uma exposição com jovens talentos?

Vítor Santos - Este ano comemoram-se os 20 anos da Festa e pensou-se que era uma boa oportunidade para convidar jovens artistas a expor. É uma exposição que não terá a dimensão das bienais, mas mesmo assim contamos com cerca de uma centena de peças. Devo dizer que desde há muito que pensamos nos jovens talentos mas nunca quisemos fazer uma exposição paralela, ou seja, arranjar um cantinho especial para eles, porque isso era estar a separá-los, não por um critério de qualidade mas apenas pelo facto de ainda não terem nome firmado no meio.

Há um limite de idade?

Vítor Santos - Não propriamente. Queremos trazer jovens talentos e assegurar um mínimo de qualidade. Para isso contactámos um conjunto de artistas de méritos reconhecidos em cada uma das disciplinas e convidámo-los a indicarem quatro jovens a expor.

Porquê este método de selecção?

Luís Ralha - Queríamos fazer uma exposição multidisciplinar para dar uma perspectiva global do trabalho das novas gerações nas diversas áreas. Por outro lado, a escolha do patrono é também a sua visão, e de certo modo uma tese, sobre o que será o futuro próximo das artes plásticas.

Vítor Santos - O próprio nome da exposição contém a filosofia da exposição...

Luís Ralha - Sim, o nome «Sequências/Confrontos/Rupturas» é bem a síntese da exposição. Na relação dos alunos com os mestres, uns seguem-nos, outros entram em confronto e outros ainda em perfeita ruptura. Penso que era muito interessante conseguirmos transmitir esta dinâmica na situação actual.

Os jovens artistas têm dificuldade em encontrar espaços para expor?

Luís Ralha - Penso que não. Lembro-me que o Júlio Pomar andou dez anos a tentar fazer uma exposição. Na altura havia apenas três galerias em Lisboa e hoje há 82... Nesta matéria, as autarquias têm feito um trabalho fabuloso. A Câmara de Vila Franca, por exemplo, tem uma galeria em cada aglomerado urbano do concelho.

Quais são as oportunidades que um jovem tem para se afirmar no mercado?

Luís Ralha - Em relação ao design industrial penso que hoje a situação é pior do que há 30 anos. A dependência dos grandes grupos europeus é tal que as fábricas portuguesas (algumas das quais fazem componentes de um projecto que nem conhecem) são obrigadas a recorrer a designs estrangeiros. É um fenómeno semelhante às audiências televisivas: se há um produto que vende muito, o seguinte segue o mesmo padrão de gosto, com prejuízo da qualidade, que vai baixando em espiral.

Os concursos de design que existem são apenas manobras de prestígio das empresas. Que eu saiba, esses concursos nunca tiveram um resultado concreto. Tudo pára quando se chega à produção em massa. É sabido que os industriais portugueses não têm dinheiro para aplicar na investigação de produtos próprios, e só através de um programa governamental, como aconteceu em outros países, caso da Inglaterra, Dinamarca ou Suécia, seria possível reanimar o design nacional que hoje está liquidado.

Por que é que os artistas portugueses raramente se afirmam no estrangeiro?

Luís Ralha - Há uma certa falta de agilidade nossa e talvez mesmo um certo atavismo e fatalismo. Também não temos infra-estruturas que apoiem os artistas no estrangeiro. Quando um artista pretende expor no estrangeiro sente uma grande dificuldade em saber quais são os passos a dar, com quem falar, etc.

Não é uma questão de qualidade?

Virgílio Domingues - Não. De facto são poucas as galerias que promovem artistas no estrangeiro e é pena porque a nossa arte moderna emparceira com aquilo que se faz lá fora. Não temos de nos envergonhar dos valores que temos.

Pode-se aprender a pintar?

Luís Ralha - Eu acho que sim.

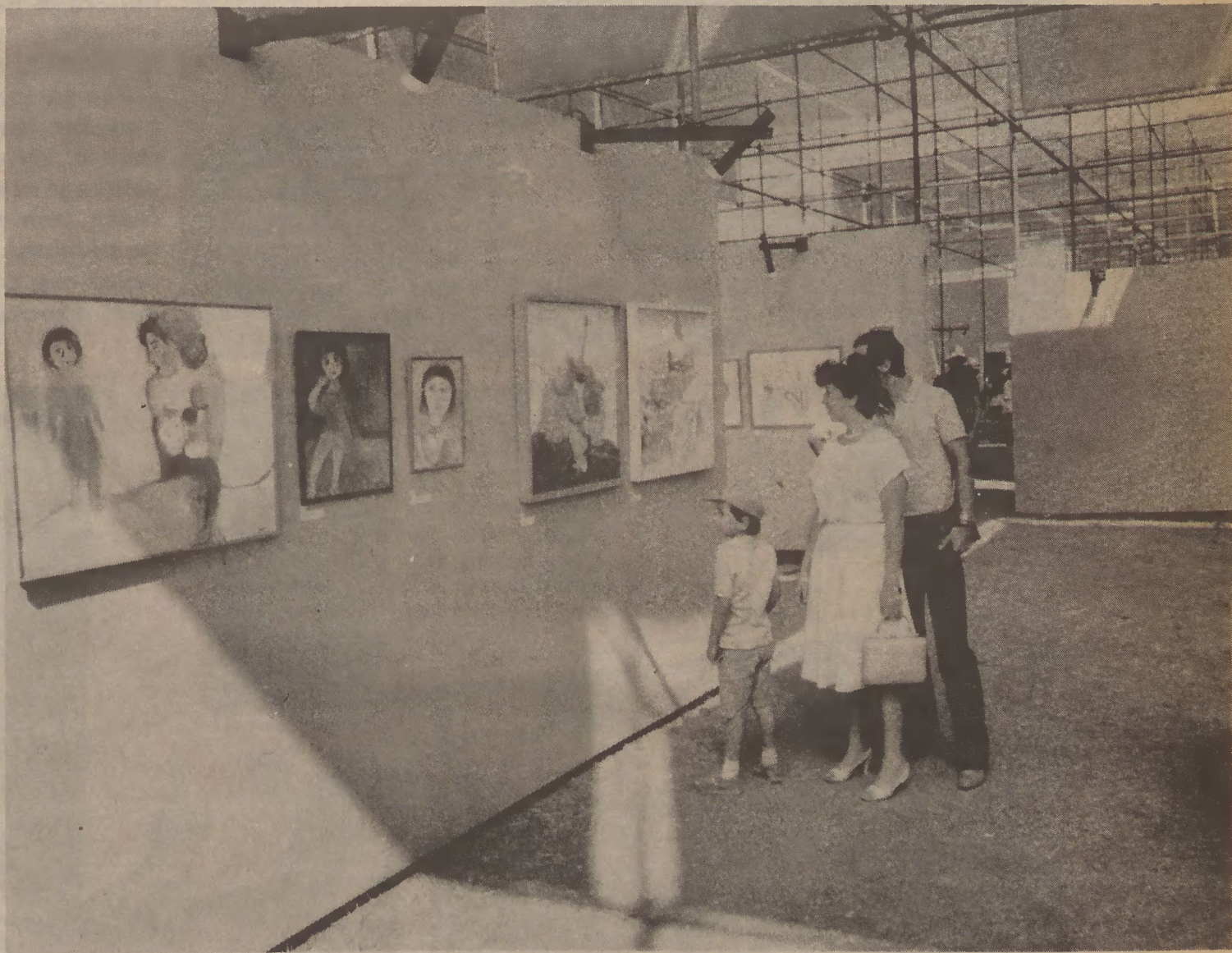
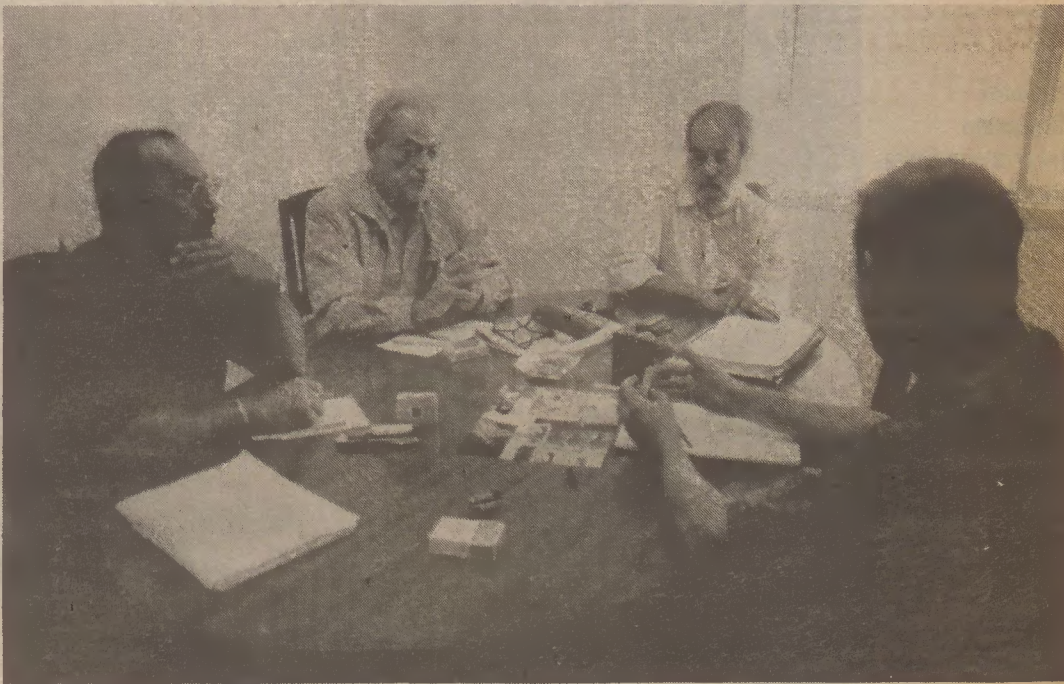
As técnicas?

Luís Ralha - Não só as técnicas, a cultura aprende-se.

A cultura é importante para um pintor?

definição é uma forma de comunicar, embora exista e se continue a fazer uma arte «negativa», fechada, que não se propõe comunicar, que resulta de facto da ausência de ideologias e de valores. Não acredito que perante certas obras de arte as pessoas se sintam tocadas ou emocionadas, porque elas são feitas para serem silenciosas.

Vítor Santos, Virgílio Domingues e Luís Ralha falam ao «Avante!» sobre o que vai ser a exposição de artes plásticas nos 20 anos da Festa



Detectam algumas mudanças de orientação nas artes plásticas?

Luís Ralha - Sim. Mesmo ao nível do ensino nota-se um certo regresso à gramática das coisas: o saber desenhar por exemplo, para então se partir depois para o óleo e a utilização dos vários materiais. É uma atitude renascentista que penso que está a ser retomada. Há um cansaço imenso da obra efémera, da obra que apodrece, que não presta...

Luís Ralha - É fundamental. A cultura com ideologia.

O abandono do figurativismo não tem a ver com o abandono das ideologias?

Luís Ralha - Sim, mas hoje a aproximação ao real tem-se intensificado. A vanguarda já não é o efémero, o abstracto. É um «renascentismo» ou um «realismo crítico», ou seja, é o retomar de linguagens figurativas.
Virgílio Domingues - A arte por

Mas hoje essas tendências começam a ser ultrapassadas, surgindo outras que apontam para valores que ainda há pouco pareciam estar perdidos.

A exposição na Festa vai mostrar essas novas tendências?

Virgílio Domingues - Estamos convencidos que vai ser reveladora disso mesmo e acreditamos que esta exposição poderá ser muito interessante a nível teórico.



O pintor Casquilho na primeira Festa na FIL



Foi há 20 anos

Uma certa manhã, um jovem defrontava-se com um vasto espaço branco, armado de um rolo de pintura, munido de várias latas de tinta e da sua própria imaginação. Absorvido, o jovem aproximava-se, aplicava na brancura do painel algumas manchas coloridas, esboçava, construía pouco a pouco um motivo, recuava, misturava tintas, apreciava o conjunto, voltava a atacar com a sua arte a aridez que esperava forma. Era um trabalho de criação e, nessa manhã de Setembro, na FIL, não era este o único exemplo que poderíamos apontar. Um pouco por todo o lado, muitos artistas, sobretudo jovens, criavam motivos que iriam dar à festa, como centenas de milhares de pessoas puderam ver, uma apoteose de cor, de sentido político bem marcado.

in «Avante!» de 30/9/1976

A colagem do primeiro cartaz, da autoria do pintor Rogério Ribeiro

